

# Pedro, tu és papa?

Na qualidade de bispo da Igreja, eu devo continuar a disseminar as fábulas de nossa religião; porém, particularmente, eu devo permanecer um filósofo até o fim. (SINÉSIO, bispo de Alexandria).

Não se preocupem com eles. São cegos guiando cegos. Ora, se um cego guia outro cego, os dois cairão num buraco. (Jesus, em Mt 15,14).

## Introdução

Esse é um assunto que, de princípio, não chamava a nossa atenção para despertar em nós o interesse em fazer algum estudo dele. E, a bem da verdade, é um tema que não nos diz respeito, uma vez que não seguimos fileira no catolicismo e, além disso, não temos a mínima preocupação em ficar atacando a fé alheia. Entretanto, pelo motivo de sempre estarmos às voltas com fundamentalistas católicos depreciando o Espiritismo, usando como uma das justificativas que a sua religião é a única verdadeira, utilizando-se, para isso, do argumento de que Pedro teria sido nomeado por Jesus como o primeiro Papa, e disso concluem que somente a Igreja Católica Romana é que tem as chaves do “reino dos céus”, e por isso quem estiver fora dela pode já ir se preparando para arder eternamente no fogo do inferno. O certo é que esse estudo poderia muito bem não ter sido escrito, caso não se portassem dessa forma sectária e exclusivista, pois crer ou não nisso é algo do fórum íntimo de cada um.

Sabemos que, certamente, iremos contrariar interesses seculares; entretanto, a verdade deve aparecer, porquanto *“nada há oculto que não venha a ser conhecido”* (Lc 12,2). Não sem razão, disse, oportunamente, o escritor José Reis Chaves: *“Acontece que a verdade é, às vezes, para todos nós seres humanos, o que menos queremos ouvir, principalmente com relação aos nossos princípios religiosos, pois o nosso ego aflora logo com esses assuntos”*. (CHAVES, 2006).

## Significado da palavra papa

Muitas vezes usamos uma palavra e não temos a menor ideia de como ela surgiu, sua origem e o seu significado; por isso julgamos ser conveniente, para o nosso estudo, saber algo mais sobre a palavra papa, para a qual encontramos a seguinte explicação:

[...] “papa” é a forma latinizada de uma palavra grega popular, “papas”, variante de “pappas”, pai. Nos primeiros tempos da história do cristianismo, o título de papa era dado a todos os padres; depois, com o passar dos anos, foi limitado aos bispos. Em algumas aldeias de origem grego-bizantina, na Itália meridional, o pároco ainda era chamado papa, em sinal de respeito, de acordo com o costume do clero ortodoxo, segundo nos informa Ambrogio Donini.(8)

(8) Donini, Ambrogio - “História do Cristianismo: das origens a Justiniano”, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 262.

(MARTINS, 1993, p. 32).

Essa outra também nos ajudará no entendimento desse termo:

Donde vem essa palavra? Não se sabe ao certo. Para a Igreja Romana, essa palavra é formada pelas iniciais da expressão “*Petrus Apostolus Princeps Apostolorum*” (Pedro Apóstolo, Príncipe dos Apóstolos); mas essa interpretação é mera coincidência, e ocorreu porque os católicos consideram o Apóstolo Pedro como o primeiro Papa, e o chefe supremo da Igreja como sendo o sucessor de São Pedro (Daí a expressão: o Papa está assentado na “cadeira de S. Pedro”).

(ALMEIDA, 2002, p. 86).

Vê-se, portanto, a nossa dificuldade em saber qual é realmente a sua origem e significado, porquanto, temos duas explicações completamente diferentes sobre isso.

### O nome do apóstolo e sua escolha para discípulo

Iremos acompanhar as passagens bíblicas que tratam do convite e do nome do apóstolo, que dizem ser o primeiro papa:

*Mt 4,18-20: "Jesus andava à beira do mar da Galileia, quando viu dois irmãos: Simão, também chamado Pedro, e seu irmão André. Estavam jogando a rede no mar, pois eram pescadores. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei de vocês pescadores de homens'. Eles deixaram imediatamente as redes, e seguiram a Jesus."*

*Mc 1,16-18: "Ao passar pela beira do mar da Galileia, Jesus viu Simão e seu irmão André; estavam jogando a rede ao mar, pois eram pescadores. Jesus disse para eles: 'Sigam-me, e eu farei vocês se tornarem pescadores de homens'. Eles imediatamente deixaram as redes e seguiram a Jesus."*

*Mc 3,13-16: "Jesus subiu ao monte e chamou os que desejava escolher. E foram até ele. Então Jesus constituiu o grupo dos Doze, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade para expulsar os demônios. Constituiu assim os Doze: Simão, a quem deu o nome de Pedro;"*

*Lc 5,1-11: "Certo dia, Jesus estava na margem do lago de Genesaré. A multidão se apertava ao seu redor para ouvir a palavra de Deus. Jesus viu duas barcas paradas na margem do lago; os pescadores haviam desembarcado, e lavavam as redes. Subindo numa das barcas, que era de Simão, pediu que se afastasse um pouco da margem. Depois sentou-se e, da barca, ensinava as multidões. Quando acabou de falar, disse a Simão: 'Avance para águas mais profundas, e lancem as redes para a pesca'. Simão respondeu: 'Mestre, tentamos a noite inteira, e não pescamos nada. Mas, em atenção à tua palavra, vou lançar as redes'. Assim fizeram, e apanharam tamanha quantidade de peixes, que as redes se arrebentavam. Então fizeram sinal aos companheiros da outra barca, para que fossem ajudá-los. Eles foram, e encheram as duas barcas, a ponto de quase afundarem. Ao ver isso, Simão Pedro atirou-se aos pés de Jesus, dizendo: 'Senhor, afasta-te de mim, porque sou um pecador!' É que o espanto tinha tomado conta de Simão e de todos os seus companheiros, por causa da pesca que acabavam de fazer. Tiago e João, filhos de Zebedeu, que eram sócios de Simão, também ficaram espantados. Mas Jesus disse a Simão: 'Não tenha medo! De hoje em diante você será pescador de homens'. Então levaram as barcas para a margem, deixaram tudo, e seguiram a Jesus".*

*Lc 6,12-14: "Nesses dias, Jesus foi para a montanha a fim de rezar. E passou toda a noite em oração a Deus. Ao amanhecer, chamou seus discípulos, e escolheu doze dentre eles, aos quais deu o nome de apóstolos: Simão, a quem também deu o nome de Pedro, e seu irmão André;..."*

*Jo 1,35-42: "No dia seguinte, João aí estava de novo, com dois discípulos. Vendo Jesus que ia passando, apontou: 'Eis aí o Cordeiro de Deus'. Ouvindo essas palavras, os dois discípulos seguiram a Jesus. Jesus virou-se para trás, e vendo que o seguiam, perguntou: 'O que é que vocês estão procurando?' Eles disseram: 'Rabi (que quer dizer Mestre), onde moras?' Jesus respondeu: 'Venham, e vocês verão'. Então eles foram e viram onde Jesus morava. E começaram a viver com ele naquele mesmo dia. Eram mais ou menos quatro horas da tarde. André, irmão de Simão Pedro, era um dos dois que ouviram as palavras de João e seguiram a Jesus. Ele encontrou primeiro o seu próprio irmão Simão, e lhe disse: 'Nós encontramos o Messias (que quer dizer Cristo)'. Então André apresentou Simão a Jesus. Jesus olhou bem para Simão e disse: 'Você é Simão, o filho de João. Você vai se chamar Cefas (que quer dizer Pedra)'."*

Mateus diz que Simão também se chamava Pedro, que ele e André, seu irmão, eram

simples pescadores.

Marcos confirma ser mesmo essa a profissão dos dois, mas, em relação ao nome, fala que ele se chamava Simão, que mais tarde Jesus trocou o seu nome para Pedro, especificando que isso aconteceu quando constituiu o grupo dos doze.

Lucas denomina o pescador de Simão e também de Simão Pedro, e, em contradição, um pouco mais adiante, disse que Jesus, quando escolhe os doze discípulos, dá a ele o nome de Pedro, e só neste momento é que se menciona o seu irmão André.

João, por sua vez, coloca André como discípulo de João Batista, que, um pouco depois de aceitar o convite de Jesus, apresenta-o a seu irmão Simão Pedro. E é neste momento que Jesus muda-lhe o nome de Simão, não para Pedro, mas para Cefas. Esse evangelista não fala nada a respeito da profissão deles.

Apesar de João ter afirmado que Jesus mudara o nome de Pedro para Cefas, ele continua chamando-o de Simão Pedro, por quinze vezes (Jo 6,8; 6,68; 13,6; 13,9; 13,24; 13,36; 18,10, 18,15; 18,25; 20,2; 20,6; 21,2; 21,3; 21,7; 21,11) ou só de Pedro, por treze vezes (Jo 13,37; 18,16, 18,17; 18,18; 18,26; 18,27; 20,3; 20,4; 21,7; 21,17; 21,19; 21,20; 21,21). João ainda coloca o próprio Jesus chamando-o de Pedro (Jo 18,11), também de Simão (Jo 21,16; 21,17) e só por uma vez Ele o chama de Simão Pedro (Jo 21,15). A não ser no versículo 42 de Jo 1, que diz ter Jesus lhe dado o nome de Cefas, em nenhuma outra passagem de seu Evangelho, João o nomeia assim. Então o que adiantou mudar-lhe o nome, se não o chama pelo seu novo nome (se é que é novo mesmo)? E, em relação aos evangelhos sinópticos, não há sequer uma só ocorrência em que se cite o nome Cefas.

Em Atos dos Apóstolos, usa-se o nome Pedro por cinquenta e sete vezes e, somente por quatro vezes, é dito Simão, mas completando com *"o que tinha por sobrenome Pedro"* (At 10,5; 10,18; 10,32; 11,13). Somente encontraremos o uso de Cefas em Paulo, na sua primeira carta aos coríntios (1Cor 1,12; 3,22; 9,5; 15,5) e na sua epístola aos gálatas (Gl 1,18; 2,9; 2,11; 2,14), entretanto, nessa também foi usado o nome Pedro, por duas vezes (Gl 2,7; 2,8). Isso é muito pouco, porquanto são atribuídas a Paulo treze cartas, ou seja, mais onze além dessas duas.

Vejam, a título de curiosidade, como o versículo 42, do capítulo 1, do Evangelho de João, aparece nas várias traduções bíblicas:

1. *"...Cefas, que quer dizer Pedra"*: Santuário, Paulus (de Jerusalém, do Peregrino e Pastoral) e Ave Maria.
2. *"...Cefas, que quer dizer Pedro"*: Barsa, Mundo Cristão, Vozes, Paulinas e SBB.
3. *"...Cefas, que, traduzido, é Pedro"*: Novo Mundo.

Dessa última tradução, transcrevemos a seguinte explicação: *"'Cefas'. Gr. Ke.fás. Este é um nome aram. (Keh.fa'), aqui no masc., como em Mt 16;18 nos mss. sir. Veja Mt 16:18 n.: 'rocha'. Significando 'um pedaço de rocha'. Gr.: Pé-tros."* (p. 1232). Pelo Dicionário Prático da Barsa, temos: *"cefás. Nome aramaico equivalente ao grego petrus que quer dizer rocha"* (p. 51).

Mas a moral da história é que tudo isso é muito estranho: o nome era Simão Pedro ou só Simão, que foi mudado para Pedro ou para Cefas? Tamanha confusão nos leva até a pensar que Jesus não mudou o nome de Simão Pedro, e que, provavelmente, foram os teólogos, que, querendo defender seus próprios dogmas, é que interpolaram isso, como é fácil de se perceber. Aqui vale a expressão: *"só não vê quem não quer"*. A finalidade foi relacionar-se o nome de Pedro com a palavra "pedra" para daí nomeá-lo primeiro papa.

Vejam, na sequência desse estudo, a passagem na qual buscam estabelecer essa relação.

### Passagem em que supostamente se atribui a Pedro o primado do papado

A passagem, que é sempre citada para justificar a nomeação de Pedro como o primeiro papa, se encontra no Evangelho Segundo Mateus: Mt 16,13-20. Entretanto, ocorreu-nos compará-la com o que consta nos outros Evangelhos sinópticos (Mc 8,27-30; Lc 9,18-21), cujo

resultado, pelo que já vimos até aqui (e ainda nem bem começamos esse estudo), não nos surpreendeu. Vejamos a comparação:

Mt 16,13-20	Mc 8,27-30 (= Lc 9,18-21)
13. Jesus chegou à região de Cesareia de Filipe, e perguntou aos seus discípulos: "Quem dizem os homens que é o Filho do Homem?"	27. Jesus partiu com seus discípulos para os povoados de Cesareia de Filipe. No caminho, ele perguntou a seus discípulos: "Quem dizem os homens que eu sou?"
14. Eles responderam: "Alguns dizem que é João Batista; outros, que é Elias; outros ainda, que é Jeremias, ou algum dos profetas."	28. Eles responderam: "Alguns dizem que tu és João Batista; outros, que és Elias; outros, ainda, que és um dos profetas."
15. Então Jesus perguntou-lhes: "E vocês, quem dizem que eu sou?" 16. Simão Pedro respondeu: "Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo."	29. Então Jesus perguntou-lhes: "E vocês, quem dizem que eu sou?" Pedro respondeu: "Tu és o Messias."
17. Jesus disse: "Você é feliz, Simão, filho de Jonas, porque não foi um ser humano que lhe revelou isso, mas o meu Pai que está no céu. 18. Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. 19. Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu."	<i>Nihil.</i>
20. Jesus, então, ordenou aos discípulos que não dissessem a ninguém que ele era o Messias.	30. Então Jesus proibiu severamente que eles falassem a alguém a respeito dele.

A narrativa de Lucas (9,18-21) é bem semelhante à de Marcos, portanto, não há nenhuma necessidade de colocarmos as duas aqui, ficaremos somente com a dele, mas que você, leitor, não deixe de lembrar-se disso.

Fica evidente a interpolação dos versículos 17 a 19 no texto de Mateus 16, cujo conteúdo não consta dos outros dois Evangelhos sinópticos – Marcos e Lucas, e nem no de João, exatamente aquilo de que se servem para justificar a hierarquia papal. Provavelmente algum papa "inspirado" resolveu fazer isso para assentar seu poder temporal sobre os homens. Isso, como se diz, está tão na cara que, em nenhum outro lugar na Bíblia, se encontrará a expressão "chaves do Reino do céu". Entretanto, como o que ocorreu a Pedro, em Mt 16,19, Jesus atribuiu também aos outros discípulos a possibilidade de: "... tudo o que vocês ligarem na terra, será ligado no céu, e tudo o que vocês desligarem na terra, será desligado no céu". (Mt 18,18), ou seja, não era uma atribuição exclusiva dele, Pedro, mas de todos os discípulos e de todos nós, pois todo bem ou mal, que fizermos, fica registrado (ligado) no que os orientais chamam de arquivo akáshico. E não seria esse arquivo o livro da vida a que se refere o confuso Apocalipse?

Para corroborar a nossa conclusão acima, apresentamos a opinião do teólogo Geza Vermes (1924- ), professor da Universidade de Oxford:

O episódio da confissão feita por Pedro de que Jesus é o Cristo está contido nos três Evangelhos Sinópticos, mas sua indicação para ser a pedra não figura nem em Marcos nem em Lucas. O silêncio sobre algo de tamanha importância, como a nomeação de Pedro como chefe da *ekklesia*, sugere vigorosamente que Mateus 16,17-19 deva ser um acréscimo secundário. A inexistência de qualquer menção à igreja nos outros Evangelhos, inclusive em João, também aponta nessa direção. Em suma, as palavras sobre a designação de Pedro não devem ser creditadas a Jesus, mas a Mateus ou a seu editor em 80 d.C. ou mais tarde. (VERMES, 2006, p. 410). (grifo nosso).

Por outro lado, se João era, segundo Paulo, um dos notáveis (Gl 2,9), como ele, no seu Evangelho, não fala absolutamente nada sobre essa suposta nomeação de Pedro para ser o primeiro papa? Isso não deixa de ser mais um fato muito curioso.

O escritor Pinheiro Martins (1967-) elucida:

Papias, bispo de Hierápolis (c. 60 – c. 135 d.C.), teria afirmado que João Marcos, sobrinho de Barnabé, servia de intérprete ao apóstolo Pedro, quando este pregava aos gentios, pois o humilde pescador da Galileia não sabia falar outro idioma senão o aramaico. Marcos traduzia, então, a pregação de Pedro do aramaico para o grego. De tanto ouvir e repetir a pregação do mestre e amigo, que relatava fatos da vida de Cristo, Marcos tornou-se uma das pessoas mais indicadas para escrever a respeito. E o fez.

O evangelho atribuído a Marcos é a mais antiga narrativa sobre a vida de Jesus que conhecemos. Curiosamente, inicia-se com a pregação de João Batista e o batismo de Jesus: Marcos nada informa sobre a concepção, o nascimento e a infância do Cristo – como se tivessem sido normais, nada tendo de diferentes aos de outros seres humanos, não merecendo, por isso, maiores atenções. Trata Maria, sua mãe, como uma mulher comum (exceto, claro, pelo fato de ter dado à luz um Messias) que se faz acompanhar de seus outros filhos. Também nada deixou registrado sobre o episódio em que Jesus teria delegado poderes a Pedro, fazendo dele alicerce da igreja e portador das chaves do Reino dos Céus; o que é estranho, já que, estando Marcos tão próximo de Pedro, dificilmente teria deixado de conhecer e registrar tal fato, dando-lhe destaque. (MARTINS, 1993, p. 15-16). (grifo nosso).

Carlos J. T. Pastorino (1910-1980), ex-sacerdote católico, filósofo e teólogo, analisando essa passagem disse:

Em Mateus, porém, prossegue a cena com três versículos que suscitaram acres e largas controvérsias desde épocas remotíssimas, chegando alguns comentaristas até a supor tratar-se de interpolação. Em vista da importância do assunto, daremos especial atenção a eles, apresentando, resumidas, as opiniões dos dois campos que se digladiam.

Os católicos-romanos aceitam esses três versículos como autênticos, vendo neles:

- a) a instituição de uma "igreja", organização com poderes discricionários espirituais, que resolve na Terra com a garantia de ser cegamente obedecida por Deus no "céu";
- b) a instituição do papado, representação máxima e chefia indiscutível e infalível de todos os cristãos, passando esse poder monárquico, por direito hereditário-espiritual, aos bispos de Roma, sucessores legítimos de Pedro, que recebeu pessoalmente de Jesus a investidura real, fato atestado exatamente com esses três versículos.

Essa opinião foi combatida com veemência desde suas tentativas iniciais de implantação, nos primeiros séculos, só se concretizando a partir dos séculos IV e V por força da espada dos imperadores romanos e dos decretos (de que um dos primeiros foi o de Graciano e Valentiniano, que em 369 estabeleceu Dâmaso, bispo de Roma, como juiz soberano de todos os bispos, mas cujo decreto só foi posto em prática, por solicitação do mesmo Dâmaso, em 378). *O diácono Ursino foi eleito bispo de Roma na Basílica de São Júlio, ao mesmo tempo em que Dâmaso era eleito para o mesmo cargo na Basílica de São Lourenço. Os partidários deste, com o apoio de Vivêncio, prefeito de Roma, atacaram os sacerdotes que haviam eleito Ursino e que estavam ainda na Basílica e aí mesmo mataram 160 deles; a seguir, tendo-se Ursino refugiado em outras igrejas, foi perseguido violentamente, durando a luta até a vitória total do "bando contrário". Ursino, a seguir, foi exilado pelo imperador, e Dâmaso dominou sozinho o campo conquistado com as armas. Mas toda a cristandade apresentou reações a essa pretensão romana, bastando citar, como exemplo, uma frase de Jerônimo: "Examinando-se do ponto de vista da autoridade, o universo é maior que Roma (*orbis maior est Urbe*), e todos os bispos, sejam de Roma ou de Engúbio, de Constantinopla ou de Régio, de Alexandria ou de Tânis, têm a mesma dignidade e o mesmo sacerdócio" (Epistula 146,1).*

Alguns críticos (entre eles Grill e Resch na Alemanha e Monnier e Nicolardot na França, além de outros reformados) julgam que esses três versículos tenham sido interpolados, em virtude do interesse da comunidade de Roma de provar a supremacia de Pedro e, portanto, do bispado dessa cidade sobre todo o orbe, mas, sobretudo, para provar que era Pedro, e não Paulo, o chefe da igreja cristã.

Essa questão surgiu quando Marcion, logo nos primeiros anos do 2º século, revolucionou os meios cristãos romanos com sua teoria de que Paulo foi o único verdadeiro apóstolo de Jesus, e, portanto, o chefe incontestado da Igreja.

Baseava-se ele nos seguintes textos do próprio Paulo: "Não recebi (o Evangelho) nem o aprendi de homem algum, mas sim mediante a revelação de Jesus Cristo" (Gál. 1:12); e mais: "Deus ... que me separou desde o ventre materno, chamando-me por sua graça para revelar seu Filho em mim, para pregá-lo entre os gentios, imediatamente não consultei carne nem sangue, nem fui a Jerusalém aos que eram apóstolos antes de mim" (Gál.15:15-17). E ainda em Gál. 2:11-13, diz que "resistiu na cara de Pedro, porque era condenado". E na 2ª Cor. 11:28 afirma: "sobre mim pesa o cuidado de todas as igrejas", após ter dito, com certa ironia, não ser "em nada inferior aos maiores entre os apóstolos" (2ª Cor. 11:5) acrescentando que "esses homens são falsos apóstolos, trabalhadores dolosos, transformando-se em apóstolos de Cristo; não é de admirar, pois o próprio satanás se transforma em anjo de luz" (2ª Cor. 11:13-14). Este último trecho, embora se refira a outras criaturas, era aplicado por Marcion (o mesmo do "corpo fluídico" ou "fantasmático") aos verdadeiros apóstolos. Em tudo isso, baseava-se Marcion, e mais na tradição de que Paulo fora bispo de Roma, juntamente com Pedro. Realmente as listas fornecidas pelos primeiros escritores, dos bispos de Roma, dizem:

- a) Irineu (bispo entre 180-190): "Quando firmaram e estabeleceram a igreja de Roma, os bem aventurados apóstolos Pedro e Paulo confiaram a administração dela a Lino, de quem Paulo fala na epístola a Timóteo. Sucedeu-lhe depois Anacleto e depois deste Clemente obteve o episcopado, em terceiro lugar depois dos apóstolos, etc." (*Epíst. ad Victorem*, 3, 3, 3; cfr. Eusébio, *His. Eccles.*, 5,24,14).
- b) Epifânio (315-403) escreve: "Porque os apóstolos Pedro e Paulo foram, os dois juntos, os primeiros bispos de Roma" (Panarion, 27, 6).

Ora, dizem esses críticos, a frase do vers. 17 "não foi a carne nem o sangue que to revelaram, mas meu Pai que está nos céus", responde, até com as mesmas palavras, a Gálatas 1:12 e 16.

Para organizar nosso estudo, analisemos frase por frase.

VERS. 18 a - "Também te digo que tu és Pedro e sobre essa pedra construir-me-ei a "ekklêsia") (*oi kodomêsô moi tèn ekklêsian*).

O jogo de palavras corre melhor no aramaico, em que o vocábulo *kêphâ* (masculino) não varia. Mas no grego (e latim) o masculino *Petros* (*Petrus*, Pedro) é uma criação *ad hoc*, um neologismo, pois esse nome jamais aparece em nenhum outro documento anterior. Mas como a um homem não caberia o feminino "pedra", foi criado o neologismo. Além de João (1:42), Paulo prefere o aramaico *Kêphâ* (latim Cephass) em 1 Cor. 1:12; 3:22; 9:5; 15:5 e Gál. 2:14.

Quanto ao vocábulo *ekklêsia*, que foi transliterado em latim *ecclesia* (passando para o português "igreja"), temos que apurar o sentido: A - etimológico; B - histórico; C - usual; D - seu emprego no Antigo Testamento; e E - no Novo Testamento.

A - Etimologicamente *ekklêsia* é o verbo *Kaléô*, "chamar, convocar", com o preverbo *ek*, designativo de ponto de partida. Tem pois o sentido de "convocação, chamada geral".

B - Historicamente, o termo era usado em Atenas desde o 6.º século A.C.; ao lado da Boulê ("concílio", em Roma: Senado; em Jerusalém: Sinédrio), ao lado da Boulê que redigia as leis, por ser constituída de homens cultos e aptos a esse mister, havia a *ekklêsia* (em Roma: Comitium; em Jerusalém: Synagogê), reunião ou assembleia geral do povo livre, que ratificava ou não as decisões da autoridade. No 5.º séc. A.C., sob Clístenes, a *ekklêsia* chegou a ser soberana; durante todo o apogeu de Atenas, as reuniões eram realizadas no *Pnyx*, mas aos poucos foi se fixando no Teatro, como local especial. Ao tornar-se "cidade livre" sob a proteção romana, Atenas viu a *ekklêsia* perder toda autoridade.

C - Na época do início do cristianismo, *ekklêsía* corresponde a sinagoga: "assembleia regular de pessoas com pensamento homogêneo"; e tanto designava o grupo dos que se reuniam, como o local das reuniões. Em contraposição a *ekklêsía* e *synagogê*, o grego possuía *syllogos*, que era um ajuntamento accidental de pessoas de ideias heterogêneas, um agrupamento qualquer. Como sinônimo das duas, havia *synáxis*, comunidade religiosa, mas que, para os cristãos, só foi atribuída mais tarde (cfr. Orígenes, *Patrol. Graeca*, vol. 2 col. 2013; Greg. Naz., *Patrol Graeca* vol. 1 col. 876; e João Crisóst., *Patrol Graeca*, vol. 7 col. 22). Como "sinagoga" era termo típico do judaísmo, foi preferido "ecclêsia" para caracterizar a reunião dos cristãos.

D - No Antigo Testamento (LXX), a palavra é usada com o sentido de reunião, assembleia, comunidade, congregação, grupo, seja dos israelitas fiéis, seja dos maus, e até dos espíritos dos justos no mundo espiritual (*Núm. 19, 20; 20:4; Deut. 23:1, 2, 3, 8; Juizes 20:2; 1.º Sam. 17:47; 1.º Reis 8:14,22; 1.º Crôn. 29:1, 20; 2.º Crôn. 1:5; 7:8; Neem. 8:17; 13:1; Judit 7:18; 8:21; Salmos 22:22, 25; 26:5; 35:18; 40:10; 89:7; 107:32; 149:1; Prov. 5:14; Eccli, 3:1; 15:5; 21:20; 24:2; 25:34; 31:11; 33:19; 38:37; 39:14; 44:15; Lam. 1:10; Joel 2:16; 1.º Mac. 2:50; 3:13; 4:59; 5:16 e 14:19*).

E - No Novo Testamento podemos encontrar a palavra com vários sentidos:

1) uma aglomeração heterogênea do povo: At. 7:38; 19:32, 39, 41 e Heb. 12:23.

2) uma assembleia ou comunidade local, de fiéis com ideias homogêneas, uma reunião organizada em sociedade, em que distinguimos:

a) a comunidade em si, independente de local de reunião: Mat. 18: 17 (2 vezes); At. 11:22; 12:5; 14:22; 15:41 e 16:5; 1ª Cor. 4:17; 6:4; 7:17; 11:16, 18,22; 14:4,5,12,19,23,28, 33,34,35; 2.a Cor. 8:18, 19,23,24; 11:8,28; 12:13; Filp. 4:15; 2.a Tess. 1:4; 1ª Tim. 3:5, 15; 5:6; Tiago 5:15; 3.a Jo. 6; Apoc. 2:23 e 22:16.

b) a comunidade estabelecida num local determinado, uma sociedade local: Antioquia, At. 11:26; 13:1; 14:27; 15:3; Asiáticas, 1ª Cor. 16:19; Apoc. 1:4, 11, 20 (2 vezes); 2:7, 11, 17, 29; 3:6, 13, 22; Babilônia, 1 Pe. 5:13; Ceneceia, Rom. 16.1; Corinto, 1 Cor. 1:2; 2 Cor. 1:1; Éfeso, At. 20:17; Apoc. 2:1; Esmirna, Apoc. 2:8; Filadélfia, Apoc. 3:7; Galácia, 1 Cor. 16.1; Gál. 1:2; dos Gentios, Rom. 16:4; Jerusalém, At. 5:11; 8:1,3; 12:1; 15:4,22; 18:22; Judeia, At. 9:31; 1 Tess. 2:14; Gál. 1:22; Laodiceia, Col. 4:16; Apoc. 3:14; Macedônia, 2 Cor. 8:1; Pérgamo, Apoc. 2:12; Roma, Rom. 16:16; Sardes, Apoc. 3:1; Tessalônica, 1ª Tess. 1:1; 2ª Tess. 1:1; Tiatira, Apoc. 2: 18.

c) a comunidade particular ou "centro" que se reúne em casa de família: Rom. 16:5, 23; 1 Cor. 16:19; Col. 4:15; Film. 2; 3 Jo. 9, 10.

3) A congregação ou assembleia de todos os que aceitam o Cristo como Enviado do Pai: Mat. 16:18; At. 20:28; 1ª Cor. 10:32; 12:28; 15:9; Gál.1:13; Ef. 1:22; 3:10,21; 5:23,24,25,27,29,32; Filp. 3:6; Col. 1:18,24; Heb. 2:12 (citação do Salmo 22:22).

Anotemos, ainda, que em Tiago 2:2, a comunidade cristã é classificada de "sinagoga".

Concluimos desse estudo minucioso, que a palavra "igreja" não pode ser, hoje, a tradução do vocábulo *ekklêsía*; com efeito, esse termo exprime na atualidade:

1) a igreja católica-romana, com sua tríplice divisão bem nítida de a) militante (na Terra) ; b) sofredora (no "Purgatório") e c) triunfante (no "céu");

2) os templos em que se reúnem os fiéis católicos, com suas "imagens" e seu estilo arquitetônico especial.

Ora, na época de Jesus e dos primeiros cristãos, *ekklêsía* não possuía nenhum desses dois sentidos. O segundo, porque os cristãos ainda não haviam herdado os templos romanos pagãos, nem dispunham de meios financeiros para construí-los. E o primeiro porque só se conheciam, nessa época, as palestras de Jesus nas sinagogas judaicas, nos campos, nas montanhas, à beira-mar, ou

então as reuniões informais nas casas de Pedro em Cafarnaum, de Simão o leproso em Betânia, de Levi, de Zaqueu em Jerusalém, e de outros afortunados que lhe deram hospedagem por amizade e admiração.

Após a crucificação de Jesus, Seus discípulos se reuniam nas casas particulares deles e de outros amigos, organizando em cada uma centros ou grupos de oração e de estudo, comunidades, pequenas algumas outras maiores, mas tudo sem pompa, sem rituais: sentados todos em torno da mesa das refeições, ali faziam em comum a ceia amorosa (*agápé*) com pão, vinho, frutas e mel, "em memória do Cristo e em ação de graças (*eucaristia*)" enquanto conversavam e trocavam ideias, recebendo os espíritos (*profetizando*), cada qual trazendo as recordações dos fatos presenciados, dos discursos ouvidos, dos ensinamentos decorados com amor, dos sublimes exemplos legados à posteridade.

Essas comunidades eram visitadas pelos "apóstolos" itinerantes, verdadeiros emissários do amor do Mestre. Presidiam a essas assembleias "os mais velhos" (*presbíteros*). E, para manter a "unidade de crença" e evitar desvios, falsificações e personalismos no ensino legado (não havia imprensa!) eram eleitos "inspetores" (*episcopoi*) que vigiavam a pureza dos ensinamentos. Essas eleições recaíam sobre criaturas de vida irrepreensível, firmeza de convicções e comprovado conhecimento dos preceitos de Jesus.

Por tudo isso, ressalta claro que não é possível aplicar a essa simplicidade despreziosa dessas comunidades ou centros de fé a denominação de "igrejas", palavra que variou totalmente na semântica. Daí termos mantido, neste trecho do evangelho, a palavra original grega "*ekklésia*", já que mesmo sua tradução por "assembleia" não dá ideia perfeita e exata do significado da palavra *ekklésia* daquela época. Não encontramos outro termo para usar, embora a farta sinonímia à disposição: associação, comunidade, congregação, agremiação, reunião, instituição, instituto, organização, grei, aprisco (*aulé*), sinaxe, etc. A dificuldade consiste em dar o sentido de "agrupamento de todos os fiéis a Cristo" numa só palavra. Fomos tentados a empregar "aprisco", empregado por Jesus mesmo com esse sentido (cfr. João 10:1 e 16), mas sentimos que não ficava bem a frase "construirei meu aprisco".

Todavia, quando *ekklésia* se refere a uma organização local de país, cidade ou mesmo de casa de família, utilizaremos a palavra "comunidade", como tradução de *ekklésia*, porque a correspondência é perfeita.

VERS. 18 b - "As portas do hades (*pylai hádou*) não prevalecerão contra ela".

O *hades* (em hebraico *sheol*) designava o *hábitat* dos desencarnados comuns, o "astral inferior" ("umbral", na linguagem espiritual) a que os latinos denominavam "lugar baixo": *ínferus* ou *infernus*. Diga-se, porém, que esse *infernus* (derivado da preposição *infra*) nada tem que ver com o sentido atual da palavra "inferno". Bastaria citar um exemplo em Virgílio (En. 6, 106), onde o poeta narra ter Enéias penetrado exatamente as "portas do hades", *inferní janua*, encontrando aí (astral ou umbral) os romanos desencarnados que aguardavam a reencarnação (*Na revista anual SPIRITVS - edição de 1964, n.º 1 -, nas páginas 16 a 19, há minucioso estudo a respeito de sheol ou hades. Edições Sabedoria*).

O sentido das palavras citadas por Mateus é que os espíritos desencarnados do astral inferior não terão capacidade nem poder, por mais que se esforcem, para destruir a organização instituída por Cristo.

A metáfora "portas do hades" constitui uma *sinédoque*, isto é, a representação do todo pela parte.

VERS. 19 a - "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus".

As chaves constituíam o símbolo da autoridade, representando a investidura num cargo de confiança. Quando Isaías (22:22) fala da designação de Eliaquim, filho de Hilquia, para prefeito do palácio, ele diz : "porei sobre seu ombro a chave da casa de David; ele abrirá e ninguém fechará, fechará e ninguém abrirá". O Apocalipse (3:7) aplica ao Cristo essa prerrogativa: "isto diz o Santo, o Verdadeiro, o que tem a chave de David, o que abre e ninguém fechará, o que fecha e ninguém abrirá". Em Lucas (11:52) aparece uma alusão do próprio Jesus a essa mesma figura: "ai de vós doutores da lei, porque tirastes as chaves da ciência: vós mesmos não entrastes, e impedistes os que entravam".

VERS. 19 b - "O que ligares na Terra será ligado nos céus, e o que desligares na Terra será desligado nos céus".



Após a metáfora das chaves, o que se podia esperar, como complemento, era *abrir e fechar* (tal como em Isaías, texto que devia ser bem conhecido de Jesus), e nunca "ligar" e "desligar", que surgem absolutamente fora de qualquer sequência lógica. Aliás, é como esperávamos que as palavras foram colocadas nos lábios de Clemente Romano (bispo entre 100 e 130, em Roma): "Senhor Jesus Cristo, que deste as chaves do reino dos céus a teu emissário Pedro, meu mestre, e disseste: "o que abrires, fica aberto e o que fechares fica fechado" manda que se abram os ouvidos e olhos deste homem" - *haper àn anoixéis énéôitai, kai haper àn kleisés, kéklestai* - (Martírio de Clemente, 9,1 - obra do 3.º ou 4.º século). Por que aí não teriam sido citadas as palavras que aparecem em Mateus: *hò eàn dêséis... éstai dedeménon... kai hò eàn lêséis...éstai lelyménon?*

Observemos, no entanto, que no local original dessa frase (Mat. 18:18), a expressão "ligar" e "desligar" se encaixa perfeitamente no contexto: aí se fala no perdão a quem erra, dando autoridade à comunidade para perdoar o culpado (e mantê-lo ligado ao aprisco) ou a solicitar-lhe a retirada (desligando-o da comunidade) no caso de rebeldia. Então, acrescenta: "tudo o que ligardes na Terra, será ligado nos céus, e tudo o que desligardes na Terra, será desligado nos céus". E logo a seguir vem a lição de "perdoar setenta vezes sete". E entendemos: se perdoarmos, nós *desligamos* de nós o adversário, livramo-nos dele; se não perdoarmos, nós o manteremos *ligado* a nós pelos laços do ódio e da vingança. E o que ligarmos ou desligarmos na Terra (como encarnados, "no caminho com ele", cfr. Mat. 5.25), será ratificado na vida espiritual.

Daí a nítida impressão de que esse versículo foi realmente *transportado*, já pronto (apenas colocados os verbos no singular), do capítulo 18 para o 16 (em ambos os capítulos, o número do versículo é o mesmo: 18).

A hipótese de que esse versículo (como os dois anteriores) foi interpolado, é baseada no fato de que não figura em Marcos nem em Lucas, embora se trate claramente do mesmo episódio, e apesar de que esses dois evangelistas escreveram depois de Mateus, por conseguinte, já conheciam a redação desse apóstolo que conviveu com Jesus (Marcos e Lucas não conviveram). Acresce a circunstância de que Marcos ouviu o Evangelho pregado por Pedro (de quem parece que era sobrinho carnal, e a quem acompanhou depois de haver abandonado Paulo após sua primeira viagem apostólica. Marcos não podia ignorar uma passagem tão importante em relação a seu mestre e talvez tio. Desde Eusébio, aparece como razão do silêncio de Marcos a humildade de Pedro, que em suas pregações não citava fatos que o engrandecessem. Mas não é admissível que Marcos ignorasse a cena; além disso, ele escreveu seu Evangelho após a desencarnação de Pedro: em que lhe ofenderia a modéstia, se dissesse a verdade total? Mais ainda: seu Evangelho foi escrito para a comunidade de Roma; como silenciar um trecho de importância tão vital para os cristãos dessa metrópole? Não esqueçamos o testemunho de Papias (2,15), discípulo pessoal do de João, o Evangelista, e, portanto, contemporâneo de Marcos, que escreveu: "Marcos numa coisa só teve cuidado: não omitir nada do que tinha ouvido e não mentir absolutamente" (Eusébio, *Hist. Eccles.* 3,39).

E qual teria sido a razão do silêncio de Lucas? E por que motivo todo esse trecho não aparece citado em nenhum outro documento anterior a Marcion (meados do 2º século)?

Percorramos os primeiros escritos cristãos, verificando que a primeira citação é feita por Justino, que aparece como tendo vivido exatamente em 150 A.D.

1. DIDACHE (15,1) manda que os cristãos elejam seus inspetores (bispos) e ministros (diáconos). Nenhum aceno a uma hierarquia constituída por Jesus, e nenhuma palavra a respeito dos "mais velhos" (presbíteros).
2. CLEMENTE ROMANO (bispo de Roma no fim do 1º e início do 2º século), discípulo pessoal de Pedro e de Paulo (parece até que foi citado em Filip. 4:3) e terceiro sucessor de ambos no cargo de inspetor da comunidade de Roma. Em sua primeira epístola aos coríntios, quando fala da hierarquia da comunidade, diz que "Cristo vem da parte de Deus e os emissários (apóstolos) da parte de Cristo" (1ª Clem. 42,2). Apesar das numerosíssimas citações escriturísticas, Clemente não aproveita aqui a passagem de Mateus que estamos analisando, e que traria excelente apoio a suas palavras.
3. PAPIAS (que viveu entre o 1º e o 2º século) também nada tem em seus fragmentos.

4. INÁCIO (bispo entre 70 e 107), em sua Epístola aos Tralianos (3,1) fala da indispensável hierarquia eclesiástica, mas não cita o trecho que viria a calhar.
5. CARTA A DIOGNETO, aliás, comprovadamente a "Apologia de Quadrado dirigida ao Imperador Adriano", portanto do ano de 125/126 (cfr. Eusébio, *Hist. Eccles.* 4,3 ), nada fala.
6. EPÍSTOLA DE BARNABÉ (entre os anos 96 e 130), embora apócrifa, nada diz a respeito.
7. POLICARPO (69-155) nada tem em sua Epístola aos Filipenses.
8. O PASTOR, de Hermas, irmão de Pio, bispo de Roma, entre 141 e 155, e citado por Paulo (Rom. 16:14). Em suas visões a igreja ocupa lugar de destaque. Na visão 3ª, a torre, símbolo da igreja, é construída sobre as águas, mas diz o Pastor a Hermas: "o fundamento sobre que assenta a torre é a palavra do Nome onipotente e glorioso". Na Parábola 9,31, lemos que foi dada ordem de "edificar a torre sobre a Rocha e a Porta". E o trecho se estende sem a menor alusão ao texto que comentamos.
9. JUSTINO (+ ou - ano 150) cita, pela vez primeira, esse texto (*Diálogus*, 100,4), mas com ele só se preocupa em provar a filiação divina do Cristo.
10. IRINEU (bispo entre 180-190), em sua obra cita as mesmas palavras de Justino, deduzindo delas a filiação divina do Cristo (3, 18, 4).
11. ORÍGENES (184-254) é, historicamente, o primeiro que afirma que Pedro é a pedra fundamental da igreja (Hom. 5,4), embora mais tarde diga que Jesus "fundou a igreja sobre os doze apóstolos, representados por Pedro" (*In Matt.* 12,10-14). Só damos o resumo, porque o trecho é bastante longo.
12. TERTULIANO (160-220) escreve (*Scorpiæ*, 10) que Jesus deu as chaves a Pedro e, por seu intermédio, à igreja (*Petro et per eum Ecclesiae*): a igreja é a depositária, Pedro é o Símbolo.
13. CIPRIANO (cerca 200-258) afirma (Epíst. 33,1) que Jesus, com essas palavras, estabeleceu a igreja fundamentada nos bispos.
14. HILÁRIO (cerca 310-368) escreve (*De Trinit.* 3,36-37) que a igreja está fundamentada na profissão de fé na divindade de Cristo (*super hanc igitur confessionis petram*) e que essa fé tem as chaves do reino dos céus (*haec fides Ecclesiae fundamentum est... haec fides regni caelestis habet claves*).
15. AMBRÓSIO (337-397) escreve: "Pedro exerceu o primado da profissão de fé e não da honra (*primatum confessionis útique, non honoris*), o primado da fé, não da hierarquia (*primatum fidei, non ordinis*"); e logo a seguir: "é pois a fé que é o fundamento da igreja, porque não é da carne de Pedro, mas de sua fé que foi dito que as portas da morte não prevalecerão contra ela" (*De Incarnationis Dorninicae Sacramento*, 32 e 34). No entanto, no *De Fide*, 4,56 e no *De Virginitate*, 105 – lemos que Pedro, ao receber esse nome, foi designado pelo Cristo como fundamento da igreja.
16. JOÃO CRISÓSTOMO (c. 345-407) explica que Pedro não deve seu nome a seus milagres, mas à sua profissão de fé (*Hom. 2, In Inscriptionem Actorum*, 6; *Patrol. Graeca* vol. 51, col. 86). E na *Hom.* 54,2 escreve que Cristo declara que construirá sua igreja "sobre essa pedra", e acrescenta "sobre essa profissão de fé".
17. JERÔNIMO (348-420) também apresenta duas opiniões. Ao escrever a Dâmaso (*Epíst.* 15) deseja captar-lhe a proteção e diz que a igreja "está construída sobre a cátedra de Pedro". Mas no *Comm. in Matt.* (in loco) explica que a pedra é Cristo (*in petram Christum*); cfr. 1ª Cor 10:4 "e essa pedra é Cristo".
18. AGOSTINHO (354-430) escreve: "eu disse alhures. falando de Pedro, que a igreja foi construída sobre ele como sobre uma pedra: ... mas vejo que muitas vezes depois (*postea saepissime*) apliquei o *super petram* ao Cristo, em quem Pedro confirmou sua fé; como se Pedro - assim o chamou a Pedra" - representasse a igreja construída sobre a Pedra; ... com efeito, não lhe foi dito "*tu es Petra*", mas "*tu es Petrus*". É o Cristo que é a Pedra. Simão, por havê-lo confessado como o faz toda a igreja, foi chamado Pedro. O leitor escolha qual dos dois sentidos é mais provável" (*Retractationes* 1, 21, 1).

Entretanto, Agostinho identifica Pedro com a pedra no *Psalmus contra partem Donati*, letra S; e na *Enarratio in Psalmum 69*, 4. Esses são os locais a que se refere nas *Retractationes*.

Mas no Sermo 76, 1 escreve: "O apóstolo Pedro é o símbolo da igreja única (*Ecclesiae unicae typum*); ... o Cristo é a pedra, e Pedro é o povo cristão. O Cristo lhe diz: tu és Pedro e sobre a pedra que professaste, sobre essa pedra que reconheceste, dizendo "Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo, eu construirei minha igreja; isto é, eu construirei minha igreja sobre mim mesmo que sou o Filho de Deus. É sobre mim que eu te estabalecerei, e não sobre ti que eu me estabalecerei. ... Sim, Pedro foi estabalecido sobre a Pedra, e não a Pedra sobre Pedro".

Essa mesma doutrina aparece ainda em *Sermo 244,1* (fim): *Sermo 270,2*; *Sermo 295,1* e 2; *Tractatus in Joannem*, 50,12; *ibidem*, 118,4 *ibidem*, 124,5; *De Agone Christiano*, 32; *Enarratio in Psalmum 108,1*.

Aí está o resultado das pesquisas sobre o texto tão discutido. Concluiremos como Agostinho, linhas acima: o leitor escolha a opinião que prefere.

O último versículo é comum aos três, embora com pequenas variantes na forma:

Mateus: não dizer que Ele era o Cristo.

Marcos: não falar a respeito Dele.

Lucas: não dizer nada disso a ninguém.

Mas o sentido é o mesmo: qualquer divulgação a respeito do messianato poderia sublevar uma perseguição das autoridades antes do tempo, impedindo o término da tarefa prevista. (PASTORINO, 1964, p. 32-38). (grifo do original).

É uma opinião de quem esteve do lado de lá, vamos assim dizer, portanto, importante para o nosso estudo.

Oportuno colocarmos o que Iakov Abramovitch Lentsman (1908-1967), renomado historiador soviético, argumenta em *A Origem do Cristianismo*, do qual transcrevemos:

Para justificar a pretensão do Papa ao poder supremo, os chefes do catolicismo contemporâneo citam antes de tudo a passagem do *Evangelho Segundo Mateus* em que se atribui a Jesus estas palavras dirigidas a Pedro: "E também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na Terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na Terra será desligado nos céus". (*Mateus*, XVI, 18-19.) Os teólogos consideram este apóstolo como o fundador da comunidade Crista de Roma e seu primeiro bispo; segundo eles, os bispos romanos, aos quais se deu posteriormente o nome de papas, são seus sucessores e, como tais, devem estar à testa da Igreja universal.

Porém, essas linhas do *Evangelho Segundo Mateus* são posteriores, sem dúvida, à redação primitiva. Os evangelistas, em geral, evitam empregar a palavra "Igreja". Salta aos olhos, por outro lado, que a anunciação do fim do mundo num futuro próximo contradiz o projeto de edificação de uma Igreja universal. Além disso, a passagem citada não figura nos outros evangelhos.

A comunidade cristã de Roma não se formou, visivelmente, senão no século II, fato esse que é confirmado pela própria arqueologia cristã. Os vestígios mais antigos de cristãos em Roma remontam apenas aos meados do século I, e isso é atestado pelos documentos literários da Antiguidade. A lista de bispos romanos remontando a Pedro, apresentada, pela primeira vez, por Irineu, só é verdadeira a partir da segunda metade do século II.

Os chefes da comunidade cristã de Roma não tinham pretendido, até essa época, qualquer prerrogativa especial em relação aos bispos de outras cidades. Tertuliano e Orígenes levantaram-se energicamente contra a ideia de que a Igreja teria sido fundada somente por Pedro, e não por todos os apóstolos. Quando, no ano de 178, o bispo romano Eleutério considerou-se no dever de estigmatizar as seitas montanistas, as comunidades da Gália acharam possível dirigir-se a ele para pedir que renunciasse aos seus ataques. Vitor, seu sucessor, excomungou as comunidades da Ásia Menor por celebrarem a páscoa

na mesma época que os judeus, mas quando Irineu reclamou uma solução conciliatória, ele voltou atrás na sua decisão. Tertuliano perguntou-lhe ironicamente se convinha admitir que ele estava se preparando, "julgando-se *pontifex maximus*, bispo dos bispos, para dar ordens a estes".

Tudo isso prova que os bispos romanos começaram a tatear o terreno visando a submeter ao seu poder as outras comunidades cristãs, somente a partir da segunda metade do século II, isto é, depois da constituição do episcopado monárquico. Porém, detiveram-se ante a oposição despertada nessas comunidades, e se viram, mais de uma vez, obrigados a bater em retirada. Só conseguiram se impor às comunidades orientais do Império ao cabo de um século, no final do século III, e, definitivamente, no começo do século IV. Mas, o estudo deste problema ultrapassa os planos da presente obra, de modo que nos devemos limitar a assinalar o papel ativo dos bispos romanos daquele período, no que concerne ao estabelecimento do cânone da Igreja. Os mais antigos catálogos de escritos canônicos provêm da comunidade de Roma, precisamente das que se encontravam diretamente sob sua influência. Os bispos romanos mantiveram também uma luta particularmente tenaz contra os montanistas e os gnósticos. (LENTSMAN, 1963, p. 200-201). (grifo nosso).

A afirmativa de que "essas linhas do *Evangelho Segundo Mateus* são, sem dúvida, posteriores à redação primitiva" é, para nós, uma explicação bem lógica para justificar o porquê do teor delas não ser encontrado nos sinópticos Marcos e Lucas e nem em João.

Outro importante exegeta, que confirma o fato de não constar dos textos primitivos, é o teólogo católico Hans Küng:

Mas o fato decisivo é que, desde a transferência do governo imperial para Constantinopla, no Ocidente os bispos de Roma aproveitam o vácuo do poder. Atribuem-se cada vez mais poder (*potestas*), primeiro na igreja; depois, condicionados pela confusão das invasões bárbaras, também no estado. O discurso do serviço à igreja e ao estado passa agora a ser mera formalidade.

De início Roma quase não fez exigências jurídicas fundamentadas em Pedro. A passagem do evangelho de Mateus, tão fundamental para os atuais bispos de Roma: "Tu és Pedra, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja" (16,18s), que agora enfeita a cúpula da Basílica de São Pedro com letras de dois metros de altura sobre fundo dourado, não aparece nem uma única vez completa em toda a literatura cristã dos primeiros séculos. Só em meados do terceira século, pela primeira vez um bispo de Roma (Estêvão) apela para o primado de Pedro na disputa com outras igrejas. E só muito depois da guinada constantiniana é que a citação da pedra é usada em apoio às exigências primaciais romanas. Mas precisamente essa interpretação não foi acompanhada por todo o Oriente cristão, nem por Agostinho, por exemplo. Pois em toda a parte, quando se fala da "pedra", pensa-se até hoje na fé de Pedro em Cristo, que é o fundamento da igreja. Sobre uma autoridade jurídica de Pedro sobre toda a igreja e, mais ainda, de um primado do sucessor romano de Pedro, mesmo em Roma, por muito tempo não se sabia coisa alguma, como em todo o Oriente, compreensivelmente, nada se quer saber até hoje. (KÜNG, 2004, p. 232) (grifo nosso).

Observar que Küng não deixa de ainda abordar a questão de ser outra a interpretação para essa passagem bíblica.

Para melhor informar, a você, leitor, trazemos os dados biográficos de Hans Küng (1928 - ), já que será citado por várias vezes:

Hans Küng, nascido na Suíça em 1928, é padre católico romano desde 1954. Foi professor na Universidade de Tübingen (1960-1996), onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica. Exerceu papel central na redação do documento final do Concílio Vaticano II (1962-1965), do qual foi consultor teológico. Marcou presença na Igreja, questionando as doutrinas tradicionais e a infalibilidade papal. Proibido em 1979 pelo Vaticano de atuar como teólogo católico, foi alvo de debate internacional. Nessa época foi nomeado pela universidade para a cadeira de teologia ecumênica. tarefa na qual se sente

totalmente à vontade já que se dedica prioritariamente à união dos povos, das raças, das religiões, enfatizando o que há de comum entre eles, relativizando o que os separa. Atualmente mantém boas relações com a Igreja e é presidente da Fundação de Ética Global em Tübingen.

Hans Küng é uma das figuras mais dignas de nota da teologia contemporânea. Dedicou-se ao estudo das grandes religiões, sendo autor de obras conceituadas em todo o mundo. (KÜNG, 2004, orelha contracapa).

Essa é também a opinião do historiador britânico Laurence Gardner (1943-2010):

É essencial lembrar que Jesus não era gentio nem cristão. Ele era um judeu, cuja religião era o judaísmo radical. Com o passar do tempo, porém, sua missão original foi usurpada e dominada por um movimento religioso que assumiu seu nome para obscurecer seus herdeiros de fato. Esse movimento se centralizava em Roma e baseava sua autoridade auto proclamada na afirmação de Mateus 16:18-19, na qual Jesus teria dito "és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja". Infelizmente, a palavra grega *petra* (rocha), relacionada à Rocha de Israel, foi traduzida erroneamente como se fosse *petros* (pedra), referindo-se a Pedro (134) (que chegou a ser chamado de Cefas: uma Pedra, como em João 1:42). Jesus estava, na verdade, afirmando que a missão dele e de Pedro deveria ser fundamentada sobre a Rocha de Israel, não sobre o próprio Pedro. Independentemente disso, o novo movimento decretou que só aqueles que tivessem recebido autoridade passada diretamente de Pedro poderiam ser líderes da Igreja Cristã. Foi um conceito engenhoso, cuja intenção era restringir o controle geral a uma fraternidade seleta e autopromotora. Os discípulos gnósticos (135) de Simão (Mago) Zelotes o chamavam de "a fé dos tolos".

(134) Gladys Taylor, *Our Neglected Heritage*, Covenant Books, Londres, 1974, vol. 1, p. 42.

(135) Os Gnósticos eram assim chamados porque a eles se atribuía gnosis (grego: "conhecimento" - principalmente a visão esotérica). O movimento gnóstico se originou em Samaria, onde Simão Zelote (Simão, o Mago) era líder dos Magos (homens de sabedoria) samaritanos de Manassés do Oeste. Posteriormente, desenvolveu-se também na Síria, novamente com Simão como seu principal proponente, antes de entrar no ambiente cristão pré-romano.

(GARDNER, 2004, p. 101) (grifo nosso).

Leiamos o que, em notas explicativas, dizem desse passo de Mateus, nas seguintes edições bíblicas:

16:18 *tu és Pedro*. O nome Pedro (no grego, *Petros*) significa pedra ou homem-pedra. Na frase seguinte, Cristo usou a palavra *petra* ("sobre esta rocha"), uma forma feminina da palavra "pedra", que não era um nome próprio. Cristo faz um jogo de palavras. Ele não disse "sobre ti, Pedro" ou "sobre os teus sucessores", mas "sobre esta rocha" - sobre esta revelação divina e esta profissão de fé em Cristo. (Mundo Cristão, 1994, p. 1208)

E conforme Pe. Matos Soares "No aramaico, língua usada por Jesus, não há diferença entre o nome próprio *Pedro* e o nome comum *pedra*. (Paulinas, 1957, p. 1198)

*Pedro*: tradução grega do nome aramaico *Kefá* (rocha). Tal nome grego não era usado como nome próprio de pessoa na sociedade da época". (TEB, 1996, p. 1213).

Então, na verdade, o nome Pedro, nessa frase atribuída a Jesus, não faz sentido algum, pois o correto seria constar "rocha" ou "pedra"; e não Pedro.

Voltando às nossas considerações, apresentamos uma dúvida: se somente atribuíram o papado a Pedro, pelo simples fato dele ter reconhecido a Jesus como o Messias, qual cargo deveria ter sido dado aos envolvidos nestas passagens, que também o reconheceram como tal?:

Mt 14,33: *"Os que estavam na barca se ajoelharam diante de Jesus, dizendo: 'De fato, tu és o Filho de Deus'."*

Mc 3,11: *"Vendo Jesus, os espíritos maus caíam a seus pés gritando: 'Tu és o Filho de Deus!'"*.

Jo 11,24-27: *"Marta ... respondeu: 'Sim, Senhor. Eu acredito que tu és o Messias, o Filho de Deus que devia vir a este mundo'."*

Na sequência da passagem de Mateus, lemos:

Mt 16,21-23: *"E Jesus começou a mostrar aos seus discípulos que devia ir a Jerusalém, e sofrer muito da parte dos anciãos, dos chefes dos sacerdotes e dos doutores da Lei, e que devia ser morto e ressuscitar ao terceiro dia. Então Pedro levou Jesus para um lado, e o repreendeu, dizendo: 'Deus não permita tal coisa, Senhor! Que isso nunca te aconteça!' Jesus, porém, voltou-se para Pedro, e disse: 'Fique longe de mim, Satanás! Você é uma pedra de tropeço para mim, porque não pensa as coisas de Deus, mas as coisas dos homens!'"*

Se Pedro é mesmo "a pedra", então, devemos concluir que ele só pode ter sido "pedra de tropeço" para Jesus, isso sim, pelo fato de Jesus ter usado, embora em sentido figurado, o substantivo pedra no seu sentido preciso. Caso seja verdadeiro (e deve ser porque não deixa margem a interpretação) o trecho da passagem (Mt 16,17-19), fica a interrogação: a quem se poderia relacionar a palavra pedra? Vamos pesquisar.

**Quem era "a pedra"?**

Seria interessante que fôssemos ver a quem se poderá atribuir a palavra "pedra", para responder à pergunta que fecha o tópico anterior.

Primeiramente, uma relação de importância que poderíamos fazer é que os Dez Mandamentos foram escritos em "tábuas de pedra" (Dt 4,13), significando, talvez, leis sólidas e duráveis.

Encontramos, também citações sobre "a pedra angular", que seria:

**Pedra Angular.** Grande pedra que desempenhava importante papel na construção antiga, assim chamada por ficar nos ângulos. O salmo 117,22 descreve Israel como pedra rejeitada, mas que, depois tornar-se-ia a pedra fundamental. Nisso, Israel era um tipo de Cristo que se apresentou como a pedra rejeitada pelos construtores, mas depois escolhida por pedra angular (Mt 21,42), aplicando a Si o salmo citado. S. Paulo em Ef. 2,20 usa a mesma metáfora da pedra angular para apresentar a Cristo, elemento de união entre os fiéis, gentios e judeus, como a pedra angular que une duas paredes do mesmo edifício. (Dicionário Prático - Barsa, p. 210).

Entendemos, então, que Cristo é a pedra angular. Realmente, ele aplica a si mesmo isso, de acordo com Mateus (Mt 21,42), Marcos (Mc 12,10) e Lucas (Lc 20,17). Tomemos a versão de Mateus, para o teor desses três passos:

Mt 21,42: *"Então Jesus disse a eles: 'Vocês nunca leram na Escritura: 'A pedra que os construtores deixaram de lado tornou-se a pedra mais importante; isso foi feito pelo Senhor, e é admirável aos nossos olhos?'"*.

A Escritura referenciada é o livro de Salmos, onde podemos ler o seguinte:

Sl 118,22-23: *"A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se pedra angular. Isso vem de Javé, e é maravilha aos nossos olhos"*.

A explicação que encontramos para "pedra" nesse Salmo é que:

A pedra...: diretamente é o povo israelita que foi rejeitado pelos

construtores de impérios como indigna de seus planos grandiosos, mas foi por Deus escolhida para pedra angular do reino messiânico. Israel é aqui um tipo do Cristo, que, em sentido mais perfeito, afirmou ser a pedra angular. (Bíblia Barsa, p. 476). (grifo nosso).

A pedra angular, nesse Salmo, é, portanto, o povo de Israel. Podemos, ainda, acrescentar, para esclarecer mais a questão, esta outra explicação:

Canto solene de ação de graças, recitado alternadamente por um solista e pelo coro, durante a procissão ao templo para comemorar festivamente o dia da vitória de Deus sobre os inimigos de seu povo, libertado de um grande perigo nacional. Chegando à porta do santuário, a comitiva pede entrada, só franqueada aos justos, que conformam sua vida às exigências da lei divina. O motivo da exultação dos fiéis no templo é o amor de Deus, manifestado na eleição de Israel dentre todos os povos, para ser pedra angular no edifício da salvação da humanidade. Os construtores do edifício da história humana excluíam dos conchavos da política internacional um povo tão insignificante como Israel, o qual, porém, seguindo os desígnios de Deus, ocupa o lugar central na vida espiritual dos povos, por ser a chave do processo de estabelecer o reino de Deus na terra e o veículo de transmissão dos desígnios salvíficos de Deus na história. (Bíblia Vozes, p. 737-738).

O que aqui se explica não deixa nenhuma dúvida sobre quem era a pedra angular e, também, confirma o que foi dito na explicação anterior.

Entretanto, o que é mais interessante ainda é ver o próprio Pedro, a quem atribuem ser a pedra, afirma, categoricamente, que Jesus é a pedra rejeitada, de acordo com o que se vê em At 4,11 e 1Pe 2,4. Paulo, também disse que “a pedra era Cristo”, conforme poder-se-á ver em Rm 9,32; 1Cor 10,4 e Ef 2,20-21. Vejamos, por exemplo, o texto desse último passo:

*“Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção. Em Cristo, toda construção se ergue, bem ajustada, para formar um templo santo no Senhor” (Ef 2,20-21).*

Aliás, aqui Paulo inclui como alicerce do edifício os apóstolos e os profetas, não sendo, portanto, coisa exclusiva de Pedro. Jesus, para ele, é a pedra principal do edifício.

Vejamos a opinião de Russel Norman Champlin (1933- ) e João Marques Bentes (1932- ), dois eruditos bíblicistas:

Voltemos, pois à primeira interpretação que diz que a pedra é Pedro. Há muitas variações dessa interpretação, das quais as seguintes são representativas:

1. De acordo com a doutrina da Igreja Católica Romana, o texto ensina que Pedro é a base ou fundamento da Igreja, separado dos demais apóstolos; e assim aparece a *primazia* de Pedro, no que fica *subentendida* a doutrina do papado. Portanto, a maior parte dos intérpretes católicos romanos, como Launoi, Dupin, e também alguns protestantes, com alguma variação na interpretação (Werenfels, Pfaff, Bengel e Crusius), apresentam essa interpretação. Tais intérpretes exageram o sentido do texto como qualquer leitor pode observar, se não for desviado por fortes preconceitos.

2. A “pedra” é Pedro, mas *não separado* dos outros apóstolos, e, provavelmente, também não separado dos membros da Igreja em geral. Peter Schaff (*in loc.*, em Lange) diz: “Pedro (representando os outros apóstolos), tendo confiado em Cristo e tendo-o confessado (devido a isso), é a *petra ecclesiae*. As outras ideias parecem ter sido criadas especialmente para evitar a interpretação duvidosa da Igreja romana, que tira do texto doutrinas que não se desenvolveram senão alguns séculos após ter sido feita a declaração simples deste texto. Entretanto, não é necessário que se criem interpretações errôneas para evitar outras errôneas. Ainda que esse texto cite Pedro como a pedra *Fundamental* da Igreja, não ensina coisa alguma que não possa ser encontrada em outros trechos bíblicos”. De conformidade com a leitura simples do texto, é

melhor aceitarmos a interpretação natural, entendendo aqui que Pedro é a “petra”, mas no sentido que segue abaixo. Dificilmente o texto tem bom sentido se apresentarmos outra interpretação. Por que Jesus chamou Simão de *petros*, nesta oportunidade? Por que, no vs. 19, são mencionados poderes extraordinários que seriam dados a Pedro? Facilmente, Jesus poderia ter ensinado que Pedro é a pedra fundamental da Igreja, evitando chamá-lo de “petros”; a referência como existe perde todo o sentido se não a entendermos que Pedro seria a pedra fundamental da Igreja. É verdade que no original grego há um jogo de palavras com esses vocábulos, mas o sentido seria mais ou menos como esta paráfrase: “Tu és uma pedra, um pequeno e insignificante fragmento, mas eu mostrarei que grande coisa posso fazer de ti. Tu serás uma rocha maciça, rocha fundamental na minha Igreja, brevemente começarei a edificar”. Os escritos rabinos usam expressões como essas, isto é, indicam homens como pedras fundamentais da congregação de Deus. Por exemplo, esses escritos asseveram que Deus não pode edificar o seu mundo sobre o fundamento da geração de Enós, mas que em Abraão o Senhor encontrou tal qualidade de fundamento. E neste texto encontramos a mesma idéia.

Em confirmação dessa interpretação, consideremos os seguintes argumentos:

1. O uso da literatura rabinica, conforme já vimos.
2. O fato de que o jogo de palavras, no grego, realmente indica essa interpretação e não a elimina.
3. No idioma falado por Jesus, o aramaico, a palavra que ele usou para dar nome a Pedro era a mesma palavra que significa “pedra” ou fundamento da Igreja.
4. As dentais interpretações existem principalmente para combater ideias consideradas falsas da Igreja Católica Romana; mas não se baseiam no próprio texto bíblico.
5. A mesma verdade é ensinada em Efé. 2:20: “Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular”. O texto mostra que esse edifício é a Igreja, a habitação de Deus no Espírito, a “família” de Deus (vs. 19). E a passagem de Apo. 21:14 indica a mesma ideia.
6. O testemunho do próprio Pedro, em I Ped. 2:4-6, também indica a mesma verdade: “Chegando-vos para ele, a pedra que vive...vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual...ponho em Silo uma principal pedra angular...”. A pedra principal, angular é o símbolo de Cristo. Dificilmente a pedra angular pode conter uma referência ao fundamento inteiro.
7. Em sentido exclusivo, somente Cristo pode ser o fundamento de Igreja, e isso é o que se aprende em I Cor. 3:11, que diz: “Porque ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo”. O vs. 10 do mesmo capítulo mostra que o tema é Cristo como alicerce da vida cristã: “...segundo a graça de Deus que me foi dada, lancei o fundamento como prudente construtor; e outro edifica sobre ele; porém cada um veja como edifica... Contudo, se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha...” Essas coisas falam da vida cristã como que edificada sobre Cristo, em torno de sua pessoa, e, naturalmente, não pode haver outro fundamento nesse sentido. Porém, nos textos de Mat. 16 e de Efé. 2 (juntamente com outros), não está em foco essa questão, porquanto falam do grande edifício da Igreja. Esse edifício, habitação de Deus, tem algumas pedras fundamentais, a saber, os apóstolos, os profetas - todos os quais são como que pedras vivas. Nesse edifício Cristo é a pedra fundamental, angular.
8. Precisamos notar que aquilo que foi dito acerca de Pedro em Mat. cap. 16, foi estendido aos demais Apóstolos em Efé. 2:20, pelo que o texto de Mateus 16 não subentende a primazia *permanente* de Pedro, segundo ensina a Igreja Católica Romana. Dificilmente, portanto, há qualquer possibilidade de apoio às doutrinas romanistas sobre o papado. Essa interpretação romanista exagera o texto sagrado. Pedro, como pedra fundamental da Igreja, recebeu certos poderes de ofício. Na administração de seu ofício, tinha o poder de “proibir e permitir”, conforme mostra o vs. 19. Mais tarde, esses poderes também foram dados aos outros apóstolos. Os demais apóstolos, tendo esses poderes em comum, também eram pedras fundamentais de Igreja (Efé. 2:20).
9. Pedro, no que diz respeito à porção judaica da Igreja, era fundamental no



edifício da mesma, como se pode ver em Atos 1:15; 2:14,37; 3:12; 4:8; 5:15,29; 9:34,40; 10:25,26; Gál. 1:18. Ele é a pedra fundamental no sentido bíblico, e não no sentido papista. Para transferir para Pedro ou para qualquer outro indivíduo as ideias de primazia e papado precisamos usar de grande preconceito, imaginação e *ginástica lógica*. Os privilégios e poderes que Jesus deu aqui a Pedro, posteriormente, foram conferidos também a todos os outros apóstolos, e até mesmo aos crentes comuns, como nos indica a referência em Mat. 18:17-19. Não há, nem nas Escrituras e nem na história eclesiástica, evidências que indiquem que, na Igreja primitiva, houvesse papado, ofício esse transferível a outros que também exercessem a autoridade e a posição que Jesus conferiu a Pedro. Esses ensinamentos procedem da tradição, e não das Escrituras. Contra essa interpretação romanista alinham-se os seguintes argumentos:

1. A doutrina do papado ignora o caráter do símbolo do fundamento, isto é, um fundamento deve ser posto de *uma vez só*, deve ser permanente, não pode ser renovado nem mudado continuamente, como sucede na sucessão papal.

2. Essa interpretação confunde *primazia de tempo* com superioridade permanente de ofício.

3. Essa interpretação confunde o apostolado, que era um ofício *intransferível*, válido somente no tempo de Jesus, com o desenvolvimento do episcopado pós-apostólico na Igreja, que só surgiu depois do tempo dos apóstolos.

4. Essa interpretação envolve o *não reconhecimento* do ofício dos outros apóstolos, os quais também receberam os poderes e privilégios que foram dados a Pedro naquela ocasião. Eles também foram fundamentos da Igreja, isto é, formaram o alicerce da Igreja (ver Efê. 2:20).

5. Essa interpretação *contradiz* os próprios escritos de Pedro (I Ped. 2:5,6), que são contrários à ideia de um tipo de papado e que jamais podem indicar a existência de tal coisa.

6. Finalmente, podemos afirmar que essas doutrinas, como a do papado, a da extrema primazia de Pedro, só apareceram no dogma *posterior* da história eclesiástica, e não se alicerçam nas próprias Escrituras nem em qualquer precedente da Igreja primitiva. Não havia primazia do bispo de Roma sobre o bispo de Jerusalém, de Cesareia ou de qualquer outra localidade. A primazia do bispo de Roma foi um desenvolvimento posterior. (CHAMPLIN e BENTES, 1995, p. 833-834).

Então, Pedro não pode ser a base da Igreja de Cristo; aliás, é de se perguntar: quem poderia ser? Se formos seguir estritamente o que consta do Novo Testamento, poderemos dizer que Paulo seria um bom candidato, porquanto ele foi o “vaso escolhido” por Jesus (At 9,15) ou, quem sabe, João, “o discípulo a quem Jesus amava” (Jo 13,23; 19,26; 20,2; 21,7; 21,20)? Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque? Vamos ver isso posteriormente, mas, por agora, veremos se seu perfil lhe dava proeminência sobre todos os outros discípulos.

**Poderemos dizer, pelos fatos, que Pedro foi o primeiro papa?**

Primeiramente, recorreremos às informações do teólogo Hans Küng, que na obra *A Igreja Católica*, afirma:

Os bispos da Igreja Católica (como os das Igrejas Anglicana e Ortodoxa) gostam de se chamar de “sucessores dos apóstolos”. Diz-se que a constituição presbiterial-episcopal da igreja foi instituída por Jesus Cristo, e até que é uma instituição divina e, portanto, uma lei divina imutável (*ius divinum*). Entretanto, a coisa não é tão simples assim. Uma investigação cuidadosa das fontes do Novo Testamento nos últimos 100 anos mostrou que esta constituição de igreja, centrada no bispo, não é absolutamente determinada por Deus ou dada por Cristo, mas é o resultado de um longo e problemático desenvolvimento histórico. É obra humana e, portanto, pode ser mudada.

Qualquer leitor da Bíblia pode ver, a partir dos primeiros documentos do Novo Testamento, aquelas cartas do apóstolo Paulo cuja autenticidade é indiscutível, que neles não há qualquer menção a uma instituição legal da igreja (nem com base na “autoridade apostólica” de Paulo). Em contraste com o relato de Lucas nos Atos dos Apóstolos e com as ainda posteriores

epístolas pastorais “dos primeiros tempos católicos” dirigidas a Timóteo e a Tito, nas comunidades paulinas não havia um episcopado monárquico, nem um presbiterado, nem uma ordenação por imposição das mãos. (KÜNG, 2002, p. 46) (grifo nosso).

Então, de cara, já temos que na igreja primitiva não havia um episcopado monárquico; portanto, é fora de propósito afirmar-se que alguém exerceu a liderança como papa.

Em sua outra obra *Religiões do Mundo: em busca dos pontos comuns*, Küng, afirma:

Uma ou duas gerações depois de Paulo, como encontramos atestado nos Atos dos Apóstolos, de Lucas, nas epístolas pastorais e nas epístolas de Inácio de Antioquia, é precisamente em Antioquia que, por motivos práticos, é estabelecida uma hierarquia, um “governo sagrado” - um episcopado monárquico, ou mesmo uma hierarquia de três níveis: bispos, presbíteros (sacerdotes) e diáconos. Logo ela se torna predominante também nas comunidades paulinas e, a partir do Oriente, encontra acolhida também no Ocidente e em Roma. De acordo com os documentos do Novo Testamento, não se pode falar de uma “instituição” dessa hierarquia por Cristo ou pelos apóstolos; por isso também não se pode não obstante toda a ideologia eclesiástica - declará-la imutável. Pelo contrário, assim como a exclusiva “sucessão apostólica” dos bispos (separada de párcos e leigos), ela é o resultado de um (quase inevitável) desenvolvimento histórico. A igreja pode ser organizada assim, mas não precisa necessariamente ser organizada assim. (KÜNG, 2004, p. 221) (grifo nosso).

Tem-se, portanto, que não havia mesmo hierarquia nos primórdios do cristianismo, dessa forma, não há que se falar em Pedro, ou qualquer outro seguidor de Jesus, como Papa, com base em algum tipo de hierarquia criada por Ele, uma vez que: “O judeu Jesus não anuncia nenhum estado judeu teocrático, nem também a instituição de uma igreja. Anuncia, isso sim, a chegada do reino de Deus, com suas promessas e exigências. [...]” (KÜNG, 2004, p. 216).

E, um pouco mais à frente, falando de Constantino, Hans Küng informa-nos:

Foi o imperador Constantino (306-337) quem, depois de períodos de grave opressão e perseguição por parte do estado, terminou por provocar, no início do século IV, a inevitável guinada política. Com a mudança do paradigma político, a cristandade ganha também outro centro: em vez de Jerusalém, primeiro Roma e, logo em seguida, Constantinopla, criada pelo imperador Constantino em lugar da antiga Bizâncio grega. Bizâncio passa a ser o centro, a igreja que lidera a cristandade, a segunda Roma. As pequenas comunidades de cristãos transformam-se agora em grandes organizações. A minoria transforma-se em maioria, a religião perseguida na única religião legítima e, por fim, a igreja subterrânea em igreja do Estado.

O símbolo dessa igreja do Estado passa a ser a Santa Sofia, ou Hagia Sophia, construída no século VI pelo imperador Justiniano (527-565). Na galeria, um grandioso mosaico - felizmente preservado da destruição - ilustra claramente a nova ideologia do estado cristão. Jesus Cristo é nesse paradigma entendido como o soberano universal (*Pantokrator*), ocupando o lugar de Deus. E em seu nome o imperador, como *autokrator*, governa estado e igreja. O imperador, e somente ele, convoca, dirige e aprova aqueles concílios ecumênicos que estabelecem as regras da fé, a ortodoxia; de um papa não se fala naquele tempo, nem mesmo na antiga Roma. (KÜNG, 2004, p. 223) (grifo nosso).

Mais uma vez é confirmado que não havia nenhum papa nos primórdios do cristianismo, portanto o que contam sobre isso para justificar o papado é pura invenção para legitimar-se a suposta primazia da Igreja Católica sobre as outras religiões.

Pelas informações dos autores dos evangelhos “Segundo Mateus”, “Segundo Marcos” e “Segundo Lucas”, Pedro era um pescador e, juntamente com André, seu irmão, eram sócios de Tiago e João, com os quais dividiam as tarefas de pesca. Sua condição e a de João era,

conforme Lucas, de "*homens iletrados e sem posição social*" (At 4,13), o que não deverá ser objeto de discriminação, sob qualquer um dos aspectos citados.

Nos relatos dos Evangelhos percebemos um Pedro falante, sempre questionando a Jesus sobre alguns pontos duvidosos. Porém, se foi falante, também foi "vacilante", pois Jesus, ao convidá-lo para andar sobre as águas, ele não conseguiu, porquanto não confiou no Mestre (Mt 14,25-32).

Quando Jesus, no Getsêmani, passava por momentos cruciais, pois breve iria ser crucificado, Pedro e os outros dois discípulos, Tiago e João, dormiam, ao que o Mestre disse-lhe: "*Simão, você está dormindo? Você não pôde vigiar nem sequer uma hora?*" (Mc 14,37).

Cobrou algum tipo de recompensa de Jesus pelo fato de segui-lo (Mt 19,27; Lc 18,28).

João é o único que fala que Pedro teria tirado uma espada para defender Jesus, quando de sua prisão (Jo 18,10). Mas, pouco tempo depois, apesar da advertência do Mestre, ele o nega por três vezes (Mt 26,69-75), embora tenha antes afirmado que morreria com ele, mas não o negaria (Mt 26,35).

No livro de Atos, Pedro aparece até a época do "Concílio de Jerusalém", no ano de 49. Depois disso ele simplesmente desaparece do mapa, como se diz popularmente. A sua participação neste "Concílio" será examinada mais à frente.

Não viajou tanto quanto Paulo, que, em três viagens, visitou trinta e duas cidades; mas, pelo que se depreende das narrativas, Pedro esteve nas seguintes cidades ou regiões: Jerusalém (At 11,2; 15,4); Samaria (At 8,14); Lida (At 9,32) Jope (At 9,43); Cesareia (At 10,23); Antioquia (13,1). Admite-se que a sua primeira carta foi escrita em Roma (1Pe 5,13), supondo-se que a citação da Igreja de Babilônia se refira a ela; isso por volta de 63.

Pedro foi preso por Herodes Agripa I, e solto "milagrosamente" por um anjo; isso aconteceu, provavelmente, no ano de 42 (At 12).

Como vimos anteriormente, suas cartas são em número muito pequeno em relação às de Paulo. No ano de 58, o Apóstolo dos Gentios escreve uma epístola aos romanos, fato que nos causa estranheza, diante da alegação de que Pedro, a essa época, já morava em Roma, se nessa carta ele, Paulo, não faz a mínima menção ao suposto primeiro papa. Ademais era de se esperar que Pedro desse as orientações aos romanos, caso fosse mesmo o alegado papa. Inclusive, nessa epístola, Paulo chega a afirmar que "*Fiz questão de anunciar o Evangelho onde o nome de Cristo ainda não havia sido anunciado, a fim de não construir sobre alicerces que outro havia colocado*" (Rm 15,20), o que nos leva a concluir que Pedro não pregava em Roma.

Corroborando, informa-nos Küng:

Mesmo a historiografia católica reconhece hoje: de uma presença de Pedro em Roma nada pode ser encontrado em todo o Novo Testamento, e de um especial "sucessor" de Pedro não existe nem mesmo uma única menção. Um bispo de Roma não é conhecido nem pelo Novo Testamento nem pelas mais antigas fontes neo-testamentárias. Nem a carta do apóstolo Paulo aos romanos nem o escrito mais antigo da comunidade romana a Corinto mencionam tal bispo. Isso seria algo impensável, se de fato ele tivesse existido. Um episcopado monárquico em Roma só pode ser comprovado mais tarde, a partir mais ou menos da metade do século II. (KÜNG, 2004, p. 231) (grifo nosso).

Paulo foi preso por volta de 57-59, sendo, posteriormente, enviado a Roma (60-61), onde esteve em prisão domiciliar, mas era livre para receber visitas; entretanto, não se tem notícias de que "o nosso primeiro papa" o tenha visitado. Por que não se comportou como a família de Onesiforo, citada por Paulo: "*... todos os da Ásia me abandonaram, e entre eles Figelo e Hermógenes. Que o Senhor conceda misericórdia à família de Onesiforo, porque ele muitas vezes me confortou e não se envergonhou de eu estar preso; ao contrário, quando chegou a Roma, ele me procurou com insistência, até me encontrar. Que o Senhor lhe conceda misericórdia junto a Deus naquele Dia...*" (2Tm 1,15-18)?

Sobre essa questão, diz-nos o teólogo Huberto Rohden (1893-1981), padre jesuíta

durante o início de sua carreira literária, graduou-se em Ciências, Filosofia e Teologia pelas Universidades de Innsbruck (Áustria), Valkenburg (Holanda) e Nápoles (Itália), foi fundador da Instituição Cultural e Beneficente Alvorada (1952), lecionou na Universidade de Princeton (Estados Unidos da América), American University, de Washington D.C. (EUA), e na Universidade Mackenzie (São Paulo, SP):

No ano 60 ou 61 chega São Paulo a Roma como prisioneiro, e passa dois anos na capital do Império, com permissão da polícia romana de receber visitas. De fato, numerosos cristãos o visitam. Estabelece-se vivo intercâmbio de correspondência entre o "prisioneiro de Cristo" em Roma e as numerosas Igrejas cristãs da Ásia Menor e do sul da Europa por ele fundadas. Paulo, na prisão, escreve diversas cartas, aos cristãos de Filipos, de Éfeso, de Colossos, a seu amigo Filêmon, mencionando os nomes de seus colaboradores e amigos em Roma – e mais uma vez, nenhuma referência a Pedro, que, por esse tempo, já devia ser bispo de Roma há quase vinte anos, segundo a teoria dos teólogos romanos de hoje. Por que não visita Pedro, o grande confessor de Cristo na prisão? A resposta é simples, embora nada "romana": porque Pedro não estava em Roma, nem era conhecido dos cristãos da capital do Império. (ROHDEN, 1995, p. 99) (grifo nosso).

Se, por um acaso, Pedro estivesse mesmo vivendo em Roma, apesar de, ao que nos parece, não existir nenhuma prova disso, o motivo de não ter visitado Paulo não pode ser outro senão de que ele se acovardou, igual a quando da ocasião da prisão de Jesus, ele o nega por três vezes.

Logo que chegou a Roma, Paulo convocou uma reunião com os principais dos judeus, conforme citado no passo:

*At 28,16-17: "E, logo que chegamos a Roma, o centurião entregou os presos ao general dos exércitos; mas a Paulo se lhe permitiu morar sobre si à parte, com o soldado que o guardava. E aconteceu, que, três dias depois, Paulo convocou os principais dos judeus, e, junto eles, lhes disse: 'Varões irmãos, não havendo eu feito nada contra o povo, ou contra os ritos paternos, vim, contudo, preso desde Jerusalém, entregue nas mãos dos romanos;'"*

Com isso fica provado que Paulo, apesar de preso em prisão domiciliar, recebia normalmente as pessoas que lhe visitavam; conseguiu até convocar os principais dos judeus para uma reunião a fim de lhes explicar o que havia acontecido. O nome de Pedro, o suposto papa, sequer é citado; então, a afirmação de Rohden é exata, Pedro realmente não estava em Roma.

Segundo a tradição, Pedro morreu em Roma, no ano de 64, provavelmente vítima da perseguição de Nero, crucificado de cabeça para baixo, mas por que não aconteceu a ele o mesmo que a Paulo? Vejamos: *"Na noite seguinte, o Senhor aproximou-se de Paulo e lhe disse: 'Tenha confiança. Assim como você deu testemunho de mim em Jerusalém, é preciso que também dê testemunho em Roma'."* (At 23,11), fato que coloca Paulo, um possível subordinado de Pedro, recebendo uma orientação direta de Jesus, o que não aconteceu com o suposto papa nomeado por Ele.

E já que mencionamos suas cartas, seria útil analisá-las. É o que faremos no próximo item; mas, antes, vamos ver algo de interessante em *A Igreja Católica*, de Hans Küng, cujo título é: **O primeiro papa de verdade**; leiamos:

#### O primeiro papa de verdade

A Igreja Católica imperial, que abarcava todo o mundo habitado, tornou-se a Igreja Católica Ocidental que conhecemos num lento processo que levou séculos, entre o fim da Antiguidade e o início da Idade Média. Ao lado da teologia especificamente latina de Agostinho, que forneceu a base teológica, o desenvolvimento do papado romano, que já fora preparado há muito, agora se tornou importante como a instituição central do poder da igreja. Formou na política da igreja a base para a nova constelação ou paradigma da igreja que iria se desenvolver.

Leão I (440-61), teólogo de peso e excelente advogado, pregador e pastor zeloso, e estadista capaz, é a pessoa a quem os historiadores dão o título de "papa" no verdadeiro sentido. E o fazem não só porque este homem, que na história da igreja é chamado de "o Grande", estava imbuído do sentido romano de missão, mas também porque conseguiu condensar com clareza teológica e precisão legal os elementos bíblicos, históricos e legais, preparados em séculos anteriores elaborando a síntese clássica da ideia romana de primazia.

Seu argumento era:

*Bíblico* - Leão afirmava que a primazia de Pedro sobre todos os outros apóstolos já estava fundamentada no Novo Testamento. Ele entendia as passagens clássicas relativas a Pedro no sentido cruamente legalista de uma "plenitude de poder" (*plenitudo potestatis*) concedida a Pedro, uma primazia de poder para a liderança de toda a igreja;

*Histórico* - Leão viu o bispo de Roma como sucessor de Pedro substanciado numa carta do papa Clemente a Tiago, o Irmão do Senhor em Jerusalém. Segundo esta carta, num último testamento, Pedro fez de Clemente seu único e legítimo sucessor. Mas a carta era uma falsificação do final do século II e foi traduzida para o latim só no final do século IV e começo do V;

*Legal* - Leão definiu a posição legal do sucessor de Pedro mais precisamente com a ajuda da lei romana de herança. O sucessor podia não herdar as características e os méritos de Pedro, mas herdava a autoridade e a função oficiais transmitidas por Cristo, de modo que mesmo um papa indigno era um sucessor inteiramente legítimo e exercia a função como tal. Então, a questão simples era a do cargo, que era assumido imediatamente com a aceitação da eleição, mesmo se o eleito ainda fosse um leigo e não um sacerdote ordenado (isso ainda vigora hoje).

Através dele, Pedro falava pessoalmente: com sua elevada percepção do cargo, Leão guiou a igreja ocidental e conseguiu até convencer o imperador da Roma ocidental a reconhecer sua primazia. Ele foi o primeiro bispo de Roma a usar o título do sumo sacerdote pagão, *pontifex maximus*, que o Imperador bizantino abandonara. Em 451, com uma delegação romana, Leão foi negociar com Átila em Mântua e conseguiu evitar que os hunos saqueassem Roma. Quatro anos depois, contudo, não conseguiu impedir a tomada e o saque de Roma. (KÜNG, 2002, p. 87-88) (grifo nosso)

Agora, sim, vamos às cartas mencionadas.

### As cartas atribuídas a Pedro

É sabido que, no Novo Testamento, existem duas cartas atribuídas a Pedro, o papa, pela ordem, o primeiro. Considerando que um líder deveria estar sempre em contato com aqueles que lhe são subordinados, essa quantidade de cartas é extremamente insignificante, especialmente se levarmos em conta que existem treze cartas, cuja autoria é atribuída a Paulo, ou seja, Paulo, hipoteticamente subordinado a Pedro, escreve mais cartas do que ele, o suposto líder.

Entretanto, as coisas não são tão simples assim, pois sobre a autoria dessas cartas "há controvérsias". É o que, a seguir, veremos das explicações que os entendidos delas nos dão:

A primeira de Pedro é uma carta escrita em estilo tão semelhante ao de São Paulo, que se supõe redigida por Silvano, discípulo de Paulo, que se tornara colaborador de Pedro, e que é mencionado nesta carta, no cap. 5,12. [...]

A segunda de Pedro, que parece ter sido redigida por outro secretário que o da primeira, aproxima-se muito estritamente da epístola de JUDAS. [...] (Bíblia Sagrada – Ed. Ave Maria, p. 47). (Grifo nosso).

[...] Sua Primeira Epístola afirma ter sido escrita num tempo de perseguição, na "Babilônia", antiga designação cristã de Roma. Muitos estudiosos detectaram um sermão batismal anterior dissimulado no formato epistolar, contudo, e a julgar pelo elegante estilo grego é muito improvável que se trate de uma obra somente de Pedro. É possível que seja a versão de seus ensinamentos feita por um educado amanuense. [...]

(DUFFY, 1998, p. 5) (grifo nosso).

Realmente, quem lê a primeira carta de Pedro fica com aquela impressão de que “em algum lugar, já leu isso antes”. É fácil encontrarmos em Paulo a semelhança entre elas. Justificar isso por conta de que foi redigida por um discípulo de Paulo, Silvano, que se tornara colaborador de Pedro, não resolve a questão, pois aí teremos que admitir que esse escritor colocou os pensamentos de Paulo e não de Pedro, o que nos fará voltar à estaca zero.

Quanto à segunda carta, afirmam aproximar-se muito da epístola de Judas. Como, àquela época, pessoas copiavam as cartas e mudavam-nas o nome do autor, para distribuí-las junto às comunidades cristãs, fica difícil aceitar pacificamente que essas duas cartas são de autorias de Pedro. Veja o que diz o renomado teólogo Bart D. Ehrman (1955- ):

Por exemplo, Orígenes, um padre da Igreja do século III, uma vez registrou a seguinte queixa acerca das cópias dos Evangelhos de que dispunha:

*As diferenças entre os manuscritos se tornaram gritantes, ou pela negligência de algum copista ou pela audácia perversa de outros; ou eles descuidam de verificar o que transcrevem ou, no processo de verificação, acrescentam ou apagam trechos, como mais lhes agrade”.*

(EHRMAN, 2006, p. 62).

[...] Copistas associados à tradição *ortodoxa* muito frequentemente alteravam os textos, às vezes, para eliminar a possibilidade de serem “mal usados” por cristãos que afirmavam crenças heréticas, outras, para torná-los mais adequados às doutrinas esposadas pelos cristãos de seu próprio grupo. (EHRMAN, 2006, p. 63).

O que será que também não fizeram com as cartas de Pedro? Se não houvesse nenhuma dele, como justificariam sua condição de líder máximo dos cristãos daquela época? Atribuem-se a Pedro apenas duas cartas, serão mesmo dele? Veja, caro leitor, o que encontramos provindo de tradutores da Bíblia:

Temos duas cartas, cujo autor se declara ser o apóstolo Pedro (cf. 1 e 2Ped 1,1-2). Quanto à 1ª Carta, todos os críticos estão de acordo ser ela do Pescador da Galileia, ainda que o seu redator foi Silvano (cf. 1Ped 5,12). Pedro não devia dominar muito o grego. Não admira, pois, que recorresse ao uso frequente de servir-se de um secretário. Mas esta 1ª Carta de Pedro vai ainda mais além. É um espelho da pregação pascal-batistal e da catequese da Igreja de Roma, onde foi escrita (cf. 1Ped 5,13 nota). [...]

Quanto à 2ª Carta, ainda que se apresente como da autoria de Pedro (cf. 1,1), já desde tempos antigos se discute acerca do seu verdadeiro autor. Com efeito, ela parece ter sido escrita numa época tardia, depois da destruição de Jerusalém, quando muitos cristãos começavam a perder as esperanças na 2ª Vinda de Cristo (cf. 2Ped 1,19-21 nota; 3,1-16; 3,4 nota). A primeira geração cristã já tinha morrido. Os nossos pais morreram (2Ped 3,4), e já existia uma coleção das cartas paulinas, que alguns interpretavam a seu gosto (3,15-16 nota). Tudo isto dá a entender que a carta foi escrita depois da morte de Pedro, que a tradição situa no ano 67. O autor da carta deve ter sido um dos seus discípulos romanos, que, adotando um uso muito corrente, se cobriu com o nome do seu mestre. O problema não está de todo resolvido, mas esta é a opinião mais comum. Apesar disso, a carta é inspirada, pertence aos escritos sagrados do NT. E, portanto, Palavra de Deus. (Bíblia Sagrada – Ed. Santuário, p. 1798). (grifo nosso).

Ainda ficamos na dúvida se a primeira carta não foi escrita apenas para tentar provar que Pedro vivia em Roma, considerada a cidade sede do papado. Em relação à segunda, a observação coloca em xeque-mate a sua autoria como sendo de Pedro.

Duas epístolas católicas se apresentam como escritas por são Pedro. A primeira, que traz no endereço o nome do príncipe dos apóstolos (1,1), foi recebida sem contestação desde os primórdios da Igreja; citada provavelmente

por Clemente de Roma e certamente por Policarpo, é atribuída explicitamente a são Pedro a partir de Irineu. O apóstolo escreve de Roma (Babilônia 5,13), onde se encontra em companhia de Marcos, que chama de "seu filho". Embora sejam muito poucas as informações que temos a respeito do fim de sua vida, uma tradição muito segura afirma, com efeito, que ele se transferiu para a capital do império, onde morreu mártir no tempo de Nero (em 64 ou 67?). Escreve aos cristãos "da Diáspora", especificando os nomes de cinco províncias (1,1), que representam praticamente o conjunto da Ásia Menor. O que diz do passado deles (1,14.18; 2,9s; 4,3) sugere que são convertidos do paganismo, embora não se exclua a presença de judeu-cristãos entre eles. É por isso que lhes escreve em grego; e, se este grego, simples, mas correto e harmonioso, parece de qualidade boa demais para o pescador galileu, conhecemos o nome do discípulo secretário que pode tê-lo assistido na redação: Silvano (5,12), comumente identificado como antigo companheiro de são Paulo (At 15,22+).

[...]

Outra dificuldade levantada contra a autenticidade da epístola é o uso considerável que parece fazer de outros escritos do NT, sobretudo de Tg, Rm e Ef; fato tanto mais surpreendente, porque o Evangelho parece pouco utilizado. Mas as reminiscências evangélicas são numerosas, apesar de permanecerem discretas; se fossem mais destacadas, não faltaria quem dissesse que algum pseudônimo tentou desta forma fazer-se passar por Pedro. Quanto aos contatos com Tiago e Paulo, não se deve exagerar. Não aparece na epístola nenhum dos temas especificamente paulinos (valor transitório da Lei judaica, Corpo de Cristo etc.). E muitos dos que são considerados também como "paulinos", porque nos são conhecidos, sobretudo através das epístolas de Paulo, de fato são apenas patrimônio comum da primeira teologia cristã (valor redentor da morte de Cristo, fé e batismo etc.). Os trabalhos da crítica reconhecem sempre mais a existência de formulários de catequeses primitivas, de florilégios de textos do AT, que podem ter sido utilizados paralelamente pelos diversos escritos em questão, sem que tenha havido entre eles dependência direta. Se, apesar disso, resta certo número de casos nos quais 1Pd parece de fato ter-se inspirado em Rm ou Ef, podemos admiti-lo sem rejeitar a autenticidade; são Pedro não possuía a envergadura teológica de são Paulo e pode muito bem ter recorrido aos escritos deste último, sobretudo ao dirigir-se, como neste caso, a círculos de influência paulina. Além disso, não se deve esquecer que seu secretário Silvano era discípulo de ambos os apóstolos. Enfim, é justo assinalar, ao lado destas afinidades com os escritos paulinos, as semelhanças que certos intérpretes julgam ter descoberto entre 1Pd e outros escritos de cunho petrino, tais como o segundo evangelho ou os discursos de Pedro nos Atos.

A carta deve ser anterior à morte de Pedro (64 ou 67), mas talvez só alguns anos mais tarde é que Silvano a deu por terminada, segundo as diretrizes de Pedro e sob a sua autoridade. Isto seria até mesmo provável, se se constatasse que a epístola é compósita, combinando fragmentos diversos, entre os quais uma homilia de origem batismal (1,13-4,11). Mas essas distinções não conseguem ultrapassar o nível da conjectura.

[...]

Não há dúvida de que também a segunda epístola se apresenta como sendo de são Pedro. Não apenas no endereço (1,1) o apóstolo põe seu nome, mas ainda alude ao anúncio de Jesus a respeito de sua morte (1,14), e afirma ter sido testemunha da transfiguração (1,1 6-18). Enfim, faz alusão a uma primeira carta (3,1), que deve ser 1Pd.

Se escreve segunda vez aos mesmos leitores, é com dupla finalidade: pô-los de sobreaviso contra os falsos doutores (2) e responder à inquietação causada pela demora da parusia (3). Rigorosamente falando, podemos imaginar estes falsos doutores e esta inquietação desde o fim da vida de são Pedro. Mas há outras considerações que põem em dúvida a autenticidade e sugerem data mais tardia. A linguagem apresenta notáveis diferenças em relação a 1Pd. Todo o cap. 2 é retomado, livre, mas patente, da epístola de Judas. A coleção das epístolas de Paulo parece já formada (3,15s). O grupo apostólico é posto em paralelo com o grupo profético, e o autor fala como se não fizesse parte deles (3,2). Estas dificuldades autorizam certas dúvidas que surgiram desde a antiguidade. Não apenas o uso da epístola não é atestado com certeza antes do séc. III, mas também alguns a rejeitavam, como o testemunham

Orígenes, Eusébio e Jerônimo. Além disso, muitos críticos modernos recusam-se, por sua vez, a atribuí-la a São Pedro, e é difícil não lhes dar razão. Mas se um discípulo posterior se valeu da autoridade de Pedro, pode ser que tivesse algum direito de o fazer; talvez porque pertencesse aos círculos que dependiam do apóstolo, ou então porque utilizasse escrito proveniente dele e o adaptasse e completasse com o auxílio de Jd. Isso não equivale necessariamente a cometer falsificação, pois os antigos tinham ideias diferentes das nossas sobre a propriedade literária e a legitimidade da pseudonímia. (Bíblia de Jerusalém, p. 2104-2105). (grifo nosso).

Seguem-se as dúvidas, nada é preciso, poucas são as informações disponíveis, deixando tudo em aberto para as suposições.

### Autor

Na saudação, o autor se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo”; no final diz que escreve da Babilônia, denominação intencional de Roma. Ao longo da carta se apresenta como ancião, testemunha ocular da paixão e glória de Cristo (5,1); cita, embora não verbalmente, ensinamentos de Cristo. A tradição antiga aceitou o dado desde muito cedo: 2Pd 3,1, Policarpo, Clemente.

Essa segurança diminuiu ante as objeções da crítica. Vamos repassá-las com as correspondentes respostas. Antes de tudo, a linguagem e estilo gregos impróprios do pescador galileu. Responde-se que Silvano (5,12) redigiu o texto e não escreveu só o que era ditado. A carta cita o AT na versão dos Setenta, não em hebraico, e o tece suavemente com seu pensamento. Responde-se que os destinatários falavam ou conheciam o grego. Faltam as lembranças pessoais de um companheiro íntimo de Jesus. Responde-se que a pessoa de Jesus Cristo está presente e domina a carta, seus ensinamentos ressoam já assimilados: comparar 1,13 com Lc 12,35; 2,12 com Mt 5,16; 3,9 com Mt 5,44; 3,14 com Mt 5,10; 4,14 com Lc 6,22. O autor conheceu cartas de Paulo, inclusive Efésios (que é posterior). Responde-se que uns paralelos são pouco convincentes, outros são tirados de um fundo litúrgico ou da pregação oral, O nome de “Babilônia” não foi aplicado a Roma antes do ano 70. Responde-se que o AT conhece o uso emblemático de Babel como poder hostil, e a hostilidade romana não começou, mas culminou em 70. A perseguição referida (cf 4,12) e a declaração “ser cristão é crime” começaram no tempo de Domiciano (81-96). Responde-se que já Nero perseguiu os cristãos e houve outras perseguições locais. A função de “anciãos” na comunidade é posterior. Responde-se que Atos documenta o fato como mais antigo e é uma simples transposição do uso judaico. É irrazoável que escreva a igrejas da Ásia que não havia fundado nem visitado, e onde a perseguição não chegava. Responde-se que os cristãos tiveram de sofrer em toda parte.

O balanço da argumentação deixa a solução indefinida, e os comentaristas se dividem em dois grupos: a) O autor é Pedro, ancião e, talvez, prisioneiro, próximo da morte; escreve uma espécie de testamento, cordial, muito sentido. Seu tema principal é a necessidade e o valor da paixão do cristão, a exemplo de Cristo e em união com Ele. Confia a redação a Silvano. b) A carta é pseudônima. O autor é um desconhecido do círculo de Pedro, que em tempos difíceis quer animar outros fiéis, e para isso se vale do nome de Pedro. Alguns traços hábeis lhe servem para tornar verossímil a ficção.

Os destinatários eram pagãos convertidos, como mostram as referências de 1,14.18 e 4,3.

### Data

Se é Pedro, teve de ser antes de 67, data limite do seu martírio. Se é um discípulo de outra geração, seria durante a perseguição de Domiciano (95-96). (Bíblia do Peregrino, p. 2903). (grifo nosso).

Esses comentários são interessantes, porquanto coloca os dois lados da moeda, deixando o leitor informado das dificuldades em tê-la ou não como uma carta autêntica de Pedro.



### PRIMEIRA EPISTOLA DE SÃO PEDRO

O autor da epístola se apresenta como “Pedro, apóstolo de Jesus Cristo” (1,1), “testemunha dos sofrimentos de Cristo” (5,1). Os Santos Padres confirmam unanimemente esta autoria. Ultimamente alguns especialistas negam que Pedro seja o autor em razão da linguagem grega elegante, da teologia paulina, do aparente desconhecimento da vida de Jesus e do ambiente tardio que parece refletir. Os argumentos levantados contra a autenticidade, embora não sejam decisivos, colocam seriamente em dúvida a autoria petrina da epístola. É possível, contudo, que Pedro tenha escrito “por meio de Silvano” (5,12), nome latino de Silas (cf. At 15,22.40; 18,5; 2Cor 1,19). Sendo autêntica, a epístola foi escrita em Roma (cf. 5,13) entre 64-67, antes da morte do apóstolo. Não sendo autêntica, poderá ter sido escrita entre 70 e 110 d.C.

[...]

### SEGUNDA EPISTOLA DE SÃO PEDRO

O autor se identifica como “Simão Pedro” (1,1) e “testemunha” de Cristo (1,16-18). Mas, ao contrário da 1Pd que foi logo aceita como autêntica e canônica, sobre a 2Pd já na Igreja antiga pairaram dúvidas devido à grande diferença de linguagem entre as duas epístolas. A tardia aceitação da epístola pelas igrejas orientais e ocidentais (séc. V/VI) e a sua dependência da epístola de Judas, composta após a morte de S. Pedro, levou a maioria dos exegetas a negar a autenticidade da 2Pd.

O autor é um cristão de origem judaica (1,16; 2,1.18), bom helenista, mas distinto do autor da 1Pd, pois a linguagem e o gênero literário são diferentes. A carta foi escrita entre os anos 70 e 125 d.C. Os leitores da carta são os mesmos da 1Pd, pertencentes às comunidades da Ásia Menor e todos eles cristãos (1,1). Os hereges combatidos parecem ser os mesmos visados pela epístola de Judas: gnósticos libertinos que, a pretexto de possuírem o Espírito, desprezam as leis morais (2,1-3,3) e negam a parusia (3,4-10).

O autor apresenta o seu escrito como um testamento espiritual de Pedro (cf. 1,13-15): cômico de sua morte por revelação divina (1,14), o apóstolo recorda os ensinamentos do passado (1,12s; 3,1) e as razões para neles acreditar (1,16-21; 3,2s); anuncia a vinda próxima de propagadores do erro (2,1-21; 3,3s), contra os quais adverte os leitores por escrito (1,15). Contra tais erros é necessário ser fiel à palavra apostólica (3,15s) e profética, produzidas pelo Espírito Santo (1,12-21). (Bíblia Sagrada – Vozes, p. 1435 e 1439-1440). (grifo nosso).

Vê-se que quase todas essas explicações dão-nos conta da dúvida a respeito da autoria; umas são taxativas quanto a isso, outras saem pela linha do “provavelmente”, sem darem uma posição definitiva; talvez, seja por falta de dados, mas poderá também ser a fim de se manter a crença na Bíblia como um livro totalmente inspirado.

Leiamos o que Rohden coloca, caso sejam tomadas de autoria de Pedro:

Quando alguém é eleito presidente da República, é de supor que ele tenha conhecimento desse fato. Se o apóstolo Pedro foi de fato nomeado por Jesus chefe supremo da Igreja, é de crer que ele tenha tido ciência disso. Vejamos se isso acontece. Temos do apóstolo Pedro duas cartas que fazem parte do Novo Testamento. Peço aos meus leitores que examinem cuidadosamente essas cartas do “primeiro papa”, escritas cerca de vinte anos após sua pretensa nomeação. Não há nesses documentos o mais ligeiro vestígio que denote supremacia pontifícia. O autor considera-se cristão entre cristãos, fala como irmão a irmãos, igual a iguais. Não dá ordens, preceitos, mandamentos de superior a inferiores. Pedro ignora evidentemente a dignidade que, a partir do século quarto, lhe foi atribuída por alguns historiadores eclesiásticos interessados em centralizar o governo da Igreja na capital do Império Romano. Numa dessas cartas, diz o autor que a escreveu em “Babilônia”. (ROHDEN, 1995, p. 97). (grifo nosso).

Fica aí mais uma judiciosa observação de Rohden.

Mas que ironia, pois sendo verdadeira a primeira carta de Pedro, então temos nela essa

colocação deveras interessante:

*1Pe 5,1-4: "Exorto aos presbíteros que estão entre vós, presbítero eu como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que há de se revelar. Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, cuidando dele, não obrigados, mas de boa vontade, segundo Deus, nem por lucro sórdido mas com prontidão de ânimo, não como tiranos, que dominam sobre seu quinhão, mas como modelos para o rebanho. Assim, ao aparecer o Pastor Soberano, receberéis a coroa imarcescível da glória."*

Conforme muito bem levantado por Rohden, aqui Pedro, o suposto papa, se coloca em igualdade de condições com os presbíteros, os chefes das comunidades cristãs da época. Alias, as recomendações dele seriam muito bem-vindas aos tempos atuais, diante do que vemos alguns líderes fazerem por aí.

### Participação de Pedro na comunidade cristã

Agora sim, vamos buscar responder a pergunta que fizemos anteriormente: Mas será que Pedro não tinha nenhum lugar de destaque?

Na época em que Jesus era vivo, Pedro, Tiago e João, sempre estavam ao seu lado nos acontecimentos mais importantes, como, por exemplo, quando de sua transfiguração no Monte Tabor, momento em que houve a materialização dos espíritos Moisés e Elias (Mt 17,1-9; Mc 9,2-10; Lc 9,28-36); quando da ressurreição da filha de Jairo (Mc 5,37; Lc 8,51). Segundo nos parece, foram eles os doadores das energias necessárias à produção de tais eventos. E ainda, diante do Getsêmani, eles, embora dormindo, estavam junto ao Mestre. Foram os primeiros discípulos a serem escolhidos por Jesus; e isso, certamente, deixava-os com certo "poder de liderança" sobre os demais, sem contudo significar que tivessem algum posto ou cargo de comando.

Só encontramos algo semelhante em Paulo; leiamos:

*Gl 2,1-9: "Em seguida, quatorze anos mais tarde, subi novamente a Jerusalém com Barnabé, tendo tomado comigo também Tito. Subi em virtude de uma revelação e expus-lhes – em forma reservada aos notáveis – o evangelho que proclamo entre os gentios, a fim de não correr, nem ter corrido em vão. ... E por parte dos que eram tidos por notáveis – o que na realidade eles fossem não me interessa: Deus não faz acepção de pessoas – de qualquer forma, os notáveis nada me acrescentaram. Pelo contrário, vendo que a mim fora confiado o evangelho dos incircuncisos como a Pedro o dos circuncisos – pois aquele que operava em Pedro para a missão dos circuncisos operou também em mim em favor dos gentios – e conhecendo a graça em mim concedida, Tiago, Cefas e João, os notáveis tidos como colunas, estenderam-nos a mão, a mim e a Barnabé, em sinal de comunhão: nós pregaríamos aos gentios e eles aos da Circuncisão".*

Aqui vemos a participação de Pedro (Cefas) como um dos notáveis, ou seja, como um dos principais da comunidade cristã da época. Paulo, falando deles, diz que o que quer que eles fossem não lhe interessava. Mas é muito curioso, pois prova que não havia papa, mas, no máximo, que três pessoas exerciam a liderança do movimento cristão, com a particularidade do nome de Tiago, ter sido citado em primeiro lugar; esse sim, quem sabe, não seria ele a quem poder-se-ia chamar de primeiro papa?

Em Atos, o próprio Pedro falou que ele havia sido escolhido para levar o evangelho aos gentios: *"Irmãos, vocês sabem que, desde os primeiros dias, Deus me escolheu no meio de vocês, para que os pagãos ouvissem de minha boca a palavra da Boa Notícia e acreditassem"* (At 15,7). Será que Pedro demonstrou incompetência nisso, pois segundo Paulo, em Gl 2,9, quem pregava aos gentios era ele mesmo, e não Pedro, cuja tarefa ficou sendo a de pregar aos judeus, ou seja, aos da circuncisão, conforme dito em Gl 2,9.

Por outro lado, há uma certa confusão entre algumas pessoas, porquanto, acham que Pedro teria sido escolhido para papa por conta da expressão *"Deus me escolheu"* ou *"aprove a Deus"* (At 15,7), em outras traduções bíblicas. Só que, nesse passo, conforme se vê, apenas se diz que Pedro foi escolhido para pregar aos pagãos, não que teria sido escolhido papa!

Ademais, seria, então, a questão de se perguntar: por que motivo Pedro não afirmou que Deus o havia escolhido para ser o líder de todos e o Seu único e legítimo representante na Terra? Simples: isso foi coisa dos teólogos dogmáticos, não resta a menor dúvida.

E, na sequência, desse passo de Paulo, vamos ver mais uma outra curiosidade:

*Gl 2,11-14: Mas quando Cefas veio a Antioquia, eu o enfrentei abertamente, porque ele se tornara digno de censura. Com efeito, antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago, ele comia com os gentios, mas, quando chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé se deixou levar pela sua hipocrisia. Mas quando vi que não andavam retamente segundo a verdade do evangelho, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?*

Se Pedro fosse mesmo o primeiro papa, aqui o teríamos numa situação bastante constrangedora, porquanto ele leva um tremendo sabão de Paulo, um simples subordinado. E pior: foi incriminado de agir com hipocrisia. Para um notável tudo bem; mas, se ele fosse mesmo o papa, seria bem estranha a advertência de Paulo. Além disso, se não andava retamente, segundo a verdade do evangelho, conforme Paulo acusa-o, com que autoridade iria pregá-lo? E se aqui percebemos alguém exercendo alguma autoridade, certamente, é Tiago, pois, no texto, foi ele quem enviou algumas pessoas a Antioquia, coisa própria de um líder.

Do texto bíblico esse trecho nos chamou a atenção: *"antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago"* (Gl 2,12), destacamos que a atitude de enviar alguém, é uma coisa mais comum a um líder, portanto, reafirma-se a nossa suspeita da liderança caber a ele e não a Pedro.

Em outras ocasiões, também, não se percebe nenhuma liderança de Pedro, conforme poder-se-á ver nestes passos:

*At 6,1-5: "Naqueles dias, o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os Doze convocaram uma assembleia geral dos discípulos, e disseram: 'Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos, é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra'. A proposta agradou a toda a assembleia".*

*At 9,26-28: "Saulo chegou a Jerusalém, e procurava juntar-se aos discípulos. Mas todos tinham medo dele, pois não acreditavam que ele fosse discípulo. Então Barnabé tomou Saulo consigo, o apresentou aos apóstolos, e lhes contou como Saulo no caminho tinha visto o Senhor, como o Senhor lhe havia falado, e como ele havia pregado corajosamente em nome de Jesus na cidade de Damasco. Daí em diante Saulo ficou em Jerusalém com eles, e pregava corajosamente em nome do Senhor".*

*At 14,23: "Os apóstolos [Paulo e Barnabé] designaram anciãos para cada comunidade; rezavam, jejuavam e os confiavam ao Senhor, no qual haviam acreditado".*

*At 14,27-28: "Quando chegaram a Antioquia [Paulo e Barnabé], reuniram a comunidade e contaram tudo o que Deus havia feito por meio deles: o modo como Deus tinha aberto a porta da fé para os pagãos. E passaram então algum tempo com os discípulos".*

Em todas essas passagens não há a mínima indicação de que Pedro liderava a comunidade cristã daquela época.

Em sua obra *A Igreja Católica*, o teólogo Hans Küng, falando de Pedro, diz:

A questão aqui não é o que foi feito de Pedro (falaremos sobre isso depois), mas o que Pedro era originalmente: **o papel de Pedro na primeira comunidade**. Segundo as fontes do Novo Testamento, três coisas são indiscutivelmente certas.

1. Já durante a primeira atividade pública de Jesus, o pescador Simão, a quem Jesus talvez tenha dado a alcunha de "a Pedra" (aramaico *Cepha*, grego *Peter*), era o porta-voz dos discípulos. No entanto, ele era o primeiro entre iguais, e sua deficiência em compreender, sua covardia e, finalmente, sua fuga são relatadas fartamente nos evangelhos. Só o evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos idealizam-no e não mencionam Jesus dizendo ao apóstolo, quando este quer dissuadi-lo de sua missão: "Afasta-te, Satanás" (Marcos 8,33; Mateus 16,23.)

2. Depois de Maria Madalena e das mulheres, Pedro foi uma das primeiras testemunhas da ressurreição de Jesus. A luz de seu testemunho de Páscoa, ele podia ser considerado como a pedra da igreja. Mas, hoje, até exegetas católicos aceitam que a famosa frase sobre Pedro como a pedra na qual Jesus construirá sua igreja (Mateus 16,18-19: a declaração está no futuro), e da qual os outros evangelhos não têm conhecimento, não é uma frase do Jesus terreno, mas foi composta após a Páscoa pela comunidade palestina, ou mais tarde pela comunidade de Mateus.

3. Pedro foi sem dúvida o líder da primeira comunidade de Jerusalém - porém (e isto é decisivo), não sozinho, mas juntamente com o grupo dos Doze e mais tarde no grupo dos três "pilares" (Gálatas 2,9): Tiago (a quem Paulo em sua carta põe em primeiro lugar), Pedro e João. Mais tarde, Pedro é responsável pela proclamação de Cristo entre os judeus ligados pela sagrada lei de Moisés.

Na primeira igreja, Pedro sem dúvida possuía uma autoridade especial; entretanto, não a possuía sozinho, mas sempre conjuntamente com outros. Ele estava longe de ser um monarca espiritual, ou mesmo um governante único. Não há sinal de nenhuma autoridade exclusiva, quase monárquica como líder. Mas, no fim da vida, Pedro não estava em Roma? - na verdade, não era o bispo de Roma?

Estava Pedro na então capital do mundo, cuja igreja e o bispado iriam mais tarde reivindicar a primazia legal através da igreja apelando para o pescador da Galileia? Esta não é uma pergunta sem importância em vista do desdobramento posterior da Igreja Católica. Dadas as fontes existentes, os eruditos profissionais em linhas gerais concordam nos três pontos a seguir:

1. Pedro esteve certamente em Antioquia, onde havia uma disputa com Paulo sobre a aplicação da lei judaica. Possivelmente, esteve também em Corinto, onde era evidente que havia um partido que afirmava fidelidade a Cefas, isto é, Pedro. Mas o Novo Testamento não diz, em parte alguma, que Pedro esteve em Roma.

2. Muito menos há qualquer evidência de um sucessor de Pedro (também em Roma) no Novo Testamento. De qualquer forma, a lógica da frase sobre a pedra tende antes a jogar contra isso: a fé de Pedro em Cristo (e não a fé em qualquer sucessor) deveria ser e permanecer a base constante da igreja.

3. Ainda assim, a "Carta de Clemente", por volta de 90 d.C., e o bispo Inácio de Antioquia, por volta de 110, já atestam a estada de Pedro em Roma e seu martírio ali. Esta tradição é, portanto, antiga, e, sobretudo, unânime e sem paralelo: no fim da vida, Pedro estava em Roma, e provavelmente como mártir durante a perseguição da época de Nero. Entretanto, a arqueologia não foi capaz de identificar sua tumba debaixo da atual basílica do Vaticano.

Durante muito tempo houve um consenso entre os estudiosos. Mesmo teólogos protestantes afirmam agora que Pedro morreu como mártir em Roma. Ao contrário, porém, teólogos católicos concedem que não há nenhuma prova confiável de que Pedro algum dia tenha estado à frente da igreja de Roma como chefe supremo ou bispo. De qualquer forma, o episcopado monárquico foi introduzido em Roma relativamente tarde. E aqui não devemos esquecer a questão das qualificações: diferentemente de Paulo, que presumivelmente sofreu martírio em Roma na mesma época, Pedro não era um cidadão romano culto (*civis Romanus*, com um perfeito domínio da língua e dos conceitos gregos), mas sim um judeu galileu sem instrução. (KÜNG, 2002, p. 34-37) (grifo nosso).

Além de demonstrar o papel secundário de Pedro na primeira comunidade cristã, Küng afirma que hoje em dia exegetas católicos também não o aceitam como o primeiro papa. Isso, certamente, é uma reviravolta extraordinária desses teólogos católicos.

### O conflito em Antioquia e o Concílio de Jerusalém

Houve, no princípio do cristianismo, uma divergência entre os seus divulgadores por conta do ritual da circuncisão; uns achavam que deveria ser feita nos pagãos, antes de torná-los cristãos, enquanto outros diziam não ser ela necessária. Leiamos:

*At 15,1-5: "Chegaram alguns homens da Judeia e doutrinavam os irmãos de Antioquia, dizendo: "Se não forem circuncidados, como ordena a Lei de Moisés, vocês não poderão salvar-se." Isso provocou alvoroço e uma discussão muito séria deles com Paulo e Barnabé. Então ficou decidido que Paulo, Barnabé e mais alguns iriam a Jerusalém para tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos. Com o apoio e solidariedade da igreja de Antioquia, eles atravessaram a Fenícia e a Samaria. Contaram sobre a conversão dos pagãos, e deram uma grande alegria a todos os irmãos. Quando chegaram a Jerusalém, foram acolhidos pela igreja, pelos apóstolos e anciãos, e contaram as maravilhas que Deus tinha realizado por meio deles. Contudo, algumas pessoas do grupo dos fariseus, que tinham abraçado a fé, intervieram para sustentar que era preciso circuncidar os pagãos e mandar que seguissem a lei de Moisés".*

O pivô dessa divergência foi Paulo e Barnabé. Por seguirem as orientações de Jesus e não as de Pedro, o suposto papa, não admitiam que tal ritual fosse praticado aos pagãos recém-convertidos, contra alguns homens da Judeia, que, apoiados na lei mosaica, queriam impor a circuncisão àqueles que se convertiam ao cristianismo. Interessante é que Paulo, judeu por nascimento, anteriormente fiel cumpridor dos preceitos de Moisés, foi quem, ardorosamente, defendeu que não havia necessidade da circuncisão.

Paulo, querendo definir isso, decide, então, ir à Jerusalém tratar dessa questão com os apóstolos e anciãos. Uai! Por que será que não foi à Roma, para lá tratar disso com o papa? Não seria ele a pessoa responsável pela liderança do movimento cristão? Por outro lado, se tinham desavenças desse tipo é porque não havia definição de como fazer. De duas uma: ou não havia um líder que orientasse o grupo, ou havia, mas ele foi incompetente ou, quem sabe, não inspirado para não prever isso.

Instalada a assembleia, formou-se logo um grande alvoroço, aí aparece Pedro, que toma a palavra; vejamos como isso foi relatado:

*At 15,6-12: "Reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. Tornando-se acesa a discussão, levantou-se Pedro e disse: 'Irmãos, vós sabeis que desde os primeiros dias, aprouve a Deus, entre vós, que por minha boca ouvissem os gentios a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando seus corações pela fé. Agora, pois, por que tentais a Deus, impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós podemos suportar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles. Então, toda a assembleia silenciou. E passaram a ouvir Barnabé e Paulo narrando quantos sinais e prodígios Deus operara entre os gentios por meio deles".*

Pela narrativa, vê-se que não foi o suposto papa quem convocou esse "Concílio"; o relato apenas diz que "reuniram-se então os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema", fato que prova que Pedro não exercia autoridade alguma.

Como se instalou uma verdadeira balbúrdia, aí, sim, Pedro toma a palavra e fala, fato que fez "toda a assembleia silenciar" e, depois disso, passa a ouvir Paulo e Barnabé. O que Pedro fez não foi usar de alguma suposta autoridade, mas apenas, com sua oratória, conseguiu, talvez, sem ter mesmo a intenção específica, botar ordem na casa; nada, portanto, como pensam algumas pessoas, de que eles o tinham ouvido silenciosamente no sentido de aprovar alguma decisão, pois a discussão mal havia começado; faltava ainda a fala de Paulo e

Barnabé e também a de Tiago; este sim, quem deu o parecer final.

Pedro não agiu como sendo ou tendo alguma autoridade. Ele apenas deu a sua opinião pessoal sobre o assunto em pauta, a qual não foi, portanto, a deliberação final; inclusive, porque, como vimos, depois dele ainda falaram Paulo e Barnabé (At 15,12) para, então, aí, sim, Tiago tomar a decisão, que foi acatada por todos. Se alguém aqui agiu como papa, foi, pois, sem dúvida, novamente Tiago. Leiamos:

*At 15,13-21: "Quando acabaram de falar, Tiago tomou a palavra e disse: 'Irmãos, escutai-me! Simão acabou de explicar como Deus, logo de início, se dignou separar dentre os pagãos um povo consagrado a Ele. Isto concorda com a palavra dos profetas, porque está escrito: Depois disso, voltarei e reconstruirei a tenda arruinada de Davi. Reedificarei as suas ruínas e as reerguerei. Os outros homens irão procurar o Senhor, como também as nações que foram consagradas pela invocação de meu Nome. Assim fala o Senhor, que faz essas coisas conhecidas desde os tempos mais antigos. Julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus. Basta lhes escrever que não se contaminem com a idolatria ou uniões ilegais, nem tampouco comendo sangue ou carne de animais estrangulados. Porque desde muito tempo a Lei de Moisés está sendo lida e proclamada todos os sábados nas sinagogas de cada cidade'".*

O início do discurso de Tiago põe-se, por terra, toda e qualquer suposição de que Pedro teria, naquele Concílio, evocado, para si, algum tipo de autoridade. A opinião de Tiago *"julgo, por isso, que deixeis de molestar os que se convertem do paganismo para Deus"* é a que foi aceita, e dela surgiu a carta que deveria ser levada a todos, visando orientá-los sobre o procedimento a ser feito:

*At 15,22-29: "Então os apóstolos e os anciãos, de acordo com toda a comunidade de Jerusalém, resolveram escolher alguns da comunidade para mandá-los com Paulo e Barnabé para Antioquia. Escolheram Judas, chamado Bársabas, e Silas, que eram muito respeitados pelos irmãos. Através deles enviaram a seguinte carta: 'Nós, os apóstolos e os anciãos, irmãos de vocês, saudamos os irmãos que vêm do paganismo e que estão em Antioquia e nas regiões da Síria e da Cilícia. Ficamos sabendo que alguns dos nossos provocaram perturbações com palavras que transtornaram o espírito de vocês. Eles não foram enviados por nós. Então decidimos, de comum acordo, escolher alguns representantes e mandá-los até vocês, junto com nossos queridos irmãos Barnabé e Paulo, homens que arriscaram a vida pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, estamos enviando Judas e Silas, que pessoalmente transmitirão a vocês a mesma mensagem. Porque decidimos, o Espírito Santo e nós, não impor sobre vocês nenhum fardo, além destas coisas indispensáveis: abster-se de carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Vocês farão bem se evitarem essas coisas. Saudações!'".*

Quem dá o parecer final, portanto, é Tiago, pois depois dele, ninguém mais falou; inclusive a recomendação verbal de Tiago, feita na assembleia, constou da carta. Ele apenas concorda com Pedro na questão de ele ter sido enviado para pregar às nações pagãs, não porque estava assinando embaixo daquilo que Pedro havia falado. Pensar de outra forma é iludir-se. Diz-nos Ernest Renan (1823-1892): "Tiago, ao contrário, tornou-se para o partido judaico-cristão o chefe de toda a cristandade, o bispo dos bispos, o presidente de todas as boas igrejas, das que verdadeiramente foram fundadas por Deus". (RENAN, 2004, p. 235).

Cynthia Logan cita Jeffrey J. Bütz (? - ), ministro luterano, mestre em Teologia, professor e escritor, cujo pensamento é:

*Todos os ramos do cristianismo acreditam que Pedro era o líder dos apóstolos, ainda que as pesquisas mostrem que isso é um mal-entendido, de acordo com Bütz. "Tiago tornou-se o líder dos apóstolos depois da ressurreição de Jesus. Essa liderança transferiu-se naturalmente para o seguinte da família". Ele observa que Pedro é subserviente a Tiago em um incidente registrado no capítulo 15 do livro dos Atos. "No Concílio de Jerusalém, o primeiro Concílio Apostólico, todos os líderes da Igreja inicial*

reuniram-se para discutir até que ponto os gentios deveriam seguir a lei de Moisés para ser considerados seguidores de Cristo. Tiago resolveu a questão, declarando que os gentios não precisavam ser circuncidados, mas que precisariam seguir um mínimo da Torá”, comenta Bütz, que também menciona o “incidente Antioquia”, incluindo na epístola de Paulo aos Gálatas.

“As populações judias e pagãs estavam fazendo refeições em conjunto, o que era uma violação da Lei de Moisés. Tiago é informado de que Pedro 'compartilha as refeições' com gentios em Antioquia e diz-lhe que seria alijado”. Novamente, em uma demonstração de subserviência a Tiago – que Bütz acredita ter sido provavelmente integrante dos nazaristas, uma seita judaica rígida e ascética -, Pedro interrompe aquele comportamento. “Se alguém merece o título de primeiro papa da Igreja, esse alguém é Tiago, não Pedro”, insiste Bütz, observando que, embora ele fosse um seguidor da lei, foi Tiago que permitiu a Paulo continuar na sua missão. “Ele após o selo de aprovação oficial na missão junto aos gentios, mas não esperava que Paulo chegasse ao ponto de dizer que não era preciso seguir a Lei de Moisés, a Torá, mas simplesmente acreditar em Jesus Cristo. Essa foi realmente a divisão que fez com que o cristianismo se tornasse uma religião separada”. (LOGAN, 2008, p. 49) (grifo nosso).

Outro estudioso que defende a liderança de Tiago é James D. Tabor, em *A dinastia de Jesus: a história secreta das origens do cristianismo*, do qual transcrevemos:

[...] Na verdade, a primazia de Pedro como primeiro papa tornou-se mesmo a pedra angular do ensino dogmático do catolicismo romano. Hoje sabemos que as coisas não se passaram dessa maneira.

Pedro tornou-se a figura de proa no grupo dos Doze, como veremos, mas foi Tiago, o irmão de Jesus, quem se tornou o sucessor de Jesus e o líder incontestado do movimento cristão. [...] (TABOR, 2006, p. 261-262). (grifo nosso).

[...] o livro de Atos foi escrito em torno de um inegável fato básico – Tiago assumira a liderança do movimento, e Simão, seu irmão, o substituiu após a morte de Tiago em 62. d.C. [...] (TABOR, 2006, p. 266). (grifo nosso).

A Jesus que anteriormente ocupara a posição central, os Doze perguntaram quem entre eles teria o privilégio de “se sentar à sua direita e à sua esquerda” quando o Reino chegasse (Marcos 10:37). Jesus morreu sem ter designado qualquer um deles para essas duas posições. [...]

[...] Como vocês vão se recordar, o Evangelho de Tomé não é uma narrativa da vida de Jesus, mas antes uma lista de 114 de seus “ditos” ou ensinamentos. O de número 12 diz o seguinte:

Os discípulos disseram a Jesus “Sabemos que vai nos deixar. Quem, então, será nosso líder? Jesus lhes disse “Onde quer que ides, deveis ir a Tiago, o Justo, por quem o céu e a Terra passaram a existir”.

Temos aqui uma declaração direta do próprio Jesus de que estava entregando a liderança e a direção espiritual do movimento a Tiago. [...] (TABOR, 2006, p. 268-270- passim). (grifo nosso).

[...] as provas acumuladas fora do Novo Testamento de que Tiago tomou o manto de Jesus e ocupou seu “assento” ou “trono” são absolutamente notáveis. Algumas dessas provas estão enterradas em textos antigos de que dispomos há séculos, enquanto outras surgiram apenas há algumas décadas. (TABOR, 2006, p. 270). (grifo nosso).

Clemente de Alexandria, que escreveu no final do segundo século II d.C., é outra fonte primitiva que confirma essa sucessão. Em dado momento, escreveu: “Pedro, Tiago e João, após a ascensão do Salvador, não lutaram pela glória, porque tinham sido previamente homenageados pelo Salvador, mas escolheram Tiago, o Justo, para supervisor de Jerusalém” (7). Em passagem subsequente, Clemente acrescenta: “após a ressurreição, o Senhor (Jesus) concedeu a tradição do conhecimento a Tiago, o Justo, a João e a Pedro, quem a deram aos outros apóstolos, e estes aos Setenta” (8). Esta passagem conserva para nós a estrutura hierárquica do governo provisório deixado por Jesus: Tiago, o Justo, como sucessor; João e Pedro como seus conselheiros à esquerda e à direita; o restante dos Doze; depois, os Setenta.

Eusébio, historiador cristão do início do quarto século, escreveu, comentando essa passagem: "Tiago, a quem os mais velhos tinham apelidado de 'Justo' pela excelência de sua virtude, é lembrado como tendo sido o primeiro eleito para o trono de Supervisor da Igreja em Jerusalém" (9). O termo grego *thronos* se refere a "assento" ou "cadeira" da autoridade, e é o mesmo termo usado para um rei ou governante.

Eusébio também preserva o testemunho de Hegésipo, um judeu cristão do começo do século 11, que ele afirma ser da "geração posterior aos apóstolos":

A sucessão da igreja foi passada para Tiago, o irmão do Senhor, juntamente com os Apóstolos. Era chamado de "Justo" por todos os homens desde o tempo do Senhor até o nosso, já que muitos são chamados Tiago, mas ele foi santo desde o ventre da mãe.(10)

A palavra grega empregada aqui por Hegésipo, *diadexomat* ("suceder"), é normalmente usada para a transmissão de uma herança genética, por exemplo, quando Felipe da Macedônia transmitiu seu reinado a Alexandre, o Grande."

Temos também uma fonte siríaca, recentemente descoberta, *The Ascents of James*, que tem suas raízes em um *corpus* posterior conhecido como as *Pseudo-Clementine Recognitions*, que refletem algumas das mais primitivas tradições relacionadas à igreja de Jerusalém sob a liderança de Tiago, o Justo." Temos aí o registro dos acontecimentos em Jerusalém nos sete anos que se seguiram à morte de Jesus, quando Tiago está claramente na liderança: "A igreja em Jerusalém, que foi estabelecida por nosso Senhor, crescia em número, sendo governada de forma firme e reta por Tiago, designado pelo Senhor como seu Supervisor"," A versão latina das Recognitions passou adiante a seguinte advertência: "Observem, portanto, a maior cautela, e não acreditem em nenhum professor, a menos que ele traga de Jerusalém o testemunho de Tiago, o irmão do Senhor, ou de quem quer que venha a sucedê-lo" (4:35). O Segundo Apocalipse de Tiago, um dos textos encontrados junto com o Evangelho de Tomé, em Nag Hammadi, sublinhou o íntimo laço entre Jesus e Tiago, mantendo a idéia de que ele era o "discípulo amado". Neste texto, Jesus e Tiago aparecem como tendo sido "nutridos com o mesmo leite", e Jesus beija o irmão Tiago e lhe diz: "Eis que vou lhe revelar tudo, meu amado" (50.15-22). Já observei, no Capítulo 12, que o Evangelho dos Hebreus põe Tiago na Última Ceia, com isso implicando que ele fosse um dos Doze, e tornando cada vez mais provável que fosse ele o "discípulo que Jesus amava". Embora sem dispor do texto inteiro, que só nos foi preservado em citações pelo escritor Jerônimo, por volta do quarto século, esse evangelho foi originalmente escrito em hebraico. Alguns estudiosos sustentam que ele pode ser anterior até mesmo a nossos evangelhos do Novo Testamento.

O que impressiona com relação a essas fontes é o modo como elas falam com uma só voz, embora procedentes de autores e períodos diversos. Os elementos básicos do quadro que preservam para nós são surpreendentemente consistentes: Jesus transmite a Tiago, seu sucessor, o governo da Igreja; Tiago é amplamente conhecido, até por Iosefo, um estranho, devido a sua reputação de retidão tanto em sua comunidade quanto entre o povo; Pedro, João e o restante dos Doze consideram Tiago seu líder.

(7) Citado em Eusébio, *Church History* 2.1.3.

(8) Citado em Eusébio, *Church History* 2.1.4.

(9) Eusébio, *Church History* 2.1.2.

(10) Eusébio, *Church History* 2.23.4.

(TABOR, 2006, p. 272-274) (grifo nosso).

No evangelho de Mateus, Jesus diz a Pedro que a ele serão dadas as "chaves do reino"; o que os católicos romanos tomam como indicação de que ele ficara encarregado do movimento de Jesus, mas não dispomos de qualquer indício de que tenha sido esse o caso (Mateus 16:19). A transição de Jesus para Tiago e para Simão parece bem documentada. Então, onde estavam as chaves do reino? A imagem é bíblica, tirada do livro de Isaías, em que a Eliaquim, filho de Hilquias, é prometido: "Porei em seus ombros a chave da casa de Davi; o que ela abrir, ninguém deve fechar; o que ela fechar, ninguém deve abrir" (Isaías 22:21-22). Eliaquim não é um rei, mas um funcionário da casa do rei Ezequias, que governou no século VIII a.C. (2 Reis 18: 18). Ezequias era da linhagem de Davi. Ter a "chave de Davi" é como ser um "chefe de pessoal" em uma casa ou



administração real. O que Jesus estava prometendo a Pedro era que ele ocuparia a posição de responsabilidade "à direita" - o que ele fez, servindo a Tiago, que era da casa de Davi. Segundo Paulo, Tiago determinara que Pedro funcionaria basicamente como um professor, levando a mensagem de Jesus a grupos de judeus dispersos ao longo do mundo romano (Gálatas 2:7). Aparentemente, Pedro e os irmãos de Jesus viajavam regularmente, acompanhados de suas esposas, para várias regiões do Império (1 Coríntios 9:5). A carta de 1 Pedro é dirigida aos judeus exilados da "Diáspora" (judeus que viviam fora da Terra de Israel), nas províncias da Ásia Menor, isto é, Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia. Supõe-se que essas sejam algumas das regiões para as quais Pedro viajara. (TABOR, 2006, p. 304-305). (grifo nosso).

Ao que nos parece, as provas a favor da liderança de Tiago são incontestáveis.

Também, no texto de At 15,22-29, não apresenta nenhuma decisão de Pedro na questão, objeto da polêmica, pelo fato de que foram os apóstolos e anciãos, de comum acordo com a comunidade, que mandaram a carta (At 15,22), fato que também pode ser confirmado com o passo: *"Percorrendo as cidades, Paulo e Timóteo transmitiam as decisões que os apóstolos e anciãos de Jerusalém haviam tomado, e recomendavam que fossem observadas.* (At 16,4). O que novamente prova que Pedro não exercia nenhuma autoridade e nem mesmo presidiu a esse "Concílio".

Podemos, inclusive, voltar um pouco mais atrás no livro de Atos (12,1-17) e veremos que Pedro, depois de ter sido solto da prisão, em que Herodes o colocara, pede para que Tiago seja informado disso (At 12,17), reafirmando, mais uma vez, que ele era mesmo o verdadeiro líder.

Em 58 Paulo, em sua carta aos romanos, fala desse assunto, ao que parece, ainda não totalmente resolvido:

*Rm 2,25-29: "A circuncisão é útil quando você pratica a Lei; mas, se você desobedece à Lei, é como se não estivesse circuncidado. Se um pagão não circuncidado observa os preceitos da Lei, não será tido como circuncidado, ainda que não o seja? E o pagão que cumpre a Lei, embora não circuncidado fisicamente, julgará você que desobedece à Lei, embora você tenha a Lei escrita e a circuncisão. De fato, aquilo que faz o judeu não é o que se vê, nem é a marca visível na carne que faz a circuncisão. Pelo contrário, o que faz o judeu é aquilo que está escondido, e circuncisão é a do coração; e isso vem do espírito e não da letra da Lei. Tal homem recebe aprovação, não dos homens, mas de Deus."*

Nessa época supõe-se que Pedro estava residindo em Roma. Não teria ele seguido as orientações proferidas do "Concílio de Jerusalém", acontecido, como sabemos, no ano de 49?

Nesse apanhado, seria interessante conferir a opinião de uma pessoa de indiscutível capacidade intelectual que foi Rui Barbosa (1849-1923). Ao traduzir o livro de Janus (1799-1890), *O Papa e o Concílio*, ele fez uma Introdução tão longa que se igualou à própria obra teológica-literária. Disse, então, o nobre jurista, advogado, escritor, orador, jornalista e político brasileiro:

Os que buscam vincular a Pedro a soberania do papa começaram esquecendo a primeira manifestação coletiva da Igreja cristã, o concílio de Jerusalém, tipo necessário de todos os outros, no qual a preponderância na definição do ponto controvertido coube, não ao apelidado *príncipe dos apóstolos*, mas a Tiago, bispo da cidade, irmão do Senhor. (65).

Nem é esse unicamente o lance, em que os livros santos depõem contra a pretensão da infalibilidade personificada em Pedro. As epístolas de Paulo testemunham que esse principado nunca teve realidade entre os primeiros seguidores do Cristo, e que a fé do apóstolo dos judeus não era menos frágil que a dos outros pregadores da boa nova. (66).

Essa primeira decisão conciliar da cristandade transmitiu-se às igrejas da Síria, Antioquia e Cilícia em nome dos "apóstolos, anciãos e irmãos" (*apostoli*,

*seniores, fratres*), sem que a individualidade particular de Pedro fosse ao menos mencionada ali. (67). As recordações democráticas dos tempos subsequentes ao Crucificado não podem, porém, tolher o desembaraço a uma seita que, para levar a bom êxito seus planos temporais, não hesitou nunca diante de nenhuma alteração da verdade histórica.

Roma nem pela Antiguidade, sequer, podia a princípio prevalecer sobre as outras sés. Antecederam-na as de Jerusalém, Éfeso, Antioquia e Corinto. O título de apostólica, reservado hoje exclusivamente à daquela cidade, Tertuliano atesta-nos que se aplicava a todas as igrejas, quer instituídas pelos apóstolos, quer ramificações dessas. Pode-se, até, dizer que chegou a tocar indistintamente a todas as metrópoles episcopais (68); e, ainda no século IV, os bispos orientais denominavam a Igreja de Jerusalém “mãe de todas as igrejas”. Essa fórmula de “saudação e bênção apostólica”, de que hoje Roma arroga a si o privilégio, não começou a baixar dali senão do século XI, cerca dos dias de Leão IX, para cá. Tal é, pelo menos, o parecer de um dos mais famigerados Bolandistas, o jesuíta Papebroch; e, em todo o caso, a invenção de Martinus Polonus, que faz remontar esse uso da chancelaria eclesiástica aos tempos do bispo Cleto, no primeiro século, está hoje absolutamente desmentida.

Sob a unidade moral de uma adesão comum à fé cristã, cada Igreja nacional vivia e desenvolvia-se com autonomia completa. A par de Roma floresciam, com uma exuberância de seiva, com uma abundância de personalidades notáveis, com uma influência moral e real incomparavelmente maiores, as igrejas do Oriente, a de África, a das Gálias, a de Espanha. Nenhuma tributava preito de vassalagem aos bispos romanos. O título de papa, simples honraria então, dirigia-se indiferentemente a todos os diocesanos, como, ainda no século III, o endereçou o clero romano mesmo a S. Cipriano, bispo de Cartago. Nenhuma preeminência, portanto, de jurisdição, quanto mais de doutrina, lograva a capital da Itália; porque todos os distritos eclesiásticos eram membros independentes e iguais de uma comunhão superior, onde todos os chefes espirituais desvaneciam-se de “vigários de Cristo”. “As nossas numerosas igrejas”, dizia Tertuliano, “reputam-se todas a mesma igreja, a primeira de todas fundada pelos apóstolos e mãe de todas as demais. São todas apostólicas, e juntas não vêm a ser mais que uma só, pela comunicação da paz, pelo mútuo tratamento de irmãos, pelos vínculos de hospitalidade que enlaçam a todos os fiéis.” Tal era, em começos do século III, o caráter do catolicismo, definido por um dos mais célebres doutores, com a sanção tácita de Zeferino, bispo de Roma, que o não contrariou.

O sistema eletivo era o meio de se proverem os cargos eclesiásticos praticados desde os apóstolos. Esse regime de sufrágio quase universal, em que eram co-participantes sacerdotes e leigos, fosse para a escolha dos prelados, fosse, até, para a designação dos diáconos, estendeu-se tanto, no seio da cristandade, pelos séculos adiante, que, ainda em princípios do século XII, nos deparava a Igreja gaulesa exemplos dessa democracia religiosa. Alma da vida eclesiástica nessa idade áurea da fé, o concurso do clero e do povo, ora efetuada a eleição por este e ratificada por aquele, ora iniciada a proposta pelos ministros e aceita pelos fiéis, — representava essa ideia fecunda, intimamente radicada no primitivo cristianismo, que atribui ao elemento leigo uma colaboração essencial no sacerdócio, e que nas assembleias conciliares daquela época lhe facultava lugar e voto. (70) Memora Eusébio que, falecendo Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, “os apóstolos, discípulos e parentes do Salvador ainda vivos juntaram-se, para dar-lhe sucessor, e por unânime consentimento elegeram a Simeão”. (71)

65 Act., c. XV.

66 Os que forcejam por exaltar esse discípulo de Jesus acima dos demais, careciam cancelar primeiramente da Bíblia as epístolas do apóstolo das gentes. “Em nada tenho eu sido inferior aos maiores dentre os apóstolos”, dizia ele: “porque, conquanto inapto em palavras, não o sou, todavia, na ciência.” *Imperitus sermone, sed non scientia.* II ad Corinth., XI, 5, 6. “São ministros do Cristo; mais o sou eu.” *Ministri Christi sunt; plus ego.* Id., 23. *Nihil enim minus fui ab iis qui sunt supra modum apostoli.* II ad Corinth., XII, 11.

E, se em nada estava abaixo dos mais excelentes apóstolos, se em sabedoria tinha-se por tão ilustre quanto os mais sábios, não é de Pedro que lhe viera essa excelência e ciência na fé, como seria de mister para que prevalecesse a opinião dos que adjudicam ao papa, como sucessor de Pedro, o *depositum fidei*. “O Evangelho, não o aprendi de homem nenhum, sim de Jesus Cristo, que mo revelou.” “*Neque enim ego ab homine accepi illud, sed per revelationem Iesu-Christi.*” Ad. Galat., 1, 11. E também ad Ephes.,

III, 3. O apóstolado, encetou-o ele antes de visitar Jerusalém, e avistar-se com os apóstolos. “Neque venim Ierosolymam ad antecessores meos apóstolos.” Ad Galat., 1, 17. Verdade é que mais tarde ali veio ter, e achou-se com Cefas quinze dias; mas isso foi muitos anos depois, tendo já pregado na Arábia e em Damasco. *Ibid.*, 17, 18.

Mais expressiva é ainda a história da sua segunda visita à cidade santa. Nessa ocasião não diz Paulo que Pedro lhe tivesse transmitido a graça, mas sim que este, com Tiago e João, reconheceram-na já existente nele. “Et quum cognovissent gratiam quae data est mihi, Iacobus, et Cephas, et Johannes, qui videbantur columnae, dexteras dederunt mihi.” Ad Galat., II, 9. Deram-lhe as mãos em sinal de companhia, de irmandade, societatis. Que distância entre isso, entre essa fraterna associação de serviços, estabelecida sob um símbolo de igualdade, e a paternidade espiritual que arroga a si o pretense vigário de Cristo sobre o episcopado inteiro!

Paulo tanto a não reconhecia, que resistiu a Pedro face a face. “In faciem ei restiti.” *Ibid.*, 11. Por quê? Porque o achou repreensível. “Quia reprehensibilis erat.” *Ibid.* Viu que infringiam a verdade evangélica, e a Pedro exproboou, em público, deste modo: “Se tu, sendo judeu, vives como gentio, e não como judeu, por que obrigas os gentios a judaizar? Cum vidissem quod non recte ambularent ad veritatem evangelii, dixi Cephae coram omnibus: Si tu, cum Judaeus sis, gentiliter vicis, et non judaece, quomodo gentes cogis judaeizare?” *Ibid.*, 14. Substituam Cefas por Pio IX; troquem Paulo por um bispo moderno; ponham-lhe depois na boca esse desabrimento; e digam, afinal, a que fica reduzida a infabilidade individual do papa.

67 Act., c. XV, 23-29.

68 J. H. NEWMAN, do Oratório: A letter addressed to his grace the duke of Norfolk on occasion of Mr. Gladstone recent expostulation. — London, 1875. — Pág. 29.

69 Act., c. 1 e VI.

70 No concílio de Elvira, o mais antigo de que há cânones, congregaram-se os bispos e os padres com o povo em comum **omni plebe**. O quarto cânon do quarto concílio de Toledo refere como, depois de entrarem e sentarem-se os bispos, depois de entrarem e sentarem-se atrás deles os padres, “entraram por sua vez os leigos”. No concílio de Orange, que constou de 13 padres e 9 leigos, todos, sem discrimine, subscreveram com as mesmas palavras: **consensi, ou consentiens subscripsi**. V. BORDAS-DUMOULIN e F. HUET: *Essais sur la réf. Cath.*, Paris, 1856 — Pág. 84. E tão valioso era o assentimento de qualquer membro, ainda leigo, dessa comunhão aniquilada hoje perante o papa infalível **sese, non autem ex consensu ecclesiae** que, no porfioso debate sobre a celebração da páscoa, Polycrates, bispo de Éfeso, na representação dirigida a Vitor, bispo de Roma, em nome das igrejas asiáticas, entre os nomes de apóstolos, mártires, bispos e doutores, que citava em apoio da praxe oriental, não hesitou em mencionar três mulheres, “filhas de Felipe, duas das quais envelheceram na virgindade, e a outra, inspirada do Espírito Santo, adormeceu em Éfeso”.

71 Livr. III. cap. II.

(JANUS, vol. 1, 2002, p. 64-67) (grifo do original).

Esse depoimento de Rui Barbosa está coerente com tudo quanto nós conseguimos levantar do assunto, tornando-se, portanto, inatacável.

### Algumas considerações sobre Pedro

Em nossa pesquisa, encontramos ainda várias outras coisas que merecem ser citadas, para a informação dos que, porventura, venham a ler esse nosso estudo.

[...] S. Pedro, a quem Jesus Cristo outorgou o primado da Igreja (Jo 21,15-17; Mt 16,18-19), estabeleceu sua sede em Roma pelos anos 42 d.C., que se tornou então a sede principal da cristandade.

[...]

São Pedro, de Betsaida, na Galileia, príncipe dos Apóstolos, que recebeu diretamente de Jesus Cristo o supremo Poder Pontifical, para transmiti-lo a seus sucessores, residiu como papa, primeiro em Antioquia, depois, durante 25 anos, em Roma, onde foi martirizado em 64 ou 67 d.C. (Dicionário Bíblico Barsa, p. 204).

Observamos que nesses dados transcritos de um dicionário constante da Bíblia Sagrada – Ed. Barsa, de cunho católico, aparece uma outra passagem para justificar o papado de Pedro; entretanto, todo o capítulo 21 do Evangelho de João é, segundo alguns tradutores, controverso:

Todo o capítulo 21 é curiosamente colocado depois de uma conclusão do

evangelho (20,30-31) que será retomada em parte em 21,25. Além disso, as duplicatas são numerosas. Notemos em particular as dos capítulos 7-8: os textos de 7,33-36 e de 8,21-22 são apenas dois desenvolvimentos paralelos de tema comum; e há muitas tentativas de prender Jesus no decurso de uma mesma festa (7,30.32.44; 8,20.59).

É provável que tais anomalias provenham do modo como o evangelho foi composto e editado: ele seria de fato o resultado de lenta elaboração, compreendendo elementos de épocas diferentes, de retoques, de adições, de redações diversas, de um mesmo ensinamento, visto que o todo teria sido publicado, não pelo próprio João, mas, depois de sua morte, por seus discípulos (21,14); assim, na trama primitiva do evangelho, estes teriam inserido fragmentos joaninos que não queriam deixar perder e cujo lugar não era rigorosamente determinado. (Bíblia de Jerusalém, p. 1838).

Moral da história: não foi João quem o escreveu; assim, como aceitar piamente o que lá se encontra?

Supondo-se que João tenha sido morto em 67 (é o que se afirma usando-se da tradição cristã) e que Pedro tenha residido como papa por 25 anos em Roma, então, ele passou a ser papa no ano de 42. Ora, depois da morte de Jesus do ano 33 até o ano de 42, ou seja, por nove anos, ele, Pedro, foi o quê? Demorou para "a ficha cair"? Mais um detalhe: no "Concílio de Jerusalém" ele não liderava ninguém, conforme ficou provado. Por outro lado, como "Um édito do imperador Cláudio, no ano 49, expulsou de Roma os judeus e, provavelmente, também os cristãos". (Bíblia Sagrada – Ed. Pastoral, p. 1440), a questão é: será que de 49 até, pelo menos, o ano de 58, não havia um líder em Roma, já que nessa última data Paulo envia uma carta aos romanos?

Se "Os Atos dos Apóstolos, quinto livro do Novo Testamento, devota dezesseis capítulos à vida e obra de Paulo" (VAN LOON, 1981, p. 180), e considerando que "O livro termina com o cativo de Paulo 61-63. (Bíblia Jerusalém, p. 1896), a pergunta é: quem foi a pessoa mais importante no cristianismo primitivo - Paulo ou Pedro, o suposto papa? Essa supremacia de Paulo é facilmente percebida, pois "Depois da conversão de Cornélio e o encarceramento em Jerusalém, Pedro parte para destinação desconhecida (At 12,17); e é Paulo que doravante, no relato de Lucas, ficará em evidência". (Bíblia de Jerusalém, p. 1898).

Vejamos mais outra informação, ainda de Van Loon (1882-1944), que foi um escritor e jornalista holandês:

Além disso, era um homem capaz de trabalho eficiente. Conhecedor de suas limitações, deixou a empresa mais espetacular para Paulo, que passou a vida no estrangeiro, e para Jaime, o irmão de Jesus, que se tornou o reconhecido chefe da igreja nas terras judaicas.

Pedro contentou-se com um campo de ação menos importante nas regiões limítrofes da Judeia, e com sua fiel esposa percorreu as longas estradas da Babilônia a Samaria e da Samaria à Antioquia, transmitindo ao povo o que Jesus lhe ensinara em seu tempo de pescador no Mar da Galileia.

Não sabemos o que o induziu a ir para Roma.

Sobre essa viagem não temos nenhuma informação histórica de valor indisputado, mas o nome de Pedro está tão conexo ao desenvolvimento inicial da igreja, que temos de dedicar algumas palavras ao admirável velho a quem Jesus amou mais que aos outros discípulos. (VAN LOON, 1981, p. 186-187). (grifo nosso).

Se Pedro percorreu as estradas de Babilônia a Samaria, por que a palavra Babilônia, que aparece em uma das cartas, que lhe é atribuída (1Pe 5,13), não poderia se referir a essa cidade, que supõem ser Roma? Será preciso responder?

Voltemos às considerações do filósofo e teólogo Huberto Rohden, agora no livro *Que vos parece do Cristo*, onde ele dedica um capítulo ao assunto:

**Istituiu Jesus a Pedro como Pedra Fundamental da Igreja?**

Já no século V, escreveu Santo Agostinho, então bispo de Hipona, que, com

as palavras “tu és Pedro” Jesus não instituiu Pedro como pedra fundamental da Igreja; as palavras de Jesus não se referem à pessoa humana de Pedro, que é chamada “carne e sangue”; referem-se à revelação da Divindade do Cristo, confessada pelo apóstolo: “Tu és o Cristo, Filho de Deus vivo”. A pedra fundamental da Igreja, diz Agostinho, é o Cristo; a confissão de Pedro, mas não o Pedro da confissão, é a pedra fundamental, mas não a pessoa humana, que pode ter sucessores, através dos tempos, ao passo que a Divindade do Cristo é a verdade permanente.

É esta a convicção de Agostinho, que ele nunca revogou, nem mesmo no seu livro posterior “Retractationes”.

Mais tarde, por motivos de consolidação da hierarquia eclesiástica, os Concílios adotaram a ideia que hoje prevalece na teologia; que Pedro fora instituído por Jesus como sendo o fundamento inabalável da Igreja — o mesmo homem que é por Jesus chamado carne e sangue, e, pouco depois “satanás”: “*Vade retro, satana*”.

Nem Paulo de Tarso aceitou a ideia da primazia e infalibilidade de Pedro, como consta do Concílio Apostólico de Jerusalém, onde prevaleceu a ideia de Paulo, que repreendeu publicamente a Pedro por que havia “aberrado da verdade do Evangelho”, exigindo que os neófitos cristãos fossem circuncidados

Quanto ao pretense pontificado de Pedro na sede de Roma, é uma ideia flagrantemente anti-histórica. Pedro pode ter vivido em Roma cerca de três meses, no ano 67, mas não durante 25 anos. Jamais dirigiu a igreja de Roma. Sabemos que no ano 64 rompeu a tremenda perseguição dos cristãos por parte do imperador Nero, perseguição que continuou por quase três séculos, até o ano 313. Durante este período, nenhum cristão conhecido sobreviveu em Roma, muito menos o chefe espiritual do cristianismo.

Aliás, a primeira epístola de Pedro é datada da Babilônia, e deve ter sido escrita pelos meados do primeiro século.

Em 58, em Corinto, escreveu Paulo a Epístola aos Romanos, verdadeiro tratado de cristologia, por que não havia na capital do Império Romano ninguém que pudesse dar esses esclarecimentos - nem mesmo Pedro.

No fim da Epístola manda Paulo lembranças a numerosos cristãos conhecidos em Roma - nenhuma saudação a Pedro, que não era conhecido na capital do Império.

Nos anos 60 a 62 esteve Paulo preso em Roma. No cárcere, escreveu as epístolas aos Filipenses, aos Efésios, aos Colossenses, e a carta particular a Filemon. Nestas cartas menciona Paulo os cristãos que o visitaram no cárcere romano - nunca menciona Pedro, que não o visitou, porque não estava em Roma.

Pelos historiadores antigos sabemos que durante a perseguição de Nero, Pedro e Paulo foram, às ocultas, visitar os cristãos sobreviventes em Roma: foram descobertos, presos e mortos; a tradição localiza a morte de Pedro e de Paulo no dia 29 de junho de 67.

Para unificar as dezenas de grupos cristãos, cada um dos quais se dizia o único cristianismo verdadeiro, o primeiro imperador cristão Constantino Magno, pelo Edito de Milão, de 313, deu liberdade aos cristãos e proclamou o cristianismo como religião oficial do Império romano. A fim de estabelecer unidade nos diversos grupos litigantes, decretou Constantino que o bispo da capital do Império fosse considerado *primus inter pares*. A chamada infalibilidade do papa foi decretada somente pelo primeiro Concílio Vaticano, no ano de 1870, quer dizer, há pouco mais de um século. De resto, o papa não fez valer a sua suposta infalibilidade, nem mesmo nas mais veementes controvérsias recentes, sobretudo após a ruidosa encíclica “*Humanae Vitae*”, impugnada violentamente por bispos e cardeais.

Quem confessa o Cristo como suprema e única rocha da Igreja está de acordo com o Evangelho e com as palavras do próprio Cristo. (ROHDEN, s/d, p. 107-110).

Observar que, em suas considerações, Rohden cita Santo Agostinho um eminente e respeitável nome entre os antigos escritores cristãos conhecidos como “Padres da Igreja” ou “Santos Padres”.

Passaremos agora a palavra ao teólogo católico Janus (1799-1890):

Tudo isso se explica, porém, logo que examinarmos de perto, mediante os Padres, a significação das bem conhecidas palavras de Cristo a S. Pedro. Não as aplica aos bispos de Roma como sucessores de S. Pedro nenhum dos Padres que trataram exegeticamente, nessa época, os tópicos do Evangelho relativos ao poder transmitido a Pedro (Mateus, XVI,18, e João XXI,18). Que de Padres não se ocuparam com esses tópicos! Entretanto, nenhum daqueles cujos comentários possuímos ainda, Orígenes, Crisóstomo, Hilário, Agostinho, Cirilo, Theodoro, nem dos outros cujas explicações acham-se agrupadas nas Catenas nenhum desses exprimiu, por uma sílaba sequer, a ideia de que se refira ao primaz de Roma a consequência da missão incumbida e das promessas dirigidas a Pedro. — Nenhum deles interpretou a *pedra* ou a base onde o Cristo quer edificar a sua igreja, como atributo especialmente cometido a Pedro, e, por morte deste, hereditário. Aquilo para eles significava o próprio Cristo ou a fé notória de Pedro em Cristo; porque nos seus escritos é frequente confundirem-se essas duas ideias. — Por outro lado, entendiam que Pedro era tão fundamento da Igreja quanto os demais apóstolos isto é, pensavam que os apóstolos todos juntos formavam as doze pedras fundamentais da Igreja (Apocal., XXI,14). (75) — Pelo que pertence à concessão do poder das chaves, do poder de atar e desatar, tanto menos possível era que os Padres o tomassem como privilégio ou soberania atribuída aos bispos romanos, quanto não consideravam essa onipotência (coisa que ao primeiro aspecto notará qualquer) como propriedade peculiar a S. Pedro, e herdada por ele aos sóz prelados de Roma. — Refletiam que, se fora outorgada a Pedro em primeiro lugar, também aos outros depois o foi pelas mesmas palavras. Enfim, tinham todos o símbolo das chaves como perfeito sinônimo da expressão figurada atar e desatar. (76)

Sabido é que o dito de Cristo a Pedro é hoje em dia o trecho clássico, que há de ser base ao edifício da infalibilidade papal: "Ora por ti para que te não faleça a fé; quando converso, esforça a teus irmãos" (Lucas, XXII,32-37). — Manifesto é, porém, que essas palavras não se podem referir senão a Pedro pessoalmente, e à sua conversão depois de ter renegado a Cristo. De feito, a exortação é para que ele, apenas lhe desaparecesse aquela rápida e passageira fraqueza, restaurasse os outros apóstolos, em quem vacilara igualmente a fé no Cristo. — É, portanto, rematado contra-senso querer, onde apenas se tratava do indivíduo em quem vacilara a fé na dignidade messiânica de Jesus, fé que se pretendia reanimar, querer descobrir aí promessas de futura infalibilidade a uma série de papas, unicamente porque esses homens senhorearam mais tarde, na Igreja romana, o lugar de que Pedro fora o primeiro ocupante. Até ao fim do VII século nenhum dos antigos doutores da Igreja concebera essa interpretação. Todos, sem exceção, em número de dezoito haviam dividido ali apenas uma rogativa de Cristo, empenhado em que o seu apóstolo não soçobrasse de todo na perigosa e iminente tentação, e não perdesse inteira a fé. — Foi o papa Ágato, em 680, quem primeiro quis achar ali uma promessa de prerrogativas à Igreja romana, — isso no tempo dos esforços com que Roma lidava arredar os perigos anunciados pela condenação de Honório, predecessor daquele, — condenação que tinha de levar a Igreja romana a perder o privilégio, tantas vezes encarecido, de uma pureza doutrinária especialíssima.

75 "Et murus civitatis habens fundamenta duodecim, e in ipsis duodecim, nomina apostolorum Agni." (Tinha o muro da cidade doze fundamentos, e, em todos doze, os doze nomes dos apóstolos do Cordeiro.) (Do tradutor brasileiro.)

76 Embalde, portanto, diligenciou Döllinger, por exemplo (Cristianismo e Igreja, pág. 30, 2ª ed.), explicar a autoridade das chaves como ideia diversa do poder de atar e desatar, na linguagem bíblica, — encarando-o como um poder sobre a Igreja toda, transmitido por Pedro aos seus sucessores romanos. Contradiz este parecer de todo ponto as declarações dos Padres e as tradições exegéticas da Igreja.

(JANUS, vol. 2, 2002, p. 67-69) (grifo do original).

A. Leterre (? - ), em abordando o assunto, disse:

Salientaremos, simplesmente, a antinomia do título de Papa, para com os próprios princípios doutrinários do fundador da Igreja cristã.

O termo Papa é um diminutivo familiar de papá, papai, atribuído ao bispo de Roma, como sendo o Pai da família cristã. Ora, Jesus proibiu que o chamassem

de Pai, porque este título só pertence a Deus que é o Pai de todos. Não consentiu que o chamasse de Bom, de Mestre e ainda menos de Santo; mas o Papa é chamado de **Bom Pai** e até de .... Santíssimo Pai.

Jesus não tinha onde repousar a cabeça, só tinha uma túnica, um par de sandálias e se alimentava quando a sacola de Judas, seu Tesoureiro, o permitia. Proibiu a construção de templos. Enviou seus apóstolos a pregar o Evangelho do Reinado da Paz, sem alforjes. Repudiou o título que lhe queriam dar de **Rei de Israel** e fugiu mesmo para o monte. Em suma, pregou a bondade de coração, o amor ao próximo e deu o exemplo da perfeita humildade.

Se Jesus disse, fazendo, como querem, um trocadilho inadmissível na língua que ele falava, que sua Igreja seria construída sobre a **rocha**, isso não significa que ele fizesse Pedro de **pedra** fundamental do seu Templo, pois este mesmo apóstolo, em **Atos**, frisa que Deus não reside em templos de pedra, construídos e servidos pela mão do homem, confirmando as palavras do seu mestre, quando este mandava que todos se recolhessem ao seu aposento, em segredo, e aí implorassem ao Pai que tudo via e lhe concederia o voto.

Ademais, quem ficou representando esse templo em Jerusalém foi Tiago, discípulo e irmão de Jesus, revestindo as insígnias de Sumo Sacerdote dos Judeus e não do Cristo, que não usava nenhuma.

Pedro, portanto, conservou-se na penumbra ou quando muito, por sua idade, como era praxe respeitar-se, presidiu uma agremiação de fiéis, aliás, destruída por Paulo, que não consentia que Jesus tivesse instituído sua Igreja sobre a circuncisão.

Quando Cornelius se ajoelhou aos pés de Pedro para adorá-lo, este levantou-o dizendo: "Levanta-te, eu mesmo também sou homem" (**Atos X, 26**). (LETERRE, 2004, p. 326).

Ainda Leterre, agora falando sobre a **Infalibilidade do papa**, traz interessante discurso de um bispo que era contra a instituição desse dogma católico. Ele tem a ver com o nosso assunto, porquanto fala de Pedro. Leiamos:

A infalibilidade do papa foi decretada em 1870 por um Concílio presidido pelo próprio interessado Pio IX e ardentemente preparado para este fim pela "Companhia de Jesus", apesar da oposição feita por alguns bispos e, sobretudo, de Bjakovo, o Revmo. Strossmayer cujo discurso, embora um tanto longo, convidamos o leitor a assistir, comodamente sentado em uma das poltronas daquela magna Assembleia, a fim de melhor ouvir as verdades nuas e cruas, que vão ser ditas naquele Cenáculo, por um dos seus mais eminentes membros e possa ajuizar do espírito ambicioso dos partidários que, com essa aprovação, preparavam a possibilidade de galgar um dia uma cadeira pontifical inatacável.

É bom notar, desde já, que nem esse bispo nem seus partidários foram condenados ou excomungados pelo referido Papa por ter desmascarado aquele antro de perdição que é o Vaticano e nem seus argumentos foram jamais refutados.

Tem a palavra o bispo Strossmayer (colocaremos apenas trechos ligados ao assunto):

[...] Abri essas sagradas páginas e sou obrigado a dizer-vos: nada encontrei que sancione, próximo ou remotamente, a opinião dos ultramontanos! E maior é minha surpresa quando, naqueles tempos apostólicos, nada há que fale de papa sucessor de S. Pedro e vigário de Jesus Cristo!

[...] Tenho lido todo o Novo Testamento, declaro ante Deus e com a mão sobre o crucifixo que nenhum vestígio encontrei do papado.

[...]

Lendo, pois, os Santos Livros, não encontrei um só capítulo, um só versículo que dê a São Pedro a chefia sobre os apóstolos

Não só o Cristo nada disse a respeito deste ponto, mas, ao contrário, pro meteu tronos a todos os apóstolos (**Mateus XIX, 28**) sem dizer que o de Pedro seria mais elevado que o dos outros.

Que diremos do seu silêncio?

A lógica nos ensina a concluir que o Cristo nunca pensou em elevar Pedro à chefia do Colégio Apostólico.

Quando o Cristo enviou seus discípulos a conquistar o mundo, a todos —

igualmente — fez a promessa do Espírito Santo.

Dizem as Santas Escrituras que até proibiu a Pedro e a seus colegas de *reinarem* ou *exercerem senhorio* (Lucas XXIII, 25, 26).

Se Pedro fosse eleito Papa, Jesus não diria isso, porque, segundo nossa tradição, o papado tem uma espada em cada mão, simbolizando os poderes espiritual e temporal.

Ainda mais: se Pedro fosse papa ou chefe dos apóstolos, permitiria que esses seus subordinados o enviassem, com João, à Samaria para anunciar o Evangelho do filho de Deus? (Atos VIII, 14)

[...] Reuniu-se em Jerusalém um Concílio ecumênico para decidir questões que dividiam os fiéis.

Quem devia convocá-lo? Sem dúvida Pedro, se fosse papa. Quem devia presidir-lo? Por certo que Pedro. Quem devia formular e promulgar os cânones? Ainda Pedro. Não é verdade?

Pois bem: nada disso sucedeu! Pedro assistiu ao Concílio com os demais apóstolos sob a direção de Tiago! (Atos XV).

Assim, parece-me que o filho de Jonas não era o primeiro, como sustentais. Encarado agora, por outro lado, temos: enquanto ensinamos que a Igreja está edificada sobre Pedro, São Paulo (cuja autoridade devemos todos acatar) diz-nos que ela está edificada sobre o fundamento da fé dos apóstolos e profetas, sendo a principal pedra do ângulo Jesus Cristo (Epístola dos Efésios II, 20).

Esse mesmo Paulo ao enumerar os ofícios da Igreja menciona os apóstolos, profetas, evangelistas e pastores; e será crível que o grande apóstolo dos gentios se olvidasse do papado, se este existisse? Esse olvido me parece tão impossível como o de um historiador desse Concílio que não fizesse menção da Sua Santidade Pio IX.

[...]

O apóstolo Paulo não faz menção em nenhuma de suas Epístolas às diferentes igrejas, da primazia de Pedro, se esta existisse e se ele fosse infalível como quereis, poderia Paulo deixar de mencioná-la, em longa Epístola acerca de tão importante ponto?

[...]

Também nos escritos de São Paulo, de São João ou de São Tiago, não descubro nenhum traço do poder papal! São Lucas, o historiador dos trabalhos missionários dos apóstolos, guarda silêncio a respeito de tal assunto! Isso deve preocupar-vos muito.

[...]

Pensei que se Pedro fosse vigário de Jesus Cristo ele não o sabia, pois nunca procedeu como papa; nem no dia do Pentecostes, quando pregou seu primeiro sermão, nem no Concílio de Jerusalém, presidido por São Tiago, nem da Antioquia nem nas Epístolas que dirigiu às igrejas. Será possível que ele fosse papa sem o saber?

Parece-me escutar de todos os lados: São Pedro não esteve em Roma? Não foi sacrificado de cabeça para baixo? Não existem os lugares onde ensinou e os altares em que disse missa nessa cidade?

E eu responder Só a tradição, veneráveis irmãos, é que nos diz ter São Pedro estado em Roma; e como a tradição é tão-somente a tradição da sua estada em Roma. E com ela que me provareis seu episcopado e sua supremacia?

Scaligero, um dos mais eruditos historiadores, não vacila em dizer que o episcopado de São Pedro e sua residência em Roma devem ser classificados no número das lendas ridículas! [...]

Permite que repita: folheando os sagrados escritos não encontrei o mais leve vestígio do papado nos tempos apostólicos!

E, percorrendo os anais da Igreja, nos quatro primeiros séculos, o mesmo me sucedeu! Confessar-vos-ei que o que encontrei foi o seguinte:

Que o grande Santo Agostinho, bispo de Hipona, honra e glória do Cristianismo e secretário do Concílio de Melive, nega a supremacia do bispo de Roma.

Que os bispos da África, no sexto Concílio de Cartago, sob a presidência de Aurélio, bispo dessa cidade, admoestavam a Celestino, bispo de Roma, por superior aos demais bispos, enviando-lhes comissionados e introduzindo o orgulho na Igreja.

Que, portanto, o papado não é instituição divina. Deveis saber, meus veneráveis irmãos, que os padres do Concílio de Calcedônia colocaram os bispos da antiga e nova Roma na mesma categoria dos demais bispos.

Que aquele sexto Concílio de Cartago proibiu o título de 'Príncipe dos Bispos', por não haver soberania entre eles.

E que São Gregório I escreveu estas palavras que muito aproveitam a tese:



Quando um patriarca se intitula 'Bispo Universal', o título de patriarca sofre incontestável descrédito. Quantas desgraças não devemos nós esperar, se entre os sacerdotes se suscitarem tais ambições?

Esse - bispo - será o rei dos orgulhosos! (Pelágio II, Cet. 13).

Com tais autoridades e muitas outras que poderia citar-vos, julgo ter prova do que os primeiros bispos de Roma não foram reconhecidos como - bispos universais ou papas - nos primeiros séculos do Cristianismo.

E, para reforçar ainda mais meus argumentos, lembrarei aos meus veneráveis irmãos que foi Ósio, bispo de Córdoba, quem presidiu o primeiro Concílio de Niceia, redigindo seus cânones; e que foi ainda esse bispo que, presidindo o Concílio de Sárdica, excluiu o enviado de Júlio, bispo de Roma! Mas, da direita me citam estas palavras de Cristo: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja.

Sois, portanto, chamado para este terreno.

Julgais, veneráveis irmãos, que a rocha ou a pedra sobre a qual a Santa Igreja está edificada, é Pedro; mas, permite que eu discorde desse vosso modo de pensar.

Diz São Cirilo no seu quarto livro a respeito da Trindade: A rocha ou a pedra de que nos fala Mateus é a fé imutável dos apóstolos.

São Gregório, bispo de Poitiers, em seu segundo livro a respeito da Trindade, repete que aquela pedra é a *rocha da fé*, confessada pela boca de São Pedro. E, no seu sexto livro, mais luz nos fornece dizendo: E sobre essa exata *rocha* da confissão da fé que a Igreja está edificada.

São Jerônimo, no seu sexto livro a respeito de São Mateus, é de opinião que Deus fundou sua Igreja sobre a rocha ou *pedra* que deu seu nome a Pedro. Nas mesmas águas navega São Crisóstomo quando em sua homilia 56, a respeito de Mateus, escreve: Sobre esta rocha edificarei minha Igreja; e esta rocha é a confissão de Pedro.

Já que não me respondeis, eu vô-la darei: 'Tu és o Cristo, o filho de Deus'. Ambrósio, o Santo arcebispo de Milão, São Basílio, de Salência, e os padres do Concílio de Calcedônia ensinam precisamente a mesma coisa.

Entre os doutores da Antiguidade cristã, Santo Agostinho ocupa um dos primeiros lugares pela sua sabedoria e pela sua santidade.

Escutai como ele se expressa acerca da primeira epístola de São João: 'Edificai minha Igreja sobre esta rocha, significa claramente que é sobre a fé de Pedro'.

No seu tratado 124 acerca do mesmo João, encontra-se esta significativa frase: 'Sobre esta rocha ou *pedra* que me confessaste, que reconheceste, dizendo: *Tu és o Cristo, o filho de Deus vivo*, edificarei minha Igreja, sobre mim mesmo; pois sou o filho de Deus vivo. Edificarei sobre mim mesmo e *não sobre ti*'.

Haverá coisa mais clara e positiva?

Deveis saber que esta compreensão de Santo Agostinho, a respeito de tão importante ponto do Evangelho, era a opinião corrente no mundo cristão naqueles tempos. Estou certo de que não me contestareis.

Assim é que, resumindo, vos direi:

- 1 - Que Jesus deu aos outros apóstolos o mesmo poder que deu a Pedro.
- 2 - Que os apóstolos nunca reconheceram em São Pedro a qualidade de vigário de Cristo e *infalível* doutor da Igreja.
- 3 - Que o mesmo Pedro nunca pensou ser papa nem fez coisa alguma como papa.
- 4 - Que os Concílios dos primeiros quatro séculos nunca deram, nem reconheceram, o poder e a jurisdição que os bispos de Roma queriam ter.
- 5 - Que os Santos Padres, na famosa passagem 'Tu és Pedro e sobre esta pedra (a confissão de Pedro) edificarei minha Igreja' nunca entenderam que a igreja não estava edificada sobre Pedro (*super Petrum*) e sim sobre a rocha (*super Petram*), isto é, sobre a confissão da fé do apóstolo!

Concluo, pois, com a história, a razão, a lógica, o bom senso e a consciência do verdadeiro cristão, que Jesus não deu supremacia alguma a Pedro e que os bispos de Roma só se constituíram soberanos da Igreja confiscando, um por um, todos os direitos do episcopado! [...]

Contestai a história se ousais fazê-lo; mas, ficai certos de que não a destruireis! Se avancei alguma inverdade, ensinai-me isso com a história, à qual prometo fazer a mais honrosa apologia. Mas, compreendi que não disse ainda tudo quanto quero e posso dizer. Ainda que a fogueira me aguardasse lá fora, eu não me calaria!

[...]

Evitai, sim, evitai, meus veneráveis irmãos, o terrível precipício cuja borda estais colocados. Salvai a Igreja do naufrágio que a ameaça e busquemos todos, nas Sagradas Escrituras, a regra da fé que devemos crer e professar. Digne-se Deus a assistir-me. Tenho concluído".

Todos os bispos se levantaram, muitos saíram da sala, porém alguns prelados italianos, americanos, alemães, franceses e ingleses rodearam o inspirado orador, e, com fraternais apertos de mão, demonstraram concordar com seu modo de pensar. (LETERRE, 2004, p. 338-345).

Apesar de um pouco extenso, acreditamos que valeu a pena citá-lo para provar que, mesmo dentro da Igreja, nem todos os bispos concordavam em que Pedro tenha sido o primeiro papa, portanto, de valor inquestionável contra essa hipótese.

É bom registrar que não houve unanimidade nessa questão de infalibilidade papal:

Mas até essas atividades sociais dentro da igreja acabaram perdendo credibilidade em função das polêmicas sobre a definição da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I, em 1870. Sua pertinência foi questionada com igual vigor e insucesso tanto pelo bispo Ketteler como pela maioria nos episcopados alemão e francês. Nessa discussão, ficou claro que a democracia moderna – que em linhas gerais abolira o sistema absolutista – e o sistema romano – formado no século XI e que pusera um freio religioso no absolutismo – estavam em conflito, na verdade eram como água e fogo. [...] (KÜNG, 2002, p. 201) (grifo nosso).

Vejamos o que nos diz sobre esse assunto o escritor Fernando Guedes de Mello (?- ):

Assim, tudo indica que Paulo tornou-se o primeiro bispo de Roma, a pedido do próprio Jesus (At 23,11), e não Pedro. A ida de Pedro a Roma, se de fato ocorreu, deveu-se muito mais à situação político-religiosa na Palestina do que a uma necessidade pastoral dos cristãos romanos. Devido à ruptura definitiva entre os cristãos e os judeus na Judeia e ao clima de pré-insurreição contra os romanos em Jerusalém, Pedro teria seguido para Roma muito mais na condição de refugiado do que de primeiro papa da Cristandade. Episódios como o do romance histórico *Quo vadis, Domine?* São lendas que surgiram mais tarde, em meados do século II, e que ganharam destaque no século IV, para justificar a primazia do bispo da capital imperial. Tanto assim que, quando a capital passa para Constantinopla, começaram as dificuldades entre a Igreja Latina e a Igreja Oriental. (MELLO, 1997, p. 123). (grifo nosso)

Informações que só reforçam o fato de que Pedro nunca ter sido mesmo o primeiro papa, sendo isso apenas de origem lendária.

### Quando surgiu essa história

Em nossas pesquisas demoramos um longo tempo para encontrar algo que viesse a nos informar sobre a origem do papado. Valeu a pena insistirmos nisso, pois deparamo-nos com uma fonte totalmente insuspeita, por ser oriunda de um historiador de confissão católica e também professor universitário (História do Cristianismo na Universidade de Cambridge). Esse é o caso do irlandês Eamon Duffy (1947- ), que, além do cargo citado, foi presidente do College of St Mary Magdalene de Cambridge. Entre outros livros, é autor do *Santos e pecadores – história dos papas*, do qual iremos retirar algumas informações para o presente e o próximo tópico.

Na cúpula da basílica de São Pedro, em Roma, escritas em letras de um metro e oitenta de altura, leem-se as palavras de Cristo a Pedro conforme o Evangelho de Mateus: *Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam et tibi dabo claves regni caelorum* (Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus). Ali colocadas para coroar o túmulo do apóstolo, oculto bem abaixo do altar-mor, elas também se destinam a proclamar a autoridade do homem que quase um bilhão de cristãos encaram como o herdeiro vivo de Pedro. Acredita-se que, com tais palavras, Cristo tornou-o o príncipe dos apóstolos e o chefe da Igreja na terra: geração após geração a dignidade foi transferida a seus sucessores, os papas. Quando o Sumo Pontífice celebra a missa no altar-mor da basílica de São Pedro, o Novo Testamento e o mundo moderno se tocam, o céu e a terra se encontram.

A continuidade do apóstolo no papa repousa numa tradição que remonta praticamente aos primeiros documentos escritos do cristianismo. Já estava bem firmada por volta de 180 d.C., quando um dos mais antigos escritores cristãos, Irineu de Lião, a invocou em defesa da ortodoxia. Para ele, a Igreja de Roma era a "grande e ilustre Igreja" à qual, "devido a sua posição de comando, todas as igrejas, isto é, os fiéis de toda parte, devem recorrer". Irineu acreditava que a Igreja tinha sido "fundada e organizada em Roma pelos dois gloriosos apóstolos Pedro e Paulo", e que sua fé se transferira com toda segurança à posteridade por uma ininterrupta sucessão de bispos, o primeiro dos quais fora escolhido e consagrado pelos próprios apóstolos. Ele enumerou os bispos que os sucederam e, com isto, forneceu-nos a mais antiga lista de papas existente: Lino, Anacleto, Clemente, Evaristo, Alexandre, Sisto e outros, até o contemporâneo e amigo de Irineu, Eleutério, bispo de Roma de 174 a 189 d. C.<sup>1</sup>

Pode parecer que todos os direitos essenciais do papado moderno estão contidos nessas palavras do Evangelho sobre a pedra e no relato de Irineu sobre a genealogia apostólica dos primeiros bispos de Roma. Porém, a matéria não é tão simples. A autoridade dos papas deriva de Cristo através de Pedro, mas para Irineu a competência da Igreja de Roma provinha de sua fundação pelos dois apóstolos, Pedro e Paulo, não só por Pedro. A tradição segundo a qual ambos morreram nas mãos de Nero, aproximadamente em 64 d.C., foi universalmente aceita no segundo século, no fim do qual já se exibiam aos peregrinos, em Roma, os "troféus" dos apóstolos, suas tumbas ou cenotáfios, o de Pedro na colina do Vaticano, o de Paulo na Via Ostiense, do lado de fora das muralhas, na estrada do litoral. Não obstante, o Novo Testamento silencia sobre tudo isso. As lendas ulteriores é que haveriam de prover de detalhes a vida e a morte de Pedro em Roma: as lutas com Simão Mago, o pai da heresia, os milagres, a tentativa de escapar à perseguição, fuga da qual desistiu ao ter uma visão de Cristo a censurá-lo (a lenda de "Quo Vadis") e, por fim, sua crucificação de cabeça para baixo, no Circo do Vaticano, no tempo do imperador Nero. Tais narrativas foram aceitas como história autêntica por algumas das maiores inteligências da Igreja primitiva: Orígenes, Ambrósio, Agostinho. Mas trata-se de ficção religiosa, não de história, e a verdade é que carecemos de relatos confiáveis tanto do fim da vida de Pedro quanto da forma ou do lugar de sua morte. Nem Pedro nem Paulo fundaram a Igreja de Roma, visto que já havia cristãos na cidade antes que qualquer apóstolo pusesse lá os pés. Tampouco se pode presumir, como Irineu, que os apóstolos estabeleceram uma sucessão de bispos a fim de dar continuidade a seu trabalho na cidade, pois tudo indica que, quase um século após a morte deles, ainda não havia um bispo único em Roma. De fato, para onde quer que nos voltemos, os sólidos contornos da sucessão de Pedro, em Roma, parecem dissolver-se e esfumar-se.

<sup>1</sup> A maior parte dos textos antigos sobre a história do papado até o reinado de Dâmaso I foram convenientemente coletados e traduzidos para o inglês in J. T. Shotwell e L. R. Loomis, *The See of Peter*. Nova York, 1927. reimpresso em 1991. A passagem extraída de *Contra Haereses III*, de Irineu, citada no texto, encontra-se nas pp. 265-72.

(DUFFY, 1998, p. 1-2). (grifo nosso).

Vê-se, portanto, que muito do que se tem hoje na Igreja Católica como sendo verdadeiro, nada mais é que tradição, lendas e histórias que não condizem com a realidade. E é sobre essa base frágil que edificam alguns de seus princípios, que prevalecem dado à crença generalizada que seus líderes só dizem a verdade.

A própria noção de que a liderança da Igreja cristã devesse estar associada a Roma e à pessoa de Pedro exige explicação. O cristianismo é uma religião oriental, surgida em meio à turbulência religiosa e política da Palestina do primeiro século. Sua figura central foi um rabino andarilho aclamado pelos discípulos como a própria realização das esperanças judaicas, o Messias. Executado pelos romanos como aspirante ao trono de Israel, sua morte e ressurreição foram interpretadas de acordo com as narrativas e profecias das escrituras judias, e boa parte da linguagem em que foram proclamadas derivava e calava fundo nas esperanças e aspirações desse povo. Jerusalém foi o primeiro centro da pregação cristã, e a Igreja de Jerusalém foi dirigida

pelos membros da própria família do Messias, a começar por Tiago, O "irmão" de Jesus. (DUFFY, 1998, p. 2). (grifo nosso).

Que Jerusalém foi o centro da pregação cristã e cuja igreja não tinha Pedro como líder é um fato que já foi falado anteriormente; assim, aqui se corrobora essa informação.

Sem embargo, no decorrer dos primeiros dez anos da morte do Messias, o cristianismo saiu da Palestina pelas rotas marítimas e estradas da Pax Romana, rumando para Antioquia, ao norte, a Éfeso, Corinto e Tessalônica, e, a oeste, para Chipre, Creta e Roma. O principal responsável por essa expansão foi Paulo de Tarso, um sofisticado rabino que falava grego e, à diferença de Cristo e dos doze apóstolos, tinha cidadania romana. [...]

[...] Sem controvérsia nem rival, ele foi a figura mais importante dos primórdios da história da Igreja. Mas nunca chegou a ser seu líder. A Igreja jamais teve um centro único: foi fundada em Jerusalém, mas os romanos destruíram a cidade em 70 d.C., quando já florescia igrejas em todo o império, em Antioquia (onde os discípulos de Jesus foram chamados pela primeira vez de "cristãos"), em Corinto, em Éfeso e na própria Roma. Era imensa a autoridade de Paulo, ultrapassava as igrejas que ele mesmo fundara. Mas ele não conheceu Jesus e não sobressai nos relatos da fundação do cristianismo. Embora tenha reclamado e obtido o status de "apóstolo", não era um dos "Doze" nem havia percorrido os caminhos da Palestina com o Filho de Deus. Já com Pedro, a questão era diferente.

[...] De uma lealdade ardorosa e permanentemente disposto a proclamar sua devoção ao Mestre, nos Evangelhos Pedro sempre parece inclinado a compreender mal a missão e as intenções de Cristo; rejeita com irritação sua profecia da Paixão, recusa-se a deixá-lo lavar-lhe os pés na Última Ceia, brande a espada numa equivocada tentativa de protegê-lo quando a polícia do templo vai prendê-lo no Getsêmani. [...]

Em todos os Evangelhos ele é o líder ou, pelo menos, o porta-voz dos apóstolos. Em Mateus e Lucas, seu nome é o primeiro em todas as listas dos Doze. Nos quatro, é o primeiro discípulo a ser chamado por Jesus. Em Cesareia de Filipe, num momento crucial do ministério de Cristo, é Pedro quem nele reconhece e proclama o Messias, explicitando desse modo e pela primeira vez a fé da Igreja em seu Senhor. É também Pedro o primeiro do círculo interno de discípulos a quem Jesus permite presenciar sua transfiguração na montanha, e não é outro senão ele que, tomado de assombro e medo durante o milagre, invoca (ingenuamente) Cristo.

Mateus é o evangelista que mais insiste na importância de Pedro. Elabora, em particular; o relato de sua confissão de fé em Cesareia de Filipe. Conforme essa versão, Jesus define a fé de Pedro como uma revelação direta de Deus e o recompensa dando um novo nome a Simão "Cefas", Pedro, a Pedra. E prossegue, declarando: "sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus; e o que ligares na terra será ligado no céu", texto que posteriormente seria interpretado como a peça inaugural do papado (Mateus, 16: 13-23). [...]

[...]

A imagem atribuída a Pedro de apóstolo de maior autoridade e chefe da missão junto aos judeus da diáspora mediterrânea, que emerge dos escritos de Paulo, é desenvolvida e elaborada na primeira metade dos Atos dos Apóstolos. Embora outros discípulos tenham papel importante nesses capítulos iniciais da continuação do Evangelho de Lucas, é Pedro a figura dominante. Ele lidera a proclamação da ressurreição no Pentecostes, preside as reuniões da jovem Igreja, opera diversos milagres, é retirado da prisão por um anjo e, tendo recebido uma visão dos Céus que revelava ser essa a vontade de Deus, chega a apropriar-se do ulterior papel de Paulo de apóstolo dos gentios ao batizar o centurião Cornélio. No entanto, desaparece misteriosamente nos Atos dos Apóstolos e no Novo Testamento depois de fugir da prisão no capítulo 12. Lucas só nos conta, enigmaticamente, que Pedro mandou anunciar sua fuga a Tiago, então líder da igreja de Jerusalém, "e, saindo, partiu para outro lugar". De sua trajetória posterior, nada tem a dizer o Novo Testamento.

Nem Paulo, nem os Atos, nem qualquer Evangelho fala diretamente da morte

de Pedro, e nenhum chega a sugerir ao menos que seu papel especial pudesse ser transferido a um "sucessor" único. Portanto, nada há nas páginas do Novo Testamento que se aproxime da teoria papal. (DUFFY, 1998, p. 2-4) (grifo nosso).

Parece-nos muito estranho que, se Pedro fosse mesmo o líder da Igreja primitiva, ele tenha simplesmente desaparecido dos relatos sobre os acontecimentos daquela época, que absolutamente nada falam de sua morte, fato que, certamente, traria muita comoção aos seus supostamente liderados, impossível de não o terem registrado.

Vejam agora o ponto principal da obra de Duffy, que põe definitivamente por terra a hipótese de Pedro ter sido o primeiro papa:

A verdade, para começar, é que não havia "papa" algum, nenhum bispo propriamente dito, pois a igreja romana tardou a desenvolver a dignidade de presbítero ou bispo chefe. Por volta do fim do século I, o padrão relaxado da autoridade cristã começou a ser substituído, em muitos lugares, pela regra mais organizada de um único bispo em cada cidade, apoiado por um colégio de anciãos. Pelo menos em parte, tal desenvolvimento foi uma reação à impetuosa expansão do falso ensinamento, a heresia. Com o surgimento de doutrinas conflitantes, cada qual a atribuir-se o "verdadeiro" cristianismo, desenvolveu-se uma estrutura mais rígida e hierarquizada, que se revelou essencial na preservação da unidade e da fé. A sucessão de uma única linhagem de bispos - que, como atletas numa prova de revezamento, passavam um para o outro o bastão da doutrina dos apóstolos - criou uma estirpe e deu um foco concreto de unidade à fé no cristianismo autêntico.

Figura-chave nesse desenvolvimento foi Inácio de Antioquia, um bispo da Ásia Menor que, preso cerca de 107 d.C., foi levado a Roma para ser executado. No caminho, ele escreveu uma série de cartas a outras igrejas, que, em grande parte, eram apelos para que se unissem em torno de seus bispos. Todavia, sua missiva à igreja romana não faz referência a nenhum bispo, indicação clara de que essa função ainda não surgira em Roma. Paradoxalmente, tal impressão é confirmada por um documento às vezes considerado a primeira encíclica papal. Mais ou menos dez anos após a chegada de Inácio a Roma, a igreja da cidade escreveu à de Corinto numa tentativa de refrear as disputas e desordens que lá irromperam. Embora não assinada, a carta sempre foi atribuída ao presbítero romano Clemente, que em geral figura nas antigas listas como o terceiro papa depois de São Pedro. Muitas lendas haveriam de acompanhar o seu nome, e ele seria venerado como o mártir que, deportado para a Crimeia, foi jogado ao mar atado a uma âncora. O fato, porém, é que Clemente jamais pretendeu estar escrevendo na qualidade de bispo: a carta foi enviada em nome de toda a comunidade romana, ele não se identifica nem escreve em primeira pessoa, e nada se sabe a seu respeito. A carta não distingue presbíteros de bispos e se refere a eles sempre no plural, sugerindo que, em Corinto como em Roma, a igreja estava organizada sob o comando de um grupo de bispos e presbíteros, não de um único chefe. (DUFFY, 1998, p. 7) (grifo nosso).

Portanto, a conclusão de Duffy é tão clara que não dá margem a nenhuma dúvida. Então, querer manter viva essa lenda, torna-se coisa de ortodoxo que não abre mão de seus dogmas, que são defendidos à margem de toda e qualquer verdade, uma vez que o mais importante para ele é no que acredita e não o que de fato aconteceu.

Passada uma geração, tudo continuava igual em Roma. O tratado visionário O Pastor de Ermo, escrito na cidade no começo do século II, alude apenas em termos coletivos aos "governantes da Igreja" ou aos "anciãos que presidem a Igreja" e, uma vez mais, não procura fazer distinção entre bispos e anciãos. Clemente é mencionado (caso o Clemente de Ermo seja o mesmo que escreveu a missiva pelo menos uma geração antes, o que não se pode garantir), mas não como bispo chefe, e sim como o ancião encarregado das cartas para "as cidades estrangeiras" - em suma, o secretário de correspondência da igreja romana.

Tudo quanto se sabe dela em seus primeiros cem anos vem confirmar esse quadro geral. Por si mesmos e pelos outros, os cristãos da cidade eram considerados uma só igreja, como deixa claro a epístola de Paulo. Mas a realidade social por trás dessa identidade única não era a de uma congregação, mas a de uma frouxa constelação de igrejas instaladas em residências particulares ou, com o crescimento da comunidade no decorrer do tempo, reunindo-se em salões alugados, no mercado ou nos banhos públicos. Não existia um dignitário dominante único, os anciãos ou líderes compartilhavam as responsabilidades, ainda que houvesse uma distribuição de tarefas, como a do correspondente estrangeiro. Pouco antes da conversão de Constantino, havia mais de duas dúzias desses centros comunitários-religiosos, chamados *tituli*. (DUFFY, 1998, p. 8). (grifo nosso).

Diante dessas informações sobre o livro *Pastor de Hermas* (dito Ermo) vemos a confirmação do que foi falado no item anterior.

Foi diante desse pano de fundo de confusão ritual e doutrinal, no meado do século, que Roma aceitou o "episcopado monárquico", a direção da igreja por um único bispo. Em todo o mundo mediterrâneo, o governo dos bispos passou a ser encarado como uma defesa crucial contra a heresia. [...] Não há como estabelecer com segurança a data em que emergiu em Roma o cargo de bispo governante e, assim, conhecer a identidade do primeiro papa, mas o processo certamente estava concluído mais ou menos na época de Aniceto, na metade da década de 150, quando Policarpo, o idoso bispo de Esmirna, visitou Roma e com ele discutiu amigavelmente a questão da fixação da data da Páscoa. [...]

[...] Foi no tempo de Aniceto que se fizeram as primeiras tentativas de compilar a lista da sucessão dos bispos romanos a partir da lembrança dos nomes dos presbíteros mais importantes, como Clemente. Provavelmente, foi também nesse período que se construíram os monumentos fúnebres de Pedro e Paulo no Vaticano e na Via Ostiense. Essa materialização arquitetônica das pretensões de continuidade com os apóstolos iria prosseguir no século seguinte e, pelo menos a partir de 230, os bispos foram sendo sepultados numa única "cripta dos papas", na Catacumba de São Calisto, o cemitério da Via Ápia adquirido pela Igreja no século II.

Tais monumentos eram os equivalentes arquitetônicos das listas de sucessão, expressão do sentido de continuidade cada vez mais explícito entre a Igreja romana contemporânea e os apóstolos. A mais antiga lista remanescente em Roma é a de Irineu, na qual está claramente manifesta essa função simbólica. Irineu sublinha os paralelos entre os apóstolos e os chefes da Igreja, mencionando precisamente doze bispos romanos entre Pedro e Eleutério, o titular da dignidade à época. O cuidadoso arranjo, que chega a atribuir ao sexto deles o nome de Sisto, é bastante suspeito. (DUFFY, 1998, p. 10-11). (grifo nosso).

Eis um dado interessante sobre a "lista" de papas, que realmente, nada contém que possa garantir sua coerência.

E mais contundente é essa afirmação de Küng:

[...] No entanto, a primeira lista de bispos, do padre da igreja do século II Irineu de Lyon, segundo a qual Pedro e Paulo transferiram o ministério de *episkopos* para um certo Lino, é uma falsificação do século II. Um episcopado monárquico pode ser demonstrado para Roma só a partir de meados do século III (bispo Aniceto). (Küng, 2002, p. 49). (grifo nosso).

Se, como afirma Küng, a lista de Irineu "é uma falsificação do século II", não é prudente continuar levando-a a sério para se nomear os "supostos" sucessores de Pedro que, também, por sua vez, é o suposto primeiro papa.

Mas, nessa fase, o prestígio da igreja de Roma não dependia primariamente da posição social nem da autoridade do bispo. Era ela como um todo que desfrutava a glória dos após tolos e merecia o

respeito de outras comunidades cristãs dos séculos II e III. [...]

Portanto, no início do século III, a igreja de Roma era um ponto de referência reconhecido por todos os cristãos do mundo mediterrâneo e podia até funcionar como tribunal de recurso. [...]

Não obstante, é preciso também ter em mente que todos esses sinais do *status* especial da igreja e do bispo de Roma eram uma questão de grau, não de espécie. Nenhuma outra comunidade podia atribuir-se a sucessão dos dois apóstolos, mas a autoridade apostólica, as responsabilidades e o *status* que ela outorgava podiam encontrar rival em outra parte. Outros bispos e outras igrejas faziam doações, escreviam cartas de conselho, censura ou estímulo e excluíaam da comunhão as igrejas que, a seu ver, tinham caído em grande erro. Ao exaltar a glória da igreja romana, Irineu e Tertuliano estavam louvando o exemplo mais notável de um fenômeno amplo. [...] (DUFFY, 1998, p. 13). (grifo nosso).

Mesmo que a essa época prevalecesse o "status especial da igreja de Roma", conforme dito, ele se relacionava não a uma questão de grau, ou seja, superioridade hierárquica sobre todas as outras.

Humilde e sem ambições, Cornélio contava com o apoio de seus pares - chegou a angariar o suporte de sessenta bispos, em Roma, contra as reivindicações de Novaciano, além de colher cartas de comunhão dos de fora. Em particular, obteve a aprovação de Cipriano de Cartago, o mais destacado bispo africano, que tinha uma visão exaltadíssima do episcopado e enfatizava a dignidade do chefe de cada igreja. Aceitava a posição especial da sé romana, "a cadeira de Pedro, a igreja primordial [ou 'principal'], a fonte mesma da unidade episcopal". Mas com isso não queria dizer que os demais bispos fossem subordinados ao papa. Ele próprio, como tantos outros na Igreja primitiva, usava o título "papa", que só no século VI tornar-se-ia exclusivo do dignitário de Roma. De fato, Cristo havia fundado a Igreja em Pedro, mas todos os apóstolos e todos os bispos participavam plenamente do único e indivisível poder apostólico. A deferência de Cipriano para com Roma tinha portanto os seus limites, e os alcançaria deveras alguns anos depois, quando foi eleito papa o aristocrata romano Estêvão (254-257).

[...]

Cipriano porém, recusando-se a aceitar essa regra, organizou dois sínodos dos bispos africanos para condená-la. O papa não foi mencionado, mas obviamente não era outro o alvo das censuras do hierarca de Cartago ao dizer, em seu preâmbulo, que "nenhum de nós se considera bispo dos bispos nem exerce o poder tirânico de obrigar os colegas à obediência".<sup>11</sup> Não admira que os eclesiásticos que ele enviou a Roma a fim de informar o papa de tais decisões retomassem sem ser ouvidos. Irritado com a temeridade dos líderes africanos, Estêvão escreveu às igrejas da Ásia Menor, adeptas da linha mais intransigente de Cipriano em favor do rebatismo dos hereges, ameaçando romper a comunhão com elas; contudo, morreu antes de poder cumprir a ameaça.

O incidente teve significado mais amplo. Embora a carta de Estêvão não tenha sobrevivido, sabe-se, pelo comentário de Cipriano, que ele fundamentou sua condenação das igrejas africanas em Mateus 16: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja". No período do papa Cornélio, Cipriano escrevera um tratado sobre a *Unidade da Igreja Católica*, no qual tratava de reforçar a sua própria autoridade e a do papa em oposição ao cisma novacianista, enfatizando o papel exclusivo da sé de Pedro na base da unidade. Na época da disputa com Estêvão, reescrevendo a obra, ele excluiu as passagens e negou que o bispo de Roma pudesse atribuir-se particularmente a promessa de Cristo a Pedro. Ela significava, sem dúvida, a fundação da sé de Roma, mas também era privilégio de todos os bispos, os quais compartilhavam a posse das chaves entregues a Pedro. Assim, para o dignitário africano, fora uma insensatez de Estêvão "vangloriar-se tanto da sede de seu episcopado e tanto insistir em que é o sucessor de Pedro".<sup>12</sup> É, todavia, significativo que, mesmo no auge do confronto com Estêvão, Cipriano tenha evitado atacar abertamente a autoridade de Roma e haja suprimido os detalhes do péssimo tratamento dispensado pelo papa a seus enviados. Roma

continuava sendo um símbolo fundamental da unidade do episcopado, e era impensável uma ruptura absoluta com ela.

A morte de Estêvão, em 257, e o sacrifício heroico de seu sucessor, o papa grego Sisto, no ano subsequente, seguida, um mês e meio depois, da execução do próprio Cipriano, diluíram esse confronto potencialmente desastroso - com o tempo, Sisto, Cornélio e Cipriano haveriam de ser comemorados juntos na mais solene oração da Igreja romana, o Cãnon da Missa. Em todo caso, esta foi a primeira crise importante do papado e teve muito significado no futuro. A invocação de Mateus 16 feita por Estêvão é a primeira afirmação papal conhecida de que sua autoridade derivava exclusivamente de Pedro e foi a primeira tentativa clara de um pontífice de exercer sobre os demais bispos um poder que era qualitativamente diferente e superior tudo quanto haviam possuído até então. Até o reinado de Estêvão, a primazia da igreja romana fora concedida de bom grado, com base na estima por uma igreja abençoada pelo ensinamento e o martírio dos dois grandes apóstolos, aos judeus e aos gentios, e se reforçara mediante a generosidade e o cuidado pastoral dispensado às outras comunidades cristãs que caracterizaram a igreja romana nos dois primeiros séculos. Com o confronto entre Estêvão e Cipriano, ficou claro o potencial de divisão das pretensões papais.

11. Todos os textos em discussão reunidos em *See of Peter*, pp. 399-420.

12. *Ibid.*, p. 415.

(DUFFY, 1998, p. 15-16).(grifo nosso).

Estamos vendo o início da disputa, na qual Estêvão quer ocupar a cadeira de Pedro, enquanto Cipriano não admite a superioridade evocada por ele. Isso é interessante, porquanto o que nos passam é como se as coisas tivessem acontecido normalmente, sem qualquer tipo de questionamento ou refutação.

[...] contudo, o Concílio de Constantinopla outorgou uma série de cânones disciplinares, que atingiram no coração a aspiração romana de primazia sobre o conjunto da Igreja. Decretou-se que, no caso dos bispos, os apelos seriam ouvidos no interior da própria província - numa franca condenação da pretensão de Roma de vir a ser o tribunal supremo de recurso em tais casos. E estipulou-se que "o bispo de Constantinopla há de ter preeminência, em honra, depois do bispo de Roma, pois Constantinopla é a nova Roma. 17.

Por duas razões, esse último cânnon era absolutamente inaceitável em Roma. Em primeiro lugar, representava uma capitulação ante a aspiração imperial de assumir o controle da Igreja, uma vez que Constantinopla não tinha senão o *status* secular da cidade para justificar tal reivindicação de precedência religiosa. E, o que era pior, a determinação implicava que a própria primazia de Roma derivava não de sua linhagem apostólica, como a Igreja de Pedro e Paulo, mas do fato de outrora haver sido a capital do império. Dâmaso e seus sucessores se recusaram a aceitar os cânones e, no ano seguinte, um concílio dos bispos ocidentais, em Roma, emitiu uma réplica, declarando que a sé romana tinha a primazia sobre todas as demais devido à promessa do Senhor a Pedro - *Tu es Petrus* - e porque Pedro e Paulo a haviam fundado. Especificou-se ainda que, sendo Roma a primeira sé de Pedro, a segunda não era Constantinopla, mas Alexandria, pois fora fundada por Roma, através de São Marcos, por ordem de Pedro, e a terceira em precedência era Antioquia, onde Pedro fora bispo antes de ir a Roma.

O pontificado de Dâmaso deixou exposta a brecha cada vez mais larga a separar a percepção oriental da ocidental da importância religiosa de Roma. Os problemas de Libério evidenciaram que o controle imperial sobre a Igreja e a avassaladora prioridade que o império dava à unificação podiam colocar o papa e o imperador em rota de colisão. No entanto, Roma estava ficando cada vez mais distante do centro de decisões imperiais. Depois de Constantino, nenhum imperador voltara a morar na cidade, e mesmo os de origem ocidental preferiam fixar-se no norte - em Trier, Arles e principalmente Milão. Esta última cidade fora o centro das tentativas de Constantino de impor o arianismo ao Ocidente, e um bispo ariano, Auxêncio, permaneceu no cargo até morrer em 374.

O sucessor de Auxêncio foi um funcionário civil de carreira



impecavelmente ortodoxo" Ambrósio, o governador não batizado da cidade. E era ele, não Dâmaso nem seu sucessor Sirício (384-399), quem estava destinado a tornar-se a figura dominante na vida da Igreja ocidental no último quartel do século IV. Ambrósio empenhou-se em aumentar a influência da sé de Milão, assumindo o papel metropolitano perante os episcopados do norte da Itália, anteriormente exercido por Roma, envolvendo-se compromissos episcopais em lugares remotos como os Balcãs, atraindo à cidade o clero e os religiosos de Piacenza, Bolonha, e até da África do Norte. [...]

17. Shotwell e Loomis, *See of Peter*, pp. 503-504.

(DUFFY, 1998, p. 25-27) (grifo nosso).

Mais informações que provam que a briga pela supremacia era bem acirrada entre os bispos da época. É pura ilusão acreditar que a conquista do poder não causa brigas, contendas, conchavos e imposições pela força; disso não fica livre nem mesmo as religiões.

A julgar pelas referências aos "decretos gerais" de seus predecessores, Sirício decerto não tinha ideia de que estava criando algo novo: pode ser que essa forma de resposta a indagações já se tivesse tornado rotineira. Contudo, sua carta não deixa de ser um sintoma da adoção, por parte dos papas, de um idioma e de uma mentalidade que ajudaria a moldar o universo mental da cristandade ocidental. A estabilidade apostólica de Roma, seu testemunho de uma verdade ancestral, seria a partir de agora concebida não como a simples entrega da antiga *paradosis*, da tradição, mas especificamente como fonte legislatória. A lei tornou-se a preocupação principal da igreja romana, e o papa passou a ser visto como seu supremo legislador. Conforme escreveu Inocêncio I (401-417) aos bispos da África, "foi decretado por uma autoridade divina, não humana, que nenhuma ação empreendida em qualquer província, por distante e remota que seja, deve ser levada a efeito antes de chegar ao conhecimento desta sé, de modo que toda decisão possa ser confirmada por nossa autoridade. 24.

24. Eno, *Rise of the Papacy*, p. 94.

(DUFFY, 1998, p. 31). (grifo nosso).

Encontramos em Küng esta informação sobre o bispo Sirício:

O bispo Sirício (384-99) foi o primeiro a se intitular "papa". *Papa* (do grego *pappas*) era uma palavra reverente e amorosa para "pai", há muito usada por todos os bispos no Oriente; o processo de uma monopolização romana de títulos originalmente pertencentes a muitas igrejas e bispos havia começado. Sirício chamou sucintamente de apostólicos seus próprios estatutos. Ao mesmo tempo, adotou o estilo das autoridades e da chancelaria romanas: como o imperador comunicando-se com seus governantes provinciais, ele respondia a pedidos de informação e requisições de outras igrejas com breves éditos com "Decreta" e "Resposta". (Küng, 2002, p. 72). (grifo nosso).

Com Sirício (384-399), sucessor de Dâmaso, é que, na prática, se inicia a proeminência da autoridade papal, parto dos mais difíceis.

[...] Concílio Geral de Calcedônia, em 451, presidido pelos representantes de Leão. Os participantes do concílio saudaram com entusiasmo a leitura do documento de Leão, declarando que através dele falara Pedro. Não era outra a convicção de Leão quanto a *todas* as manifestações papais, e ele se convenceu de que o concílio adotara sua doutrina porque se tratava da doutrina do papa. Desde a época de Dâmaso, os teólogos romanos consideravam que só o endosso papal conferia autoridade especial aos concílios, distinguindo-os das outras assembleias de bispos. Todavia os bispos de Calcedônia não eram dessa opinião. Reconheciam a dignidade e a honra especiais da sé apostólica, mas nem por isso admitiam como necessariamente verdadeiro tudo quanto seu bispo dissesse, preferindo acreditar que

*naquela ocasião especial* Pedro falara através de Leão. Adotaram, pois, a solução que ele oferece ao problema não meramente porque era dele, mas porque a consideravam verdadeira. Para sublinhá-lo, no cânon 28 do concílio, reafirmaram a doutrina do Concílio de Constantinopla e Constantinopla ganhou precedência, depois de Roma, "porque é a nova Roma". [...] (DUFFY, 1998, p. 35). (grifo nosso).

Assim, até ano de 451 a "resistência" ainda não queria ver o bispo de Roma, como mandatário supremo da Igreja. Nesse ano é realizado um concílio ecumênico; vejamos o que Hans Küng fala a respeito dele:

No segundo mais importante concílio ecumênico, o de Calcedônia, em 451, o bispo de Roma, Leão Magno, consegue um grande êxito com sua fórmula cristológica de Cristo como uma pessoa em duas naturezas. Mas também aqui ninguém pensa em conferir a Roma uma primazia sobre as outras igrejas. Pelo contrário, precisamente Leão, que já sonha com uma pretensa *plenitude potestatis* ("plenitude de poder") dada ao bispo de Roma, e que por isso assume o título do supremo sacerdote pagão, "Pontifex maximus", é forçado a inteirar-se de que o mesmo concílio, sem qualquer cerimônia, confere à sede da Nova Roma (Constantinopla), em seu célebre cânon 28, o mesmo primado honorífico que à antiga capital do império. O enérgico protesto de Leão contra essa valorização da segunda Roma não encontra qualquer eco. De qualquer modo, ele é o primeiro dos bispos de Roma a ser sepultado na basílica constantiniana de São Pedro. E Roma, a partir de então, irá com predileção reportar-se justamente a ele, a quem por sua teoria e prática do primado cabe, no verdadeiro sentido, o título de "papa".

Mas que presunção - esse o sentimento que se teve e ainda se tem na ortodoxia oriental - a de um bispo isolado, na igreja, tentar atribuir a si a responsabilidade pessoal e o poder do apóstolo Pedro! Totalmente inaceitável parece, sobretudo, que a partir do poder apostólico de Pedro - por uma hábil combinação de argumentos teológicos e jurídicos -, se deduzam todas as possíveis consequências jurídicas para uma exigência de domínio absoluto. A incessante vontade de poder de Roma não recua nem mesmo diante das mais flagrantes falsificações. Basta pensar na "doação constantiniana" (antes de partir para o Oriente, Constantino teria dado ao bispo de Roma uma posição semelhante à do imperador e o primado sobre todas as igrejas). Basta pensar nas falsificações simaquianas ("A primeira sede não é julgada por nenhuma outra."), e sobretudo nas do Pseudo-Isidoro, de que a igreja antiga teria sido, até nos mínimos detalhes, governada por decretos dos papas. Tais manipulações, únicas na história universal, não são de forma alguma uma curiosidade "da época", mas sim um fator de poder até hoje. No Código do Direito Canônico, revisado em 1982, elas são, na verdade, veladas, mas continuam atuantes no absolutismo papal, que efetivamente mais uma vez corroboram. (KÜNG, 2004, p. 233). (grifo nosso).

Então, segundo Küng a autoridade eclesiástica que merece o título de primeiro papa seria Leão Magno, que esteve no comando da Igreja de 440 a 461.

Voltando a Duffy, transcrevemos:

Essa determinação de sujeitar os arcebispos metropolitanos adventícios marcou o confronto de Nicolau com o arcebispo de Hincmar de Rheims. Este era o mais destacado dignatário eclesiástico franco, além de favorito imperial. Como todo bispo ocidental, aceitava a primazia do papa, porém na prática tratava de minimizar o seu impacto sobre si. Opôs-se à unção de Carlos, o Calvo, por temer a jurisdição direta do papa em seus reinos. Falando em nome da lei, ele via o papa como seu intérprete e última corte de apelação dentro da Igreja; porém pensava nele como juiz, não legislador. Nenhum papa teria poderes para mudar as leis estabelecidas pelas igrejas locais. Em 861, Hincmar depôs Rothad de Soissons, um bispo sufragâneo com o qual fazia tempo que estava em conflito. Este recorreu a Nicolau, mas Hincmar e seus aliados tentaram impedi-lo, invocando a lei franca para preterir o direito canônico de apelo a Roma. O pontífice recebeu aquilo como uma provocação, pois achava que em caso algum podia-se destituir um bispo sem autorização

papal. Como não havia sido consultado, ele passou por cima de Hincmar e reabilitou Rothad. Quando aquele questionou a decisão, ameaçou suspendê-lo da celebração da missa. Uma vez mais, o arcebispo cedeu em face do pontífice, muito embora após a morte deste tenha voltado a resistir com o mesmo vigor às incursões papais na igreja franca. (DUFFY, 1998, p. 81). (grifo nosso).

Pelo que se depreende do relato, até o ano de 861 ainda havia desentendimento interno na Igreja sobre o poder papal.

[...] Havia muito que o Ocidente proclamava que "a Igreja romana nunca errou", afirmação convenientemente olvidada pelo papa Honório e amiúde aceita no Oriente. Gregório ou seu compilador não fizeram senão dilatar ligeiramente essa afirmação, com a ajuda de Mateus 16:18-19, ao acrescentar que ela "nunca errará, por toda a eternidade, conforme o testemunho das Sagradas Escrituras". Semelhante ampliação de um ponto de vista geralmente aceito encontra-se na declaração de que o papa é superior a todos os bispos e concílios e, por conseguinte, seus delegados, mesmo quando de ordens menores (o próprio Gregório não passara de subdiácono durante toda sua carreira), têm precedência sobre todos os bispos.

Por outro lado, a reivindicação de que unicamente o papa tinha o poder de destituir ou transferir bispos, convocar concílios gerais e autorizar a reforma da lei canônica havia sido veementemente contestada pela igreja franca e continuaria sendo contestada até a Reforma. Contudo, ainda mais radicais eram certas máximas surpreendentes do *Dictatus Papa e*, pois Gregório proclamava que só o papa podia depor imperadores, além de ter a faculdade de absolver os súditos da vassalagem aos maus governantes. Todos reconheciam no pontífice a atribuição de *jazer* um imperador, mas ninguém deduzia disso que ele também detinha o poder de *desfazê-lo*. Em nome dessa visão exaltada de sua dignidade, Gregório entrou em colisão com o cerne da concepção da época da natureza da monarquia e da comunidade política. Ficou evidente a extravagância de sua posição quando se afirmou que, devido aos méritos de São Pedro, o pontífice devidamente eleito era automaticamente um santo, ideia que, em face da trajetória dos papas dos anos precedentes, muito há de ter desconcertado os seus contemporâneos. (DUFFY, 1998, p. 95). (grifo nosso).

Na época de Gregório VII (1073-1085) surge o documento *Dictatus Papae* (Memorando do Papa), com diretrizes estabelecidas em 27 proposições de cânones destinados a estabelecer as prerrogativas papais. Que, além do citado acima, ainda tinha que "só o papa pode ser chamado de *universal* por direito", evidenciando, portanto, a existência desse longo e penoso trabalho de parto para a implantação definitiva da superioridade de Roma.

A transformação do papado foi, entre outras coisas, a transformação de suas instituições. À proporção que Roma passava a ser encarada como o centro executivo da Igreja, eram desenvolvidos mecanismos para fazer frente ao decorrente aumento das atividades. Leão IX dera uso inovador aos sínodos regionais de bispos e abades, que se reuniam aonde quer que ele fosse e serviam tanto para recrutar as hierarquias locais para a causa da reforma quanto para divulgar o seu programa. Seus sucessores atribuíram uma importância particular ao sínodo romano. (DUFFY, 1998, p. 99). (grifo nosso).

Confirma-se, o que acabamos de dizer, no item imediatamente anterior.

A transformação dos sínodos e concílios foi possível porque muitas de suas funções vinham sendo assumidas pelos cardeais, sobretudo pelo consistório (assembleia de cardeais presidida pelo papa). Desde o começo, os cardeais foram decisivos para o sucesso do movimento da reforma - Pedra Damião denominou-os "os senadores espirituais da Igreja romana" e considerava que suas prerrogativas transcendiam às dos patriarcas e primazes. A partir de 1059, eles passaram a ser os principais eleitores do papa, tanto que o decreto daquele ano veio especificar que a escolha cabia, antes de tudo, aos sete bispos cardeais. Porém, os outros cardeais se recusaram a

fazer concessões nesse ponto, e assim, durante mais de um século, continuaram duvidosas as normas que regiam a eleição papal. O fato é que o direito exclusivo dos cardeais de eleger só ficou seguramente estabelecido em meados do século XII, e a exigência de uma maioria de dois terços - ainda hoje vigente - não seria fixada antes do Terceiro Concílio de Latrão, em 1179. Mesmo assim, o voto da maioria não era inevitavelmente uma garantia de legitimidade. Inocêncio II (1130-1143) foi eleito por uma minoria de cardeais; seu adversário, o antipapa Anacleto II, por uma grande maioria; no entanto, o primeiro acabou sendo reconhecido como verdadeiro papa. (DUFFY, 1998, p. 99-100). (grifo nosso)

Nessa época é que o processo de consolidação do poder de Roma inicia-se de forma mais contundente.

Foi obra do papado do século XII transformar essa percepção religiosa em realidade legal. Seu grande genitor, Alexandre III (1159-1181), inaugurou uma longa linhagem de papas-legisladores. Sobrevivem do século XII cerca de mil decretais ou cartas formais papais que incorporam decisões legais. E é um assombro que setecentas delas seja de Alexandre, a metade das quais referindo-se a assuntos ingleses.

[...] Como quase todas as coleções medievais, a obra de Graciano foi o empreendimento particular de um estudioso: o papado nada teve a ver com ela. Mesmo assim, muito se valeu tanto de forjaduras papistas, como a Doação de Constantino, quanto de decretais papais. A lei canônica era a lei papal, e o domínio crescente da lei no interior da Igreja foi um fator decisivo no estabelecimento do papado no centro da Igreja, do mesmo modo que o monarca e seus tribunais se situavam no centro dos sistemas legais seculares.

Tudo isso tinha também um lado negativo, o qual foi muito comentado. O direito de qualquer clérigo de apelar a Roma e a proibição de uma ação local contra ele enquanto tramitava o recurso significava que, apelando ao papa, o réu culpado podia esquivar-se quase indefinidamente da justa punição. Os julgamentos de casos distantes pelo tribunal papal baseavam-se geralmente em informações insuficientes ou na apresentação unilateral de uma das partes em litígio. Os superiores eclesiásticos podiam ser fustigados por acusações perniciosas, e o postulado de Gregório, no *Dictatus Papa e*, segundo o qual com permissão papal "os súditos podem acusar os governantes", a muitos parecia subverter toda ordem na Igreja e na sociedade. Bernardo de Clairvaux chamou a atenção de Eugênio III para o solapamento da hierarquia da Igreja: "Vós fostes nomeado para preservar os graus e as ordens de honra de cada um, não para prejudicá-los". 13

Não foi por acaso que nesse período o papado começou a empregar o termo "cúria" (corte) para descrever sua administração. O vocábulo foi introduzido por Urbano II, que também deu início à reorganização de toda a casa papal; nos cinquenta anos seguintes esta se converteria num eficiente aparato comandado pelos cardeais. Havia um preço a pagar por esse aumento da eficiência. A corte papal desenvolveu um forte *esprit de corps* e passou a ser vista pelos de fora como uma sociedade fechada - como de fato devia ser. Nada menos que nove dos cardeais criados pelo papa Pascoal II (1099-1118) iniciaram suas carreiras como capelães e funcionários da cúria. Todas as burocracias medievais financiavam-se cobrando taxas pelos serviços prestados, e a cúria não era exceção. Em torno à cadeira judicatória de Pedro ergueu-se um cordon sanitaire unicamente transponível com o passaporte do ouro. Não se poupavam sátiras contra o comércio de favores na cúria papal. Os únicos santos venerados em Roma, dizia-se, eram Albino e Rufo, a prata e o ouro. "Bem-aventurados os ricos, pois deles é a corte de Roma". 14

13. Morris, *Papal Monarchy*, p. 213.

14. R. W. Southern, *The Marking of the Middle Ages*, Londres, 1987, pp. 147-8.

(DUFFY, 1998, p. 101-102). (grifo nosso).

Assim, é no século XII que a figura do papa passa a ser vista como o legislador da Igreja, o que, conseqüentemente, o colocou como o seu chefe maior. Conforme Duffy "quando

o século XII se aproximada do fim, o dedo do papado estava em todos os lugares onde pulsava a vida da Igreja" (DUFFY, 1998, P. 110), o que se confirma pelo desenrolar dessa novela.

Pelo menos uma das consequências práticas do "primado de jurisdição de Roma", foi, segundo Küng, o cisma entre a Igreja Oriental e a Igreja Ocidental, conforme pode-se ver neste trecho de sua obra *Religiões do mundo – Em busca dos pontos comuns*:

Até hoje o primado de jurisdição de Roma (não apenas o primado honorífico como primeiro patriarcado) representa, como se sabe, a grande questão ainda não resolvida entre a igreja do Oriente e do Ocidente. Sobre isso até hoje nunca se discutiu em um concílio ecumênico entre Oriente e Ocidente, nem muito menos foi definida coisa alguma. Por isso, a nova teoria e prática do primado de Roma carrega a culpa maior pelo cisma entre igreja do Oriente e do Ocidente. Mesmo no Ocidente, o paradigma teológico, político e jurídico iniciado na igreja católica só pôde ser posto em prática com muitos recuos e estagnações. Antigamente as deposições de papas (por imperadores bizantinos ou alemães) e os processos e condenações contra os papas eram numerosos. Até o século XI, Roma não é considerada como verdadeira autoridade magisterial no sentido jurídico, nem, muito menos, as decisões papais consideradas infalíveis. Assim como houve imperadores heréticos (na disputa das imagens), assim também houve papas heréticos (o caso mais célebre é o de Honório I, no século VII, por vários concílios condenado como herege).

Mas o papado, que no século X (*saeculum obscurum*: o "século obscuro") havia decaído moralmente, foi reformado pelos imperadores alemães: estes nomearam uma série de papas, quase todos de origem alemã. Assim fortalecido, ele voltou-se no século XI contra seus protetores imperiais, ao mesmo tempo que acreditava poder sustentar um "cabo-de-guerra" com Bizâncio. Na antiga Roma, bem no espírito das falsificações, sempre mais a igreja inteira é derivada do poder papal.

E não é por acaso que o mesmo cardeal Humberto da Silva Candida, que pela primeira vez fundamentou o poder absoluto do papa na igreja e sua primazia mesmo sobre qualquer poder temporal, fosse justamente aquele legado papal que, em 1054, deixou na Hagia Sophia a fatídica excomunhão do patriarca ortodoxo juntamente com toda a igreja oriental. Esta é considerada a ruptura definitiva entre a igreja do Oriente e do Ocidente. E selada pela infeliz Quarta Cruzada (1204), com a conquista e saque de Constantinopla pelos latinos e com a imposição de um imperador e um patriarca "latinos"! O cardeal Humberto, por sua vez, chegou a ter a presunção de simplesmente descrever a relação entre igreja e papa como a relação entre porta e gonzo, entre família e mãe, entre edifício e alicerce, entre rio e fonte. Na época somente teoria, mas que logo iria transformar-se em prática de Roma. (KÜNG, 2004, p. 233-234). (grifo nosso).

Uma questão polêmica que surgiu séculos mais à frente, especificamente no século XIX, foi a aceitação da infalibilidade do papa, assunto que, de certa forma, já tratamos em outro tópico; entretanto, para completar, vamos colocar o que registrou Duffy:

[...] Na Festa de São Pedro e São Paulo de 1867, considerada a do oitavo centenário do martírio dos Apóstolos, o pontífice anunciou a convocação de um concílio geral a ser inaugurado no dia 8 de dezembro de 1869. Manning e outros importantes bispos ultramontanistas juraram solenemente diante da tumba de Pedro trabalhar pela definição da infalibilidade papal naquele que seria o Primeiro Concílio Vaticano.

Em princípio, porém, a infalibilidade não estava na agenda. O papa convocara o concílio para enfrentar a descrença e o racionalismo do século XIX, que, em sua opinião, estavam solapando o cristianismo, e para fortalecer a Igreja em sua posição contra as sociedades e os governos hostis. No entanto, à medida que se aproximava a data da assembleia, ficou claro para todos que a infalibilidade seria o tema dominante. Os governos receavam que doutrinas como a do *Silaba* se tornassem absolutas e, portanto, viessem a agravar o confronto entre a Igreja e o Estado. Os católicos liberais temiam ser excluídos da Igreja e que se impusesse uma doutrina ilimitada da infalibilidade papal. Todos os católicos aceitavam que em matéria fundamental a Igreja doutrinava infalivelmente e todos aceitavam que as

**manifestações papais solenes falavam pela Igreja.** Mas a concordância terminava aí. Os entusiastas ultramontanistas, como W. G. Ward, atribuíam a infalibilidade a praticamente todas as manifestações papais. Ward achava que não só o *Silaba* era infalível como infalíveis se haviam mostrado todas as outras trinta encíclicas e alocuções que ele citava. Queria ter uma nova declaração infalível do papa à mesa todas as manhãs, junto com o *The Times*. Os ultramontanistas desse tipo imaginavam o papa permanentemente inspirado e inclinavam-se a declarações como a de que "a infalibilidade do papa é a infalibilidade do próprio Jesus Cristo", ou "quando o papa pensa, é Deus que está pensando dentro dele".

Poucos católicos do século XIX rejeitavam de chofre a noção de que o papa era capaz de doutrinar infalivelmente. Porém muitos achavam perigoso buscar definir como e quando isso podia acontecer. Julgavam desnecessário, pois a infalibilidade da Igreja nunca fora definida e, mesmo assim, todos os católicos acreditavam nela. Também consideravam tal definição inoportuna, pois tendia a inflamar o sentimento anticatólico, a alienar os protestantes e os cristãos ortodoxos orientais, a antagonizar governos. Alguns, como o bispo Dupanloup, achavam que, fosse como fosse, tal definição era quase impossível. Como distinguir, por exemplo, os ensinamentos do papa enquanto padre ordinário ou teólogo, de sua doutrinação solene *ex cathedra*? Tanto escavar em torno às raízes da autoridade da Igreja podia acabar matando toda a árvore."

**Setecentos bispos compareceram ao concílio, 70% dos elegíveis.** Os italianos dominaram: os cinco presidentes, todos os secretários e dois terços dos consultores (conselheiros especialistas) eram italianos. Os **postos-chave da burocracia conciliar estavam nas mãos dos adeptos da infalibilidade.** As sessões iniciais se ocuparam da formulação do decreto *Dei Filius*, uma vigorosa afirmação da racionalidade da fé e da qualidade única da revelação cristã. Mas as atenções não tardaram a voltar-se para o esboço do documento sobre a Igreja, um trabalho prolongado que tratava de tudo, da natureza do ministério às relações da Igreja com o Estado. Os debates se arrastaram, e Manning e seus colegas trataram de convencer o papa de que seria perigoso deixar sem solução a questão da infalibilidade. O capítulo referente ao tema ganhou o primeiro lugar na agenda.

**O concílio ficou polarizado entre dois grupos, a maioria "infalibilista",** chefiada pelo arcebispo Manning, e a minoria não oportunista, que incluía toda a hierarquia austríaca e alemã, além de muitos franceses. Inicialmente, o papa manteve uma escrupulosa neutralidade, saudando com carinho e delicadeza os notórios adversários da infalibilidade. Entretanto, ficou ofendido com uma carta amplamente divulgada do moribundo Montalembert, a qual dizia que os "infalibilistas" estavam "erigindo seu ídolo no Vaticano", e também com as tentativas dos católicos liberais de impedir que se discutisse a infalibilidade. Dupanloup tentou convencer Napoleão III a intervir. O leigo católico inglês sir John Acton, discípulo do líder alemão da oposição teológica à definição, Ignaz von Döllinger, organizou uma campanha para excitar a opinião pública, assim como a ação britânica, francesa e alemã, para impedir a definição. Chegou a se dizer que o gabinete inglês enviaria um navio de guerra. (DUFFY, 1998, p. 230-231). (grifo nosso).

[...] O decreto final, esboçado pelo arcebispo Cullen, de Dublin, levou em conta os seus argumentos e intitulou-se "De Romani Pontificia infallibili magisterio ("Do ensinamento infalível do pontífice romano"). A própria formulação do decreto cercou-se de cautelosas restrições. Declarava que:

**O pontífice romano, quando fala *ex cathedra*, ou seja, quando no exercício do ofício de pastore;** -' mestre de todos os cristãos, define ... uma doutrina concernente à fé e à moral: ser mantida por toda a Igreja, mediante a divina assistência a ele prometida por São Pedro, **é investida da infalibilidade** da qual o Divino Redentor deseja dotar a Igreja ... e, por essa razão, tais definições do pontífice romano são irreformáveis por si mesmas, não pelo consentimento da Igreja."

Por conseguinte, a doutrinação papal rotineira *não* era infalível. O pontífice tinha de estar falando numa forma especialmente solene - *ex cathedra*. Seu ensinamento devia ser em matéria de fé e moral (portanto não, por exemplo, a denúncia política do reino da Itália ou as instruções aos católicos sobre como votar) e devia ter caráter fundamental, concernente a matéria "a ser mantida por toda a Igreja" (logo, não a alguma discussão passageira). [...]

Mas tudo isso custaria a emergir. A votação final do decreto da infalibilidade ocorreu em 18 de julho de 1870. Tendo combatido a definição até o fim, 57 membros da minoria, inclusive Dupanloup, deixaram Roma na véspera para não ter de votar contra uma medida que sabiam que seria aprovada por esmagadora maioria. No caso, 533 bispos votaram pelo decreto, só dois contra. Um deles foi o bispo Fitzgerald, de Little Rock, Arkansas, nos Estados Unidos. Quando o papa finalmente leu o decreto, Fitzgerald saiu do lugar onde estava, ajoelhou-se a seus pés e bradou: "Modo credo, sancte pater" ("Agora eu creio, santo pai"). A votação e a própria definição solene proclamada pelo pontífice ocorreram durante uma violenta tempestade. A água escorria na abóbada da basílica de São Pedro, cujo interior era iluminado pelos relâmpagos. Os comentaristas hostis tomaram os raios como um presságio - Deus estava irado, diziam. Manning foi cáustico: "Eles se esqueceram do Sinai e dos Dez Mandamentos". 28

28. Manning, True Story, p. 145.

(DUFFY, 1998, p. 232). (grifo nosso).

[...] Além de definir a infalibilidade papal, o Concílio Vaticano afirmara que o Sumo Pontífice tinha "jurisdição ordinária e imediata" sobre todas as igrejas e todos os cristãos. [...] (DUFFY, 1998, p. 235) (grifo nosso).

Apesar de não ser unanimidade entre os que detinham o poder decisório no Concílio Vaticano I, acabou prevalecendo a "infalibilidade papal", e de quebra surgiu um reforço à questão da superioridade papal sobre todas as igrejas e todos os cristãos, encerrando definitivamente esse longo, penoso e doloroso parto. Como são distantes esses fatos históricos, pensa-se que o que acontece hoje sempre foi assim.

### Como os papas subiam ao Trono de Pedro

Fica difícil concluir que o Espírito Santo, no qual se acredita, tenha "escolhido" os papas, obviamente, que via indireta, através dos cardeais, por dois motivos: primeiro, pelo processo eleitoral, que, na primeira votação, não apontava, por unanimidade, um só nome, e segundo pela "escolha" cair em homens que nada tinham de virtudes que pudessem merecer de Cristo a honra de dirigir a sua igreja.

E, é bom que se diga, o processo eleitoral visto hoje, nem de longe era o que se fazia antigamente, onde o poder secular tinha decisiva influência na, para não dizer escolha, indicação do papa. É o que se verá dos dados históricos que Eamon Duffy nos apresenta em seu livro *Santos e Pecadores – história dos papas*; aliás, o próprio título já é bem sugestivo.

Aqui apenas iremos listar as informações colhidas de Duffy, sem tecer comentários, porquanto, ficarão óbvias as causas que alguns dos papas chegaram ao poder.

Esses templos foram a marca do confiante otimismo da cristandade pós-constantiniana em Roma. Os papas eram potentados e começavam a se comportar como tais. Dâmaso incorporou perfeitamente essa grandeza crescente. Clérigo urbano de carreira, tal qual seu predecessor Libério, sempre à vontade nos salões abastados da cidade, ele foi também um agente implacável do poder que não hesitava em mobilizar em seu favor a polícia da cidade e as multidões cristãs. Sua eleição fora questionada, e ele prevaleceu simplesmente pela força numérica - como diz o *Liber Pontificalii*, "Dâmaso foi confirmado porque era o mais forte e contava com o maior número de seguidores; assim ele foi confirmado".<sup>19</sup> Entre os partidários populares de Dâmaso incluíam-se os notoriamente rudes esquadrões de fossos, cavadores de catacumbas, os quais massacraram 137 adeptos do papa rival, Ursino, num conflito de rua que culminou no sítio sangrento do que é hoje a igreja de Santa Maria Maggiore.

Dâmaso e Ursino estavam competindo por grandes interesses; o historiador pagão Amiano Marcelino comentou com sarcasmo:

Não nego que os homens que cobiçam esse cargo, a fim de satisfazer suas ambições, possam muito bem por ele lutar lançando mão de todos os recursos disponíveis. Uma vez conquistado o seu objetivo, eles estarão seguros para sempre, enriquecerão com os regalos das damas, viajarão ao estrangeiro

instalados em belas carruagens, trajar-se-ão esplendorosamente, darão banquetes tão opulentos que hão de superar as mesas da realeza ... 20.

Não foi casual a referência de Amiano aos presentes das mulheres. Um decreto imperial de 370 veio proibir os clérigos de frequentar as casas das viúvas ou herdeiras ricas, e o próprio Dâmaso tinha o apelido de *matronarum auriscalpius*, "o que faz cócegas na orelha das damas". Contudo, o novo mundanismo da igreja romana não era obra exclusiva do clero.[...].

19. Davis, *Book of Pontiffs*, p. 29.

20. Shotwell e Loomis, *See of Peter*, p. 633.

(DUFFY, 1998, p. 29). (grifo nosso).

Essa plácida confiança na sé romana manteve-se em parte devido à imersão do clero romano num universo mental característico. Em torno à vida doméstica papal, desenvolveu-se uma cultura clerical apoiada em homens frequentemente oriundos da aristocracia romana, intensamente conscientes e orgulhosos de sua tradição - Jerônimo os alcunhou "o senado".[...] Produto desse mundo era o próprio Dâmaso, filho de um importante padre romano que fundara uma igreja *titulus*. O papa Bonifácio era filho de um padre romano; Inocêncio I, do papa Anastásio (399-401), que o precedeu e do qual ele foi diácono. De fato, era rotineiro que o clero superior elegesse o pontífice entre os sete diáconos. E, como o próprio papa, estes envergavam a característica dalmática de mangas largas, com duas listras encarnadas, e constituíam o núcleo da administração papal - Bonifácio I (418-422), Leão I (440-461) e Félix III (483-492) foram todos sucedidos por seus arcebispos. Nesse mundo clerical, longas eram as memórias, e seus registros conservavam-se com carinho. Concebida como parte da lei de Deus, a tradição de Roma foi convenientemente preservada. "As leis nos governam", declarou Celestino I (422-432), "não estamos acima das leis: sejamos súditos dos cânones."<sup>25</sup>

25. Eno, *Rise of the papacy*, p. 94

(DUFFY, 1998, p. 31). (grifo nosso).

[...] Dono de uma fé simples, esse católico calcedoniano sério e prático [Justino, Imperador de Constantinopla] não tinha paciência com as sutilezas teológicas. Valendo-se do apoio popular com que contava, obrigou os bispos orientais a aceitar uma fórmula elaborada pelo papa Hormisda, condenando Acácio e sua doutrina e reconhecendo a autoridade do Concílio de Calcedônia. A fórmula, que cita as palavras de Cristo a Pedro em Mateus 16, *Tu es Petrus*, reconhece o primado de Roma como sé apostólica na qual sempre se preservou a verdadeira fé, e torna a comunhão com Roma a condição essencial de participação na Igreja católica. Foi um golpe extraordinário para o papado, tanto que, treze séculos depois, a "Fórmula de Hormisda" haveria de ser citada no Primeiro Concílio Vaticano como prova da infalibilidade do papa.<sup>3</sup>

3. Texto latino in C. Rahner (ed.), Henrice Denzinger, *Enchiridion Symbolom*, Barcelona, Friburgo, Roma, 1957, nº 171-2.

(DUFFY, 1998, p. 41). (grifo nosso).

[...] O sucessor de Gregório, Sabiniano (604-606), foi elogiado no *Liber Pontificalis* por "preencher a Igreja com o clero", o que significa que tratou de promover o clero da cidade em detrimento dos monges. O epitáfio de Sabiniano o enaltecia por ter ele percorrido passo a passo toda a escalada da promoção, numa crítica implícita à rápida ascensão de Gregório num período de crise. Tardaria setenta anos para que outro monge viesse a ser papa, e as sucessivas eleições papais oscilaram entre candidatos favoráveis e contrários a Gregório.

Tais divisões da Igreja romana foram enfatizadas pela rápida sucessão de pontífices na primeira metade do século VII: houve dez eleições entre a morte de Gregório, em 604, e a ascensão de Martinho I em 649. As reiteradas eleições chamaram a atenção para outro aspecto importante do período, ou seja, a subordinação do papado ao imperador. Muitos papas já tinham sido apocrisiários em Constantinopla. Desde a reconquista, tornara-se obrigatório que o pontífice eleito solicitasse ao imperador a confirmação de sua nomeação antes de ser consagrado. O



resultado era uma longa e penosa espera. Sabiniano precisou aguardar seis meses pelo mandato imperial, Bonifácio III (607), quase um ano, Bonifácio IV (608-615), dez meses, Bonifácio V (619-625), treze. A demora se devia, umas vezes, às dificuldades de viagem e à meticulosa burocracia de Constantinopla, outras, às preocupações dos imperadores com a progressiva crise do Oriente. (DUFFY, 1998, p. 57). (grifo nosso).

Privado do apoio do império, o papado se converteu em possessão das grandes famílias romanas, uma rampa de acesso ao poder local, pela qual os homens estavam dispostos a estuprar, matar e roubar. Um terço dos papas eleitos entre 872 e 1012 morreu em circunstâncias suspeitas - João VIII (872-882), espancado até a morte por seu próprio séquito; Estêvão VI (896-897), estrangulado; Leão V (939-942), assassinado pelo sucessor, Sérgio III (904-911); João X (914-928), asfixiado; Estêvão VIII (939-942), horrivelmente mutilado, destino idêntico ao do antipapa grego João XVI (997-998), que, no entanto, teve a desgraça de não morrer quando lhe arrancaram os olhos e lhe cortaram o nariz, os lábios, a língua e as mãos. A maioria desses homens foi levada ao poder por uma sucessão de famílias poderosas - os Theophylact, os Crescentii, os Tusculani. João X, um dos poucos pontífices da época a se opor ao domínio aristocrático, foi destituído e depois assassinado, em Castel Sant'Angelo, pelos próprios Theophylact que o haviam indicado.

A figura-chave tanto na indicação quanto na deposição de João X foi a notória matrona Marozia Theophylact. Ela também indicou Leão VI (928) e Estêvão VII (918-931) e foi amante do papa Sérgio III, de quem teve um filho ilegítimo que viria a ser o papa João XI, também indicado por ela. Em 932, João aprofundou o desprezo já quase ilimitado da Igreja oriental pelo Ocidente ao conceder dispensa e enviar representantes para consagrar patriarca de Constantinopla o filho do imperador Romano I, de apenas dezesseis anos. Esse foi, sem dúvida, um período em que os poderosos faziam questão de manter as coisas em família.

[...]

Não era boa a reputação dos papas do "século das trevas", quando se silenciou o Liber Pontificalis, e tampouco melhorou com o passar dos anos. [...]

[...] Mesmo as indicações feitas por corruptos incorrigíveis como Alberico II, o governante secular de Roma, filho e depois carcereiro de Marozia, incluíram alguns homens admiráveis. Os políticos mais implacáveis podem ser convencionalmente piedosos, e na verdade o são amiúde, e Alberico não era uma exceção. Indicou cinco papas, dois dos quais, Leão VII (936-939) e Agapito II (946-955), reformadores sinceros, promoveram um renascimento monástico e a reforma clerical da Itália e da Alemanha. [...]

Porém, mesmo esses pontífices relativamente decentes estavam nas mãos de Alberico, e o domínio das famílias importantes tornou impossível qualquer verdadeira iniciativa ou consistência papal. Em todo caso, Alberico tratou de compensar essas indicações, obtendo promessa, por parte da nobreza e do clero romanos, de que seu filho e herdeiro Otaviano seria eleito papa quando Agapito morresse, o que uniria completamente o Estado à Igreja. Otaviano foi de fato eleito papa, com o nome de João XII (955-964), à idade de dezoito anos. E morreria aos 27, supostamente de ataque quando se achava na cama, nos braços de uma mulher casada.

[...]

Ironicamente, pontífice que ungiu Oto I na Festa da Purificação (2 de fevereiro) de 962 foi o repulsivo João XII, de 25 anos. Mas Oto lhe prometeu a restauração do controle papal sobre os territórios prometidos por Pepino e Carlos Magno, assim como a defesa das liberdades da Igreja. Em troca, as eleições papais seriam obrigatoriamente referendadas pelos representantes do imperador e os papas teriam de jurar fidelidade a ele. E o império saxônio ainda iria prometer mais aos papas. A determinação de ato de substituir pelo seu o governo bizantino do sul da Itália acenava com a perspectiva de controle papal sobre as igrejas da região, que havia muito estavam sujeitas a Constantinopla. O poder do imperador alemão no norte da Itália acarretou a rápida extensão do poder papal para lá. Milão e Ravena ficaram mais solidamente subordinadas a Roma.

[...] Com a morte súbita de Oto II, em 983, o poder passou para a regência

da princesa bizantina e mãe de seu filho, Oto III, que então contava apenas três anos de idade; desamparado, o papa João XIV (983-984) não tardou a ser deposto e assassinado. Roma se viu uma vez mais nas mãos dos Crescentii.

O ideal imperial renasceu no final do século X, durante o breve governo pessoal de Oto III. Dentre todos os saxônios, foi ele quem teve a visão mais exaltada de Roma, tanto que lá decidiu estabelecer seu quartel-general. Sem embargo, a compreensão que tinha do papel do imperador talvez fosse bastante influenciada por sua mãe bizantina. Para Oto, o papa era um sócio minoritário, o capelão do império, e devia, antes de mais nada, conformar-se com a vontade do ungido do Senhor. Para garantir que assim fosse, ele se voltou primeiramente para sua própria família, indicando um sobrinho de 25 anos (o primeiro papa alemão), que adotou o nome de Gregório V (966-969). A manobra malogrou porque Gregório era detestado pelas famílias aristocráticas romanas, todas ressentidas com a interferência imperial. Sem o apoio delas, Roma tornou-se problemática demais para um papa, e ele acabou sendo temporariamente afastado em 996.

Sua morte, em 999, possibilitou a Oto uma nova tentativa, dessa vez com o brilhante francês Gerbert d'Aurillac, um dos homens mais inteligentes e cultos da Europa e um experimentado político eclesiástico. Fora arcebispo de Rheims, em substituição ao indigno predecessor deposto sem o consentimento de Roma. Para defender sua posição, Gerbert havia atacado os direitos pontificais de interferência nas igrejas locais. Ao ser indicado para o papado, estava ocupando o cargo de arcebispo de Ravena. Adotou o nome de Silvestre II (999-1003) para simbolizar o renascimento da Roma cristã primitiva, o *Renovatio Imperii Romanorum*, que tinha aparecido em alguns selos de Carlos Magno e que ato assumira como seu. Gerbert seria o papa Silvestre de um novo Constantino. (DUFFY, 1998, p. 83-84). (grifo nosso).

[...] Em 1027, o rei Cnut, da Inglaterra, veio peregrinar "porque me disseram os sábios que o apóstolo São Pedro recebeu do Senhor o grande poder de ligar e desligar e tem as chaves do reino do céu; assim, pareceu-me extraordinariamente útil buscar a sua proteção perante Deus". O papa que encontrou nessa viagem, com o qual negociou uma série de privilégios para a igreja inglesa e que viu ungido e coroado Conrado II, imperador dos romanos, era João XIX (1024-1032), o filho caçula do conde de Túsculo, então no poder. Representante típico de sua época, num só dia e graças ao suborno, elevava-se da condição de leigo à de papa. Cnut, por sua vez, se é que sabia disso, escandalizado não ficou e, evidentemente, não viu incongruência alguma na distância entre o portador das chaves e seu representante terreno. [...] (DUFFY, 1998, p. 86). (grifo nosso).

No começo do século XI, o papado não passava de uma contraditória mescla de teoria exaltada e realidade esqualida. Na teoria, os bispos de Roma eram senhores do mundo, exerciam uma supremacia espiritual única, simbolizada por seu direito de ungir o "sagrado imperador romano" ou ocidental. Na prática, estavam rigorosa e amiúde vergonhosamente subordinados ao poder da aristocracia romana local ou da casa real germânica. Dos 25 papas entre 955 e 1057, treze foram indicados pela aristocracia local e os outros doze pelos imperadores alemães (que, aliás, destituíram nada menos que cinco). O velho axioma segundo o qual ninguém podia julgar o papa continuava nos textos legais, mas na prática havia muito que fora deixado de lado.

Os próprios papas viviam profundamente enredados nas guerras intestinas da nobreza romana e, como vimos, com muita frequência a eleição para a cadeira de Pedro era uma mercadoria à venda ou a ser barganhada. O período saxônio tivera um efeito temporariamente positivo sobre o caráter dos papas, todavia, cerca do segundo quartel do século XI, os estalões estavam novamente arruinados. Benedito IX (1032-1048), cuja eleição foi fruto da campanha sistemática de suborno realizada por seu pai, o influente conde tusculano Alberico III, era tão mau quanto qualquer pontífice do "século das trevas". Do mesmo modo que João XIX, seu tio e predecessor imediato, ele era leigo e tinha pouco mais de vinte anos ao ser eleito. Nem mesmo a população romana, calejada que estava pelo comportamento pouco edificante dos papas, conseguiu tolerar-lhe a violência e a devassidão. Benedito acabou deposto em favor de Silvestre III (1045), mas, com a ajuda do exército particular da família, reabilitou-se no mesmo ano, em meio a sangrentas lutas corpo a corpo nas ruas da cidade.

Evidentemente cansado de tanta contenda, aceitou uma propina para abdicar em favor do padrinho, o arcepreste João Graciano. Segundo os boatos, estava precisando de dinheiro para se casar.

Graciano tinha reputação de santidade e genuíno interesse pela reforma religiosa. O próprio nome que escolheu, Gregório IV (1045-1046), era provavelmente uma alusão deliberada à pureza do papado de Gregório, o Grande. [...]. Contudo, não havia dúvida de que o dinheiro mudara de mãos para garantir a eleição de Gregório, fosse para pagar a pensão de Benedito, fosse para oferecer "calmantes" financeiros à turbulenta multidão romana.

Foi nessa situação delicada que, em 1046, entrou em cena o rei alemão Henrique III. Guerreiro competente de vinte e poucos anos, era um profundo devoto e encarava o seu papel em termos tanto religiosos quanto seculares. Interessado na reforma da Igreja, cercou-se de bispos e eruditos. E foi à Itália para ser coroado imperador. [...] Não se deixaria coroar por um papa cuja autoridade estava solapada pelo pecado da simonia, o tráfico de coisas sagradas. Num sínodo realizado em Sutri, em dezembro de 1046, Gregório, Silvestre e Benedito foram formalmente destituídos e Henrique empreendeu a reforma do papado. Nos dez anos seguintes, indicou uma série de pontífices comprometidos com a renovação da Igreja em geral e da Sé de Pedro em particular. Eram todos alemães e não deixa de ser significativo o nome que escolheram para exercer a dignidade: Clemente II (1046-1047), Dâmaso II (1048), Leão IX (1049-1054) e Vítor II (1055-1057). Assinalando uma clara ruptura com os Gregórios, Joões e Beneditos do "século sombrio", adotaram os nomes dos grandes papas da Igreja primitiva, simbolizando assim uma aspiração consciente a recobrar a pureza da antiga Roma cristã. [...]. (DUFFY, 1998, p. 87-88). (grifo nosso).

O papado de Nicolau seria um novo marco no caminho da reforma. Sua determinação de manter a iniciativa nas mãos do partido reformista e impedir a repetição do golpe da nobreza de 1058 manifestou-se num novo procedimento para as eleições papais. No passado, fizeram-se papas das mais variadas maneiras: eleições por assembleias de clérigos e do povo, aclamação nos funerais do predecessor, nomeações pelos figurões locais ou pelos imperadores. Um sínodo em Latrão, em abril de 1059, promulgou um novo decreto eleitoral papal, limitando a escolha final aos sete bispos cardeais, com o consentimento subsequente dos padres cardeais e diáconos e, depois, a aclamação popular; fizeram-se também concessões vagas e relutantes à aprovação imperial. (DUFFY, 1998, p. 92). (grifo nosso).

A transformação dos sínodos e concílios foi possível porque muitas de suas funções vinham sendo assumidas pelos cardeais, sobretudo pelo consistório (assembleia de cardeais presidida pelo papa). Desde o começo, os cardeais foram decisivos para o sucesso do movimento da reforma - Pedro Damiano denominou-os "os senadores espirituais da Igreja romana" e considerava que suas prerrogativas transcendiam às dos patriarcas e primazes. A partir de 1059, eles passaram a ser os principais eleitores do papa, tanto que o decreto daquele ano veio especificar que a escolha cabia, antes de tudo, aos sete bispos cardeais. Porém, os outros cardeais se recusaram a fazer concessões nesse ponto, e assim, durante mais de um século, continuaram duvidosas as normas que regiam a eleição papal. O fato é que o direito exclusivo dos cardeais de eleger só ficou seguramente estabelecido em meados do século XII, e a exigência de uma maioria de dois terços - ainda hoje vigente - não seria fixada antes do Terceiro Concílio de Latrão, em 1179. Mesmo assim, o voto da maioria não era inevitavelmente uma garantia de legitimidade. Inocêncio II (1130-1143) foi eleito por uma minoria de cardeais; seu adversário, o antipapa Anacleto II, por uma grande maioria; no entanto, o primeiro acabou sendo reconhecido como verdadeiro papa. (DUFFY, 1998, p. 100). (grifo nosso).

[...] Gregório convocou um concílio geral em 1241. Em represália, o imperador invadiu os Estados papais. O concílio não chegou a se reunir porque Frederico, emboscando friamente a frota genovesa, sequestrou cem bispos que vinham por mar; em agosto do mesmo ano faleceu o papa.

Sua morte foi o sinal para a realização formal do primeiro conclave (a palavra significa "com chave", referência ao fato de os cardeais terem ficado encerrados até escolher um papa), o qual não tardou a se

transformar num pesadelo. Decidido a assegurar a eleição de um papa forte e antiimperial, o governante civil de Roma, senador Matteo Orsini, trancou os dez cardeais no antigo palácio Septizonium e lá os manteve cercados de guardas armados. Nenhum candidato conseguia obter a maioria de dois terços e, com a intensificação do calor escaldante e o entupimento das primitivas instalações sanitárias, um cardeal faleceu. Desesperados, seus colegas apressaram-se a escolher o idoso teólogo Celestino IV, que sobreviveu apenas dezessete dias a sua eleição. Aterrorizados, os cardeais fugiram da cidade: só quase dois anos depois tornaram a se reunir em Anagni, onde elegeram o brilhante advogado canônico Sinibaldo Fieschi. O novo pontífice, Inocêncio IV (1243-1254), concluiu o ataque a Frederico iniciado por Gregório. Expulso de Roma, mudou-se para Lião, onde, em 1245, convocou o concílio que seu antecessor não conseguira realizar. [...] em breve o concílio excomungou Frederico por perjúrio, ruptura da paz, heresia e assassinato, declarando-o deposto e instando os príncipes alemães a elegerem um novo rei.

**A solene deposição do monarca por um concílio geral foi uma notável manifestação da autoridade papal.** Nenhum bispo alemão tomou a defesa de Frederico no concílio, e a deposição marcou o começo do fim da dinastia dos Hohenstaufen. [...] (DUFFY, 1998, p. 115-116). (grifo nosso).

A segunda metade do século XIII presenciou uma rápida sucessão de pontífices - treze entre 1252 e 1296, em contraste com os quatro que reinaram entre 1216 e 1252. A influência dos cardeais franceses no colégio revelava que alguns deles eram efetivamente lobistas de seus monarcas. A conseqüente polarização política do colégio e sua fragmentação em facções conduziram a longos e indecisos conclaves e a prolongadas vacâncias entre os pontificados - quase três anos entre a morte de Clemente IV, em 1268, e a eleição de Gregório X (1271-1276). Melhor papa do fim do século XIII, Gregório X tentou legislar contra esta situação no Segundo Concílio de Lião em 1274: exigiu que o conclave se reunisse a portas fechadas num prazo de dez dias a contar da morte de um papa e promoveu uma redução sistemática das rações dos cardeais durante os conclaves demorados. Foi um aperfeiçoamento efêmero, mas, entretantes, os cardeais se tornaram mais conscientes de seu poder e mais interessados em reforçar sua oligarquia contra a monarquia papal. (DUFFY, 1998, p. 118-119). (grifo nosso).

[...] Os papas restaurados do século XV já não eram os árbitros incontestados das nações e tiveram de lutar na medida de suas forças para recobrar e manter o núcleo do Estado papal. Para sabotar as exigências dos concílios de decidirem sobre a sua legitimidade, Martinho V e Eugênio IV firmaram acordos individuais ou "concordatas" com muitos governantes da Europa. Tais concordatas minaram muitas das prerrogativas arrancadas do poder secular pelo papado da reforma e reduziram drasticamente o controle papal sobre as igrejas locais. [...] Em 1438, o rei da França adotou unilateralmente 24 dos decretos de Basileia e incorporou-os à legislação francesa como a "Sanção Pragmática", afirmando a supremacia dos concílios sobre os papas, limitando os direitos papais de nomeação a benefícios franceses, abolindo muitas fontes de renda papal, como as anatas, e proibindo o recurso a Roma. (DUFFY, 1998, p. 132). (grifo nosso).

Mas tudo não passava de ilusão, pois os cardeais não tinham como sancionar o pontífice e dele dependiam para gozar de segurança e riqueza. Eugênio IV, Pio II, Paulo II e Sisto IV, todos aceitaram os pactos no conclave, mas nenhum os manteve depois de eleito. Em 1517, ao descobrir que os cardeais estavam conspirando contra ele, Leão X executou o cabecilha do grupo e varreu o Sagrado Colégio, criando 31 novos cardeais no mesmo dia. No processo, não só esmagou completamente os inimigos como lhes reduziu os rendimentos, boa parte dos quais provinha da participação num só bolo de rendas.

A única circunstância em que os cardeais tinham supremacia era nos conclaves, quando elegiam o novo papa. Encerrados no Vaticano, eles comiam e dormiam em escuras celas de madeira, erigidas para a ocasião, e ficavam oficialmente isolados do mundo exterior. Os conclaves do Renascimento eram um covil de intrigas, cujos resultados raramente se podiam prever. Contamos com o relato de uma testemunha ocular do conclave de 1458, Aeneas Silvio Piccolomini, que dele emergiu como Pio II. Ele recordou os intermináveis complôs no retrete - "um lugar adequado para tais eleições!". 6 Era raríssimo que considerações puramente religiosas dominassem

a escolha. [...] (DUFFY, 1998, p. 148). (grifo nosso).

No fim do século, a disseminação do nepotismo e das nomeações venais ao cardinalato, em troca de dinheiro ou favores, tornou o resultado das eleições ainda mais distante de refletir uma simples busca do candidato "de Deus". No conclave de 1484, que elegeu Inocêncio VIII (1484-1492), houve um recorde de 25 cardeais presentes, muitos deles homens escandalosamente seculares. Os procedimentos foram organizados e dirigidos por Giuliano della Rovere, sobrinho do papa morto. Ao perceber que era inelegível, ele providenciou para que fosse eleita uma nulidade facilmente manipulável. O candidato vitorioso, o cardeal Cibo, subornou os eleitores endossando solicitações de promoção levadas a sua cela na noite anterior à votação decisiva. (DUFFY, 1998, p. 149). (grifo nosso).

[...] Confiante em que a causa do papado e os interesses da Áustria estavam fadados a confundir-se, o imperador Francisco II ofereceu-se para custear as despesas do conclave. Os cardeais se reuniram no mosteiro beneditino da ilha de San Giorgio no dia 30 de novembro de 1799, o primeiro domingo do Advento. O recém-nomeado secretário do conclave, Ercole Consalvi, anunciara a morte de Pio VI aos monarcas da Europa em termos que sublinhavam os vínculos entre o trono e o altar: "Em nossos tempos, *hélas*, demasiadas cabeças coroadas têm visto que se despenha o poder principesco quando a dignidade da Igreja decai. Restaurai a Igreja do Senhor em seu antigo esplendor e os inimigos da coroa hão de estremecer de pavor". A suposta convergência de interesses dominaria a eleição.

O imperador pagava as contas e oferecia exigências muito claras. O novo pontífice não precisava ser um homem de talento e habilidade - um papa, afinal, jamais carecia de conselheiros. Mas a Áustria tinha necessidade de um que, com o peso moral da Santa Sé, apoiasse as forças da contra-revolução europeia contra a França revolucionária. Embora não o tivesse dito, o monarca precisava particularmente de um pontífice que entregasse as Legações e o resto do território papal ocupado pela Áustria do mesmo modo como Pio VI os havia entregado à França na Paz de Tolentino. Nápoles, ao contrário, reclamava um papa comprometido com a restauração dos Estados papais e que, por essa razão, estivesse disposto a colaborar para que a Áustria fosse expulsa da península.

Com toda a Europa na expectativa, o conclave passou meses no impasse. Mas finalmente emergiu um candidato de compromisso, e os cardeais elegeram unanimemente o "cidadão cardeal de Ímola", o afável monge Barnaba Chiaramonte. Do ponto de vista da Áustria, foi um desastre. Como seu antecessor, o novo pontífice, que tomou o nome de Pio VII (1800-1823), era nativo de Cesena, nas Legações, além de bispo da vizinha sé de Ímola. [...] (DUFFY, 1998, p. 204). (grifo nosso).

Sobram provas de que a eleição de um papa nada tem a ver com a inspiração do Espírito Santo, como querem fazer-nos crer. Uso da força, intimidação, propinas, conchavos, foram, entre outros, vários dos expedientes usados para se colocar alguém no trono de Pedro, com todo o poder temporal que lhe advém. Esse fato, infelizmente, a maioria dos fiéis não tem conhecimento, para a desgraça deles e felicidade dos líderes da igreja.

### A discutível moralidade dos "sucessores" de Pedro e de seus assessores

Resta-nos um interessante questionamento: será que os ditos "sucessores" de Pedro tinham moralidade suficiente para que se pudesse designá-los representantes de Cristo?

Iremos citar alguns papas para demonstrar que a questão moralidade passava a passos largos dos princípios de vida de muitos que ocuparam a cadeira de Pedro, fato que nos remete a uma outra questão: será que o "Espírito Santo" teria inspirado erroneamente aqueles que os colocaram nesse posto?

As respostas a esses dois questionamentos, caro leitor, surgirão do que se vem a seguir, que, por serem tão óbvias, também não iremos tecer nenhum comentário; apenas pedimos que dê um pouco mais de atenção ao que iremos grifar.

[...] No entanto, a influência imperial não desapareceu por completo, e o

papa toscano **Benedito VIII (1021-1024)** trabalhou em harmonia com o imperador Henrique II e até encorajou seus ataques ao sul bizantino da Itália, na esperança de lá restaurar a autoridade papal. Isso provocou a ruptura das frágeis relações entre a igreja de Constantinopla e a de Roma, precariamente restabelecidas após o cisma de Fócion. A situação não se tornou menos complicada quando **Benedito** cedeu à insistência do imperador para que fosse entoado nas missas o credo acrescido do Filioque, até então excluído da liturgia romana. Não obstante, papa e imperador colaboraram em diversas iniciativas reformistas - com toda certeza propostas por Henrique - como as severas medidas tomadas pelo Sínodo de Pávia, em 1022, para proscrever o casamento e o concubinato clericais.

Mas esse interlúdio imperial não trouxe alteração fundamental ao caráter essencialmente local do papado na virada do século X para o XI. Por grandiosas que fossem as reivindicações teóricas de homens como Nicolau, o Grande, a realidade era que os papas não passavam de atormentados bispos-príncipes italianos a lutar encarniçadamente para preservar o território de São Pedro, às vezes apoiando mas nunca iniciando as reformas que sacudiam a cristandade. Mesmo os pontífices imperiais eram desesperadamente vulneráveis: Leão VIII (963-965) fora exilado de Roma; João XIII (965-972), aprisionado e obrigado a fugir; **Benedito VI (973-974)**, assassinado; **Bonifácio VII (974,984-985)**, duas vezes banido; **Benedito VII (974-983)**, exilado; **João XIV (983-984)**, assassinado; **João XV (985-986)**, foragido; **Gregório V (996-999)**, exilado; **Silvestre II (999-1003)**, desaparecido com seu senhor, Oto III. Ironicamente, o preço inevitável da segurança papal, na cidade, era a subordinação ao poder das famílias locais e o encurtamento dos horizontes.

Todavia, Roma mantinha a sua mística. Em 1027, o rei Cnut, da Inglaterra, veio peregrinar "porque me disseram os sábios que o apóstolo São Pedro recebeu do Senhor o grande poder de ligar e desligar e tem as chaves do reino do céu; assim, pareceu-me extraordinariamente útil buscar a sua proteção perante Deus". O papa que encontrou nessa viagem, com o qual negociou uma série de privilégios para a igreja inglesa e que viu ungido e coroado **Conrado II**, imperador dos romanos, era **João XIX (1024-1032)**, o filho caçula do conde de Túsculo, então no poder. Representante típico de sua época, num só dia e graças ao suborno, elevava-se da condição de leigo à de papa. Cnut, por sua vez, se é que sabia disso, escandalizado não ficou e, evidentemente, não viu incongruência alguma na distância entre o portador das chaves e seu representante terreno. Para ele, o papa não era necessariamente um líder, um reformador ou um exemplo. Como os demais sacerdotes, era o guardião de mistérios tão sagrados que pouco importavam seus méritos ou deméritos. O que contava era a dignidade, não o homem que a detinha. Conforme as palavras de Luís Duchesne, o papa era "o sumo sacerdote da peregrinação romana, o que distribuía bênçãos, privilégios e anátemas".<sup>29</sup> Ninguém esperava outra coisa dele, e muitos ficariam ressentidos se pretendesse mais. Contudo, tudo isso estava prestes a mudar.

29. R. W. Southern, *The Making of the Middle Ages*, Londres, 1987, pp. 131-2.

(DUFFY, 1998, p. 85-86). (grifo nosso).

Na metade do século XI, a influência leiga estava em toda a Igreja. Mais que instituições espirituais, os mosteiros e bispados eram corporações sociais e políticas imensamente ricas, controlavam vultosas rendas e tinham um peso proporcional nos cálculos dos reis. Ao invadir a Inglaterra, em 1066, **Guilherme, o Conquistador**, encontrou 35 mosteiros que, em conjunto, controlavam um sexto da renda total do país. Nenhum governante podia se dar ao luxo de fazer pouco de tal poder ou deixá-lo incontrolado. Em toda a Europa, os governos vigiavam de perto a escolha de bispos e abades. Os mosteiros e outras igrejas fundados por reis ou príncipes a eles pertenciam, e suas rendas geralmente ficavam à disposição desses "proprietários" leigos. O controle do governante era simbolizado na cerimônia de consagração de um bispo, durante a qual o rei (ou seu representante) entregava-lhe o báculo e o anel do ofício. Tal "investidura leiga" haveria de tornar-se o foco do ataque do papado reformista à interferência secular em assuntos espirituais.

Era obviamente grande o potencial de corrupção nesse processo. Visto que a dignidade de bispo tornava qualquer um imensamente rico e

poderoso, as pessoas estavam dispostas a comprar o privilégio. Com muita frequência, o novo bispo era obrigado a pagar enormes somas ao governante que o havia nomeado. Os reformadores denunciaram tal comércio como venda de coisas sagradas, ou seja, o pecado da "simonia", referência a Simão Mago, que, nos Atos dos Apóstolos, oferecera dinheiro aos apóstolos em troca do poder de operar milagres. [...]

O pagamento em dinheiro como condição de acesso a um cargo religioso era apenas um dos sinais de que a Igreja fora tecida no próprio material da sociedade. Outros eram o casamento e o concubinato clericais. Nas igrejas orientais, exigia-se o celibato dos bispos - se já fossem casados na ocasião de sua eleição, deviam separar-se das esposas. No Ocidente, tal norma se aplicava a todos os clérigos acima do nível de subdiácono. Muitos papas e bispos eram pais de família; teoricamente, porém, a ordenação proibia que continuassem tendo relações sexuais. Já na prática as coisas eram um tanto diferentes. O casamento ou o concubinato clerical tornaram-se rotineiros em toda a Europa, e o laicato devia sentir-se até mais seguro quando seus sacerdotes tinham esposa. Na Inglaterra anterior à conquista normanda, muitos párocos eram casados. O mesmo acontecia em Milão e no norte da Itália em geral, onde não eram raros os bispos casados e o cargo clerical podia passar de pai para filho. Os reformadores religiosos do Ocidente sempre denunciaram a situação, mas os do século XI haviam de colocar o ataque ao casamento clerical (o chamado "nicolaísmo") no centro da campanha pela purificação da Igreja. O papa tusculano Benedito VIII legislara contra o casamento clerical, porém sua preocupação principal eram os perigos que corria a propriedade da Igreja nas mãos de ambiciosas famílias clericais. Na época da reforma, os interesses se voltaram sobretudo para a pureza ritual dos que serviam o santuário e para a separação simbólica entre a Igreja e o mundo.

Não obstante suas permanentes reivindicações teóricas, em muitos aspectos o papado do começo do século XI não passava de uma instituição local, limitada à geografia e à política de Roma. Leão IX se propôs a levá-lo além da Itália e a torná-lo a ponta-de-lança de uma reforma geral. [...] (DUFFY, 1998, p. 89-90). (grifo nosso).

Uma alternativa para as guerras destrutivas entre cristãos era a guerra santa contra os inimigos da cristandade. Havia uma longa tradição de apoio papal a essas "guerras santas", principalmente as empreendidas contra os muçulmanos da Espanha. O próprio Gregório VII planejara comandar uma expedição militar para salvar dos turcos os cristãos de Constantinopla. Também Urbano parece haver tido em mente uma tentativa de resgate de Constantinopla, mas seu interesse principal era libertar os Lugares Santos do domínio muçulmano. Ele convocou os guerreiros da Europa a canalizar suas energias para uma expedição que devolvesse a Terra Santa à cristandade e vinculou explicitamente essa atividade bélica aos benefícios espirituais tradicionais da peregrinação: "Se qualquer homem partir para libertar a Igreja de Deus, em Jerusalém, por pura devoção e não por amor à glória ou ao ganho, a viagem lhe valerá uma completa penitência". A novidade de um vínculo tão claro entre a salvação e a guerra santa dominou a imaginação da Europa. Um dos gritos de guerra da cruzada era *Deus lo volt* (Deus quer assim). Urbano fez uma cruz de pano, o símbolo da cruzada, para ser costurada na roupa de cada um, e comprometeu com um juramento solene aqueles que concordaram em partir. Quem não honrasse o juramento estava fadado à condenação espiritual; já o seu cumprimento traria a remissão dos pecados. Ele ofereceu aos cruzados uma indulgência, isto é, o perdão do castigo devido ao pecado, o que equivalia a toda uma vida de dura penitência. Para os habitantes endurecidos e violentos de um mundo demasiado preocupado com o pecado e suas consequências, o incentivo era poderoso; como escreveu o cruzado Godofredo de Villehardouin, "era tão grande a indulgência que os corações dos homens muito se comoveram; e muitos tomaram a cruz porque grande era a indulgência".<sup>15</sup>

[...] Gradualmente, a linguagem dos papas sobre o tema deixou de lado a cautela teológica inicial e passou a falar na "total remissão dos pecados". No fim do século XII, os teólogos já se mostravam preocupados com isso, e o discurso papal voltou à reticência anterior. Todavia, essas distinções sutis passaram despercebidas pela maioria dos cruzados, pois o papado desencadeara uma onda de sentimento religioso popular que assumiu vida

teológica própria.

Em 1095, tudo isso era coisa do futuro. Os homens de toda a Europa, inclusive da periferia como a Irlanda e a Escócia, acudiram a participar daquela grande aventura espiritual armada. Por volta de 1099, Jerusalém foi conquistada e a população muçulmana, massacrada. Era o começo de um empreendimento que prosseguiria durante séculos e cuja ambiguidade moral haveria de se aprofundar com o passar dos anos.

Mas para o papado foi um triunfo, pelo menos a curto prazo. Unicamente o portador da chave podia ter excitado a imaginação da Europa com a promessa do perdão, da remissão das penitências, através do ato de guerra santa. Só o papa tinha autoridade moral para persuadir o continente, oferecendo-lhe a certeza inabalável de que "Deus quer assim". A cruzada foi chefiada pelo bispo Le Puy, nomeado vigário papal por Urbano que, ademais, colocou os próprios cruzados, suas famílias e suas propriedades sob a proteção da Igreja - para todos os efeitos, o cruzado e seus dependentes eram clérigos temporários e estavam isentos da jurisdição das cortes seculares. Essa proteção legal era um privilégio muito precioso, pois, enquanto durasse, nenhum deles podia ser processado ou perseguido por crimes ou dívidas, por exemplo. Tratava-se do equivalente material da indulgência cruzada, um benefício que, como a indulgência, somente o papa podia conceder. Por fim, o aspecto mais impressionante da Primeira Cruzada foi que esse poderoso entusiasmo militar nada deveu a nenhum rei ou imperador. A convocação papal da cavalaria da Europa sob a bandeira da cruz e de São Pedro teve um efeito avassalador. Nenhum governante secular teria conseguido algo semelhante, e não podia haver demonstração mais eloquente da centralidade do papado reformado na imaginação religiosa da Europa medieval.

---

15. Citações sobre as Cruzadas e as indulgências, I. S. Robinson, *The Papacy, 1073-1198*, Cambridge, 1993, pp. 326-30.

(DUFFY, 1998, p. 104-105). (grifo nosso).

[...] Henrique III, da Inglaterra, inseguro perante seus próprios barões, nutria esperanças de receber uma parte da herança Hohenstaufen no Mediterrâneo. Pagou ao papa Alexandre IV (1254-1261) para que seu filho fosse declarado rei da Sicília e tentou fazer do irmão, Ricardo da Cornualha, rei dos romanos e, assim, herdeiro do império. Também lançou rrião dos símbolos do passado secular e religioso de Roma para firmar sua instável monarquia. No fim do decênio de 1260, importou trabalhadores romanos para decorar a abadia de Westminster no estilo da Santa Sé. Dedicada a São Pedro, a abadia estava sob proteção papal, e o relicário de Santo Eduardo, a própria tumba de Henrique e o grandioso piso do santuário, com seus círculos imperiais ou papais de pórfiro, tornaram-se exemplos únicos de obras cosmati fora da Itália. (DUFFY, 1998, p. 116). (grifo nosso).

[...] A luta com Frederico e seus filhos pesou ruinosamente sobre as rendas papais e forçou os pontífices a operar a todo vapor sua maquinaria financeira, agravando implacavelmente suas exigências às igrejas regionais. Tendo começado por reclamar o direito de intervir nas eleições episcopais disputadas, o papado passou a arrogar-se a prerrogativa de nomear todos os bispos, mesmo os já escolhidos. Na verdade, isso significava não que ele escolhia a totalidade dos bispos, mas que de todos cobrava uma taxa. No fim do século XIII, qualquer novo bispo ou abade era obrigado a pagar um imposto de um terço de sua primeira renda anual, metade para o papa, metade para os cardeais. (DUFFY, 1998,, p. 117). (grifo nosso).

A segunda metade do século XIII presenciou uma rápida sucessão de pontífices - treze entre 1252 e 1296, em contraste com os quatro que reinaram entre 1216 e 1252. A influência dos cardeais franceses no colégio revelava que alguns deles eram efetivamente lobistas de seus monarcas. A conseqüente polarização política do colégio e sua fragmentação em facções conduziram a longos e indecisos conclaves e a prolongadas vacâncias entre os pontificados - quase três anos entre a morte de Clemente IV, em 1268, e a eleição de Gregório X (1271-1276). (DUFFY, 1998, p. 118). (grifo nosso).

No começo do século XIII, Inocêncio III incorporou o que havia de melhor na



elevada teoria da supremacia papal da Idade Média. No fim do século, Bonifácio VIII (1294-1303) resumiu algumas de suas contradições. Benedetto Caetani era um clérigo de carreira, treinado em direito em Bolonha, e trazia na bagagem uma destacada trajetória diplomática. Seu predecessor imediato foi o virtuoso mas desesperançado monge-eremita Celestino V, eleito após mais de dois anos de estagnação na expectativa de que um santo viesse transformar a Igreja. Em vez disso, o piedoso ancião (tinha 85 anos quando eleito) tornou-se o ingênuo fantoche do rei angevino de Nápoles - sete de seus primeiros doze cardeais eram franceses; quatro, súditos sicilianos de Carlos II. (DUFFY, 1998, p. 119). (grifo nosso).

Bonifácio era um homem misterioso, soberbo, ambicioso e cruel. Não foram poucas as suas realizações, que se alinhavam com os atos reformadores de muitos de seus predecessores. Fundou a universidade de Roma, codificou o direito canônico e restabeleceu o arquivo e a biblioteca do Vaticano. Mas o direito não era tudo em seu entendimento do ofício. Foi ele que declarou o primeiro Jubileu ou Ano Santo, em 1300, quando dezenas de milhares de peregrinos convergiram para Roma em busca de indulgências, fato que muito contribuiu para aumentar o prestígio do papado e o centralismo espiritual de Roma (e para enriquecer as basílicas da cidade, onde se dizia que os sacristãos tinham de recolher com ancinhos as oferendas dos romeiros). A promessa de "pleno e copioso perdão" a todos os que visitassem São Pedro e Latrão depois de confessar os pecados dominou a imaginação da Europa e foi o mais espetacular exercício do poder das chaves desde que Urbano II decretou a primeira Indulgência Cruzada. [...] (DUFFY, 1998, p. 115-119). (grifo nosso).

Se soube exibir certo compromisso com as sublimes reivindicações espirituais do papado, Bonifácio também mostrou alguns dos piores aspectos do carreirismo clerical, enriquecendo os parentes às custas da Igreja e empreendendo guerras implacáveis contra os Colonna família tradicionalmente rival da sua. Chegou até mesmo a oferecer os privilégios espirituais da Cruzada a quem a ele se unisse em sua vendeta contra os Colonna. Tanto o seu caráter pessoal quanto sua ortodoxia foram questionados posteriormente; seus inimigos o acusaram de sodomia, descrita em detalhes em imagens constrangedoras (o sexo com rapazes ou com mulheres, alegou-se que ele dizia, era a mesma coisa que esfregar uma mão na outra). O mais perturbador de tudo é que foi acusado de ser descrente, de rejeitar a ressurreição e afirma que o céu e o inferno estavam aqui mesmo.

[...]

[...] em 1302, publicou a bula *Unam Sanctam*, o golpe supremo de uma guerra de propaganda contra a coroa francesa. Nela, declarava notoriamente que "é absolutamente necessário à salvação de toda criatura humana submeter-se ao pontífice romano". Insistiu em que este empunhava a espada tanto espiritual quanto secular, mas entregava a segunda aos príncipes para que a brandissem em favor da Igreja. 22

22. Ambos os textos, *Clericos Laicos* e *Unam Sanctam*, editados in Bettenson, *Documents of the Christian Church*, pp. 157-161.

(DUFFY, 1998, p. 121). (grifo nosso).

Clemente, o primeiro papa de Avignon, foi de um nepotismo deslavado (fez cardeais cinco membros de sua família), contudo, em diversos aspectos, era uma personalidade impressionante, muito embora sofresse de um câncer cujas dores por vezes o mantinham recluso durante meses. Bom administrador, reviu e expandiu o código da lei canônica, acrescentando-lhe uma importante seção intitulada "As Clementinas". [...] (DUFFY, 1998, p. 123). (grifo nosso).

[...] Calculou-se que João XXII gastou em guerras 63% de seu rendimento; dois terços de toda a renda auferida pelo papado de Avignon destinaram-se à manutenção de exércitos mercenários e ao suborno de aliados no ninho de cobras da política italiana. (DUFFY, 1998, p. 125). (grifo nosso).

[...] Em 1477, Lorenzo de Medici declarou que era vantajoso, escândalos à parte, contar com três ou até quatro papas. Após as muitas realizações com que Leão IX os comprometeu, os papas se achavam novamente mais presos à

política da Itália, obrigados a ceder a reis e príncipes o controle das igrejas locais, sob o fogo dos mais informados e mais devotos eclesiásticos da época e, uma vez mais, foram vistos como o principal obstáculo às tão necessárias reformas. O papado parecia ter voltado ao ponto de partida. (DUFFY, 1998, p. 132). (grifo nosso).

O papado do Renascimento evoca imagens de um espetáculo hollywoodiano, todo decadência e devassidão. Os contemporâneos viam a Roma renascentista como hoje vemos a Washington de Nixon, uma cidade prostituída e entregue à corrupção política, na qual tudo e todos tinham um preço, na qual nada nem ninguém merecia confiança. Parece que os próprios papas davam o tom. De Alexandre VI (1492-1503), que ostentava com insolência uma jovem e sedutora amante no Vaticano, dizia-se que cultivava o hábito de envenenar seus cardeais, a fim de se apoderar de suas propriedades, e que enriquecera inescrupulosamente os filhos ilegítimos às custas da Igreja. Júlio II (1503-1513), o inspirado mecenas de Rafael, Bramante, Michelangelo e Leonardo, era um muito duvidoso Pai de todos os Fiéis, pois teve três filhas quando cardeal e era um guerreiro feroz e entusiasta que, envergando a prateada armadura papal, irrompia com suas tropas pelas brechas abertas nos muros das cidades que opunham resistência a sua autoridade. Leão X (1513-1521), filho de Lorenzo, o Magnífico, de Florença, foi ordenado clérigo aos sete anos de idade e nomeado cardeal aos treze: quando papa, passou a governar ao mesmo tempo Roma e Florença. Foram as indulgências que ele traficava para custear a reconstrução da basílica de São Pedro que levaram Lutero a publicar as Noventa e Cinco Teses e precipitaram a Reforma. Ao morrer, deixou a Igreja dividida e o papado à beira da bancarrota. De pastores universais da Igreja, os pontífices se rebaixaram a meros políticos italianos: a partir de 1480, até mesmo os negócios da cúria papal eram administrados em italiano - não, como antes, na língua franca do latim.

Tudo isso representa o lado sombrio dos papas do Renascimento. [...] (DUFFY, 1998, p. 131). (grifo nosso).

[...] Sucedeu Calisto um dos mais célebres humanistas da Itália, Aeneas Silvio Piccolomini, de Siena, que tomou o nome de Pio II (1458-1464) e era conhecido em toda a Itália e no exterior como erudito, historiador e autor de peças e contos eróticos. [...] (DUFFY, 1998, p. 142). (grifo nosso).

O padrão que ele estabeleceu foi adotado por seus sucessores: Inocêncio VIII (1484-1492) fomentou a rebelião em Nápoles e aliou-se à família governante de Florença, os Medici, pelo mero expediente de casar seu filho ilegítimo Franceschetto com uma filha de Lorenzo, o Magnífico. Essa nota dinástica converteu-se num verdadeiro concerto no pontificado do sucessor espanhol de Inocêncio, Rodrigo Borgia, o papa Alexandre VI, pai de pelo menos nove filhos ilegítimos. Este foi, sem dúvida, o papa mais notório do Renascimento. Considerado atraente pelas mulheres, teve uma sucessão de amantes com as quais vivia às claras, havendo mantido a última e mais jovem delas, Giulia Farnese, mesmo depois de coroado papa aos sessenta e poucos anos de idade. (DUFFY, 1998, p. 146). (grifo nosso).

Todavia, a diplomacia e a atividade guerreira dos papas não se vinculavam inevitavelmente ao fortalecimento de suas famílias. O pontífice mais feroz do período - imperioso, irritadiço, obsessivamente ativo - foi o della Rovera Júlio II. Conhecido pelos contemporâneos como *il terribile* - palavra que mais sugere uma violenta força da natureza que uma personalidade -, ele envergava a armadura de prata para comandar suas próprias tropas em incursões por toda a península: em certa ocasião, espancou com um bastão os trêmulos cardeais que relutavam em acompanhá-lo numa cavalgada na neve que chegava ao peito das montarias. Suas guerras, no entanto, ao contrário das de Sisto IV ou Alexandre VI, visavam assegurar a posição do próprio papa do, não a da família reinante do pontífice. [...] (DUFFY, 1998, p. 147). (grifo nosso).

[...] À medida que as famílias papais se uniam por laços matrimoniais com as casas principescas da Itália, o Sagrado Colégio e o próprio papado ficavam cada vez mais parecidos com uma lista de chamada dos grandes: Farnese, Medici, Gonzaga, Este. Tendo casado o filho na família Medici, Inocêncio VIII fez o

obséquio de nomear cardeal o filho de Lorenzo, o Magnífico, Giovanni - de treze anos de idade. Mais tarde, como se viu, esse cardeal Medici viria a ser eleito papa com o título de Leão X. Em parte, a infiltração aristocrática no cardinalato era função da crescente politização do papado. Os governantes da Itália, da França e da Espanha precisavam de cardeais dóceis (ainda que em sua maioria italianos) para exercer pressão sobre a política do Vaticano e, pelo menos, influenciar nas eleições papais. (DUFFY, 1998, p. 148). (grifo nosso).

Sem embargo, havia nele muita coisa que preocupava os homens sérios. Primeiro nobre romano a ser eleito desde Martinho V, Paulo era um claro produto da antiga corrupção. Sua carreira eclesiástica teve um ótimo começo porque sua irmã Giulia fora a última amante de Alexandre VI (Farnese era conhecido nos meios sarcásticos de Roma como o "Cardeal Anágua"). Até o fim da vida ele celebrou anualmente em sua capela uma missa pelo repouso da alma de Alexandre. Quando cardeal, também teve uma amante que lhe deu quatro filhos; ademais, construiu para si, na Via Giulia, um dos mais luxuosos palácios de Roma, um tesouro de arte e opulência.

Nos primeiros meses de papado, Paulo III estabeleceu um padrão que haveria de perdurar até o fim de um longo pontificado. Seus primeiros cardeais foram seus dois netos adolescentes, e ele instalou uma sucessão de cardeais nepotes no esplendor do Palazzo Farnese; e, como Alexandre VI, subtraiu para os filhos gordos bocados dos Estados papais. Após o regime avaro de Clemente VII, Roma irrompeu em espetáculos de fogos de artifício, bailes de máscara e peças indecorosas. Em 1536, ele ressuscitou o carnaval, que passou a ganhar em extravagância a cada ano, com sofisticados carros alegóricos carregados de cenas da mitologia clássica e tão maciços que tinham de ser puxados por búfalos. O papa deliciava o povo de Roma com fantásticos espetáculos, touradas e corridas de cavalos nas ruas e nas *piazas*. Divertidos e chocados, os cronistas repararam que não faltavam mulheres entre os seus convivas para o jantar, que ele repimpava os filhos e as noras em banquetes no Vaticano, que nenhum acanhamento o impediu de escolher o terceiro aniversário de sua coroação para o batismo de um de seus netos (embora tenha preferido ausentar-se discretamente da cerimônia. Paulo III acreditava ardentemente na astrologia, sendo que as datas dos consistórios, das audiências e até da publicação das bulas dependiam da disposição mais auspiciosa dos astros. (DUFFY, 1998, p. 161-162). (grifo nosso).

Tanto que sobreviveu à eleição de Giovanni del Monte, o papa Júlio III (1550-1555), um homem tão mundano quanto Paulo, mas que nada tinha de sua grandeza. Ele revoltava a todos com sua paixão pelas cebolas, das quais recebia carroças inteiras. Indignou até mesmo os romanos ao promover a cardeal o seu amestrador de macacos, um adolescente chamado Innocenzo, depois de fazer com que seu irmão o adotasse. O rapaz, que em nada correspondia ao nome que tinha, fora recolhido nas ruas de Parma. Era evidente que o papa o adorava, e tudo levava a crer que Innocenzo era na verdade seu filho bastardo. Júlio tornou a convocar o concílio, mas carecia de liderança: um dos embaixadores de sua corte o descreveu como um coelho. [...] (DUFFY, 1998, p. 168). (grifo nosso).

Assim, os pontífices do século XVIII viram seu espaço de manobra mais e mais restrito à medida que as monarquias flexionavam os músculos e tratavam de sujeitar as estruturas da Igreja ao controle do Estado. Para garantir o máximo possível de liberdade, os papas adotam o expediente de firmar tratados ou concordatas que definiam os direitos e o papel da Igreja. Mas definir é também confinar, e os sucessivos governantes da França, da Espanha, de Portugal e do império trataram de continuar restringindo os termos de tais concordatas e as liberdades e direitos da Igreja. O mais genial, capaz e atraente estadista papal do século XVIII foi Prospero Lambertini, eleito Benedito XIV (1740-1758) num conclave que se arrastou durante seis meses. Teólogo e advogado de talento, autor de uma obra ainda hoje fundamental sobre a canonização, ele foi o expoente máximo do realismo e do bom senso papais. [...] (DUFFY, 1998, p. 191). (grifo nosso).

Na década de 1780, todos os Estados católicos da Europa queriam reduzir o papa a uma figura decorativa, e a maioria deles conseguiu. Os reis e os príncipes nomeavam bispos e abades, ditavam os dias santos a serem

observados ou desconsiderados, policiavam ou impediam os apelos a Roma, vetavam a publicação de manifestações papais. Tratava-se de um fenômeno tanto teológico quanto político. Sob a influência do jansenismo e em face de um crescente interesse católico pela Igreja primitiva, muitos teólogos passaram a enfatizar a supremacia do bispo da igreja local. O pontífice tinha primazia e era a última instância de recurso nas disputas doutrinárias, porém a intervenção papal nos negócios do dia a dia era considerada uma usurpação e, ao restringi-la, o príncipe cristão não estava desempenhando senão o papel de Constantino. [...] (DUFFY, 1998, p. 195). (grifo nosso).

Alto, bem-apegoado e fútil, Braschi se orgulhava muito das pernas elegantes e da vistosa cabeleira branca. Apesar do estado desesperador das finanças papais, adotou um estilo que lembrava o de predecessores como Paulo III, embora tenha adotado o nome de Pio em homenagem ao austero Santo Pio V. Esbanjou um dinheiro que não possuía erigindo obeliscos egípcios em pontos-chave da cidade, construindo uma sacristia enorme na basílica de São Pedro, criando o moderno Museu do Vaticano e também numa tentativa insistente e sem êxito de drenar os pântanos de Pontina. De um nepotismo que fazia jus à melhor tradição renascentista, enriqueceu os sobrinhos à custa da Igreja. Na metade do decênio de 1780, Pio escandalizou Roma ao envolver-se num processo duramente contestado sobre um legado que ele queria transferir a um sobrinho. Chegou-se a uma solução de compromisso, o nepote ficou com o dinheiro, mas a rapacidade do pontífice prejudicou muito a dignidade e a integridade do papado. (DUFFY, 1998, p. 198). (grifo nosso).

[...] O primeiro-ministro da França era o cardeal arcebispo de Toulouse. Mas a nação estava falida e a Igreja era rica, e, em seu interior, alargava-se cada vez mais o abismo entre a aristocracia e a plebe. Praticamente todos os bispos eram aristocratas abastados, ao passo que um terço de clero paroquial vivia abaixo do nível de subsistência. Em tais circunstâncias, os ressentimentos cresciam, e não tardaria para que a crise nacional se reproduzisse no seio da própria Igreja. (DUFFY, 1998, p. 200). (grifo nosso).

[...] O Estado valorizava o clero, porém exigia o direito de nomear os homens que pagava, e ao Vaticano não restava senão consentir, mesmo no caso de governos protestantes (como o da Prússia). Em 1829, nada menos que 555 dos 646 bispos diocesanos da Igreja católica romana tinham sido apontados pelo Estado – 113 nas duas Sicílias, 86 na França, 82 na Alemanha dos Habsburgo, 67 na Sardenha e nos ducados italianos, 61 na Espanha e suas possessões, 35 na América espanhola, 24 em Portugal, 9 no Brasil, 9 na Baviera. Outros 67 – nos Estados Unidos, na Irlanda, na Alemanha prussiana, no Alto Reno, na Bélgica e na Suíça – eram localmente eleitos pelos cabidos das catedrais ou por alguma outra organização equivalente. Atuando como soberano dos Estados papais, não como bispo de Roma, o papa nomeou setenta bispos. Como pontífice, nomeou diretamente apenas 24, na Rússia, na Grécia e na Albânia. (DUFFY, 1998, p. 215). (grifo nosso).

São fatos que, certamente, tiram a auréola de santidade, tanto dos papas quanto de seus dignatários assessores, e, sinceramente, causou-nos constrangimento citá-los; entretanto, a verdade precisa ser dita. Não levantamos tudo, há muita coisa que não cabe aqui listar, porém caso o leitor queira saber mais sobre os “santos” pontífices, recomendamos as seguintes obras:

DUFFY, Eamon. *Santos & pecadores – história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

LACHATRE, Maurice. *Os crimes dos Papas: mistérios e iniquidades da Corte de Roma*. São Paulo: Madras, 2004.

LEWIS, Brenda Ralph. *A história secreta dos Papas: vício, assassinato e corrupção no Vaticano*. São Paulo: Editora Europa, 2010.

FO, Jacopo; TOMAT, Sérgio; MALUCELLI, Laura. *O livro negro do cristianismo; dois mil anos de crimes em nome de Deus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

E dentre essa nossa pesquisa, duas coisas hilárias, encontramos; a primeira foi uma

atitude de Gregório XVI que "repudiou 'a fonte venenosa de indiferentismo que flui dessa doutrina, ou melhor, desse delírio absurdo e errôneo, que proclama e defende a liberdade de consciência para todos os homens'" (DUFFY, 1998, p. 220). A segunda, consta da bula *Unam Sanctam*, publicada por Bonifácio VIII, que diz "é absolutamente necessário à salvação de toda criatura humana submeter-se ao pontífice romano". (DUFFY, 1998, p. 121). O que esses "representantes de Cristo" queriam? Que todas as pessoas fossem encabrestadas pelos mandatários da igreja? Quanta pretensão!

## Conclusão

Às vezes acabamos por topar com alguma coisa que nem estávamos procurando em determinado momento, mas que vem reforçar sobremaneira certo ponto já estudado por nós. Assim, é que encontramos na obra *A dramática história da fé cristã*, de J. J. Van Der Leeuw (1893-1934), algo importante para esse nosso estudo. De sua fala sobre os cânones do Concílio de Niceia, ocorrido em 325, transcrevemos:

[...] o sexto cânon "Que prevaleçam os antigos costumes" decretava que o bispo de Alexandria tivesse autoridade igual, no Egito, à do bispo de Roma, na Itália. Este cânon prova com clareza que, no tempo do Concílio de Niceia, o bispo de Roma não era o Chefe da Igreja Cristã, como não o era o de Alexandria, e que a doutrina da supremacia papal ainda era desconhecida" (VAN DER LEEUW, 1987, p. 112) (grifo nosso).

Fantástica a conclusão desse autor; conseguiu ir ao cerne da questão, provando que até o ano 325 não havia na Igreja Católica papado algum; portanto, não se pode alegar que alguém tenha sentado no "trono de Pedro", sucedendo-o.

A nossa surpresa não ficou só aí, pois, de igual modo, pesquisando na obra *O livro negro do cristianismo*, de Jacopo Fo (1955- ), que contou com a colaboração de Sérgio Tomat e Laura Malucelli, descobrimos algo que nos chocou. Vejamos:

A corrupção do poder: a pornocracia romana

Observando a solenidade e a retidão dos conclaves atuais, é difícil imaginar que, nos primeiros séculos do cristianismo, as eleições dos bispos de Roma acontecessem em um clima bem diferente: com brigas, confrontos em praça pública, contestação de resultados, eleições de contrabispos. Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, e o cargo de bispo de Roma passou a ser um dos mais cobiçados do Império, as lutas entre as facções dos candidatos rivais, por vezes, chegaram a níveis sangrentos. Durante a eleição episcopal de 336, por exemplo, os confrontos entre os que apoiavam Damaso, de base popular, e os que apoiavam seu rival Ursino, a aristocracia, deixaram um saldo de 136 mortos em um único dia. O próprio Damaso, eleito papa, foi intimado para responder no tribunal pela acusação de homicídio, mas foi absolvido.<sup>15</sup>

Os séculos seguintes presenciaram uma situação aparentemente paradoxal: o papado aumentava cada vez mais seu poder e sua influência, pelo menos no Ocidente. Mas justamente por isso, muitos tinham interesse em colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança. Nobres romanos, grandes senhores feudais itálicos, prelados ambiciosos, imperadores legítimos e seus rivais... cada um jogava com as próprias cartas, que podiam ser intriga, homicídio, revoltas populares ou invasões militares. Nos 130 anos entre a eleição de João VIII (873) e a morte de Silvestre II (1003), houve 33 papas mais quatro antipapas. Dez deles morreram assassinados. Muitos foram presos ou exilados. Poucos governaram por muito tempo, muitos ficaram menos de um ano ou até poucos dias. Nobres romanos e grandes senhores feudais itálicos, imperadores legítimos e seus rivais: todos procuravam colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança.

Talvez isso possa explicar o que os historiadores chamam de período da pornocracia (ou seja, do "governo das prostitutas"),<sup>16</sup> um dos mais negros da história da Igreja.

De fato, por décadas, o poder de Roma esteve nas mãos das mulheres da poderosa família Teofilatto, que teve grande influência sobre a vida pública e o

papado, utilizando como instrumento de poder qualquer meio à sua disposição, incluindo os ilícitos e imorais. Aqui nos limitaremos a narrar as saliências de alguns papas cuja conduta pode ser definida como licenciosa. [...]

15 Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo – dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 306-7.

16 Cf. *Storia della Chiesa* (séc. I-XII), Jesus: duemila anni di attualità, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7.

(FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p. 77-78). (grifo nosso).

Acreditamos que diante desses fatos podemos dizer, com uma boa chance de acerto, que a tal inspiração dos bispos, alegada para eleição do papa, é pura invenção dos líderes religiosos.

Hans Küng, por várias vezes citado, parece não abonar essa “monarquia papal”:

[...] Em contraste, a Igreja Católica do Ocidente, depois de Gregório VII e Inocente III, apresentava-se como uma igreja que em matéria de fé, leis, disciplina e organização era completamente norteadas para o papa. **Aí estava uma fixação num monarca absoluto que, como soberano único, tinha supremacia sobre a igreja. Isso já não tinha absolutamente nada a ver com os modelos de igreja originais do Novo Testamento.** (KÜNG, 2002, p. 121). (grifo nosso).

#### UMA NOVA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA IGREJA

O apóstolo Paulo, que um dia resistiu em face a Pedro, tinha entretanto perdido decisivamente importância com relação a Pedro, que sozinho tem que sustentar as exigências de poder. Tríplíce coroa, "anel do pescador", vestes pontificais - são essas agora as insígnias papais. Com isso a imagem de Pedro é ainda hoje equipada na Basílica de São Pedro, no dia de São Pedro. O sucessor do pescador galileu transformou-se, ao longo dos séculos, no senhor da igreja, que aprecia mandar *urbi et orbi*, à cidade e ao globo terrestre.

Quando um papa como João Paulo II sobe à "Confissão de Bernini" sobre o túmulo de Pedro, ele é o símbolo daquela concepção absolutista e monárquica da igreja, desconhecida no primeiro milênio. Só no século XI, sob o regime do férreo Gregório VII (1073-85; antes ele era colega daquele cardeal Humberto), ela se impôs no Ocidente com uma nova constituição da igreja, chamada reforma gregoriana: toda a igreja está voltada para o papa, que possui o poder de, para todos os homens, interpretar autoritadamente o evangelho na teoria e na prática. Ele quer ser não apenas o sucessor de Pedro, mas também o representante de Cristo, ou mesmo de Deus.

Completa-se assim a mudança de paradigma - que se afasta do paradigma colegial ecumênico da igreja antiga (paradigma II) e se aproxima do paradigma católico-romano da Idade Média (paradigma III). Com auxílio de todas as falsificações, é sugerida e propagada uma imagem da igreja inteiramente centralizada na autoridade do papa: a realização de concílios estaria ligada à autoridade do papa, todos os assuntos importantes na igreja estariam submetidos ao julgamento do papa, as leis contrárias dos estados seriam inválidas, os bispos seriam inteiramente dependentes do papa - tudo isso pode ser encontrado nos decretais falsificados e em suas posteriores confirmações oficiais.

#### O SISTEMA ROMANO

A igreja católica - um novo *Imperium Romanum*. Uma expressão disso nos dias de hoje: o pálio conferido na festa de São Pedro aos arcebispos recém-nomeados do mundo inteiro. O pálio, sinal da autoridade arquiépiscopal. O papa reservou a si, pessoalmente, a concessão do pálio. Assim, também aqui ele exerce o controle e o domínio. Pois só com o pálio um arcebispo pode exercer seus direitos de metropolitano. Estes ele só os recebe quando (como todos os bispos do mundo) tiver feito na liturgia - apesar de o próprio Jesus haver proibido o juramento - um juramento pessoal de obediência ao papa, com o seguinte teor: "Eu ... , arcebispo de ... , serei sempre fiel ao bem-aventurado apóstolo Pedro, à igreja apostólica de Roma e a ti, sumo pontífice, e a teus legítimos sucessores. Assim me ajude o Deus todo-poderoso." Depois de tão solene juramento ao papa, não é de admirar que professores de teologia antes críticos prestem ao papa uma obediência descriteriosa,

semelhante à que os generais alemães prestavam ao Führer. Assim o sistema funciona sem atritos.

[...]

Mas com a mesma clareza é preciso formular-se a crítica ao sistema romano. As diferenças entre o antigo e o novo paradigma saltam aos olhos! Se o paradigma ecumênico da igreja antiga era fundamentalmente sacramental, colegial e conciliar, o novo paradigma medieval católico-romano é primariamente jurídico, monárquico e absolutista:

- não mais o esquema constitucional da antiga e atual igreja ortodoxa (paradigma II): Deus - Cristo - apóstolos - bispos - igreja;
- mas sim o novo esquema constitucional da igreja medieval (paradigma III): Deus - Cristo - Pedro - Papa - bispos - igreja.

Só desde a alta Idade Média a igreja católica é assim como nos aparece hoje:

O papa reclama o direito do primado sobre toda a igreja, sobre todos os patriarcas, bispos, sacerdotes e cada fiel - o que até hoje tem sido rejeitado pelas igrejas orientais.

O poder espiritual é basicamente colocado acima dos leigos - o que levou à grande disputa entre papa e imperador, e depois entre papa e o estado moderno, uma disputa que o papado vem perdendo em toda a linha.

A proibição do casamento agora é lei para todo o clero - o que contradiz a tradição milenar do casamento dos padres também na igreja ocidental e lhe acarreta inúmeros problemas desnecessários, nos dias de hoje sobretudo uma catastrófica carência de sacerdotes.

Até o Concílio Vaticano II (1962-65) a igreja ocidental permanece essencialmente da maneira como se configurou na alta Idade Média. Muitos católicos permanecem até hoje presos a esse paradigma medieval. Mas esse sistema romano está claramente em contradição com o evangelho. Pois a igreja do Novo Testamento é

- não centralizada - mas a *Ecclesia Romana* apresenta-se como "madre" [mãe], com o papa como "padre" [pai];
- não legalista - mas o papa quer ser ao mesmo tempo executivo, legislativo e judiciário, apoiado no direito eclesiástico por ele mesmo fabricado e que, para sua interpretação, exige uma verdadeira ciência jurídica eclesiástica;
- não politizada - mas a igreja romana se apresenta perante o poder estatal como uma instituição de governo autônomo com *status* internacional, serviço diplomático e direitos especiais;
- não clericalizada - mas uma hierarquia patriarcal e um clero de celibatários, provenientes do povo, dominam claramente o laicado;
- não militarizada - mas ao longo dos séculos uma igreja da militância manifestou-se em guerras "santas" de conversão, guerras contra os hereges, cruzadas (mesmo contra companheiros cristãos) e guerras religiosas, também nas perseguições aos judeus, nas queimas de hereges e bruxas e, até hoje, na inquisição e na cruel perseguição aos "dissidentes" (em lugar da fogueira física, hoje a psicológica), bem como em campanhas mundiais na luta por uma moral sexual medieval...

(KÜNG, 2004, p. 234-237). (grifo nosso).

Diante de tantas opiniões de pessoas de elevado conhecimento, o que temos a fazer se não concordar plenamente com elas, especialmente, aquelas que vieram de pessoas vinculadas ao Catolicismo Romano. Aliás, nesse estudo, tivemos a preocupação inicial de fazer a análise bíblica primeiro, para, só depois, buscar informações em outras fontes. Aí, tivemos a grata satisfação de ver que não somos "heréticos" sozinhos, pois em nossa companhia estão pessoas de elevado saber e de conhecimentos teológicos inquestionáveis. Fica a você, caro leitor, a liberdade de aceitar ou não tais argumentos, porquanto, nada deve ser imposto a ferro e fogo, como outrora fizeram com muitos assuntos teológicos; mas, rogamos-lhe, que seja imparcial, não advogando em causa própria!

(revisado fev/2011)

### Referências Bibliográficas:

- A Bíblia Anotada. 8ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
- A Bíblia TEB. s/ed. São Paulo: Loyola; São Paulo: Paulinas, 1996.
- Bíblia Sagrada. 68ª ed. São Paulo: Ave Maria, 1989.
- Bíblia Sagrada, Edição Barsa. s/ed. Rio de Janeiro: Catholic Press, 1965.
- Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. 43ª imp. São Paulo: Paulus, 2001.
- Bíblia Sagrada, 9a. ed. São Paulo: Paulinas, 1957.
- Bíblia Sagrada, 37a. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.
- Bíblia Sagrada, 5ª ed. Aparecida-SP: Santuário, 1984.
- Bíblia Sagrada, 8ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- Bíblia de Jerusalém, nova edição. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia do Peregrino. s/ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia Sagrada, s/ed. Brasília – DF: Sociedade Bíblica do Brasil 1969.
- Escrituras Sagradas, Tradução do Novo Mundo das. Cesário Lange, SP: STVBT, 1986.
- ALMEIDA, J. S. *Origem e Desenvolvimento do Cristianismo*, São Paulo: Camille Flammarion, 2002.
- CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*, vol. 2. São Paulo: Candeia, 1995.
- CHAVES, J. R. *A Face Oculta das Religiões: uma visão racional da Bíblia*, Santo André, SP: EBM, 2006.
- DUFFY, E. *Santos & Pecadores – história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- EHRMAN, B. D. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? - quem mudou a Bíblia e por quê*, São Paulo: Prestígio, 2006.
- FO, J.; TOMAT, S.; MALUCELLI, L. *O livro negro do cristianismo; dois mil anos de crimes em nome de Deus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- GARDNER, L. *A linhagem do Santo Graal: a descendência oculta de Jesus revelada*, São Paulo: Madras, 2004.
- JANUS, *O Papa e o Concílio*, vol. 1 e 2, Londrina, PR: Leopoldo Machado, 2002.
- KENYON, J. D. (org). *O que a Bíblia Não nos contou: a história secreta sobre as heresias da religião oriental*. São Paulo: Pensamento, 2008.
- KUHN, A. B. *Um renascimento para o Cristianismo*, Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.
- KÜNG, H. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- KÜNG, H. *Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns* Campinas, SP: Verus, 2004.
- LACHATRE, M. *Os crimes dos Papas: mistérios e iniquidades da Corte de Roma*. São Paulo: Madras, 2004.
- LENTSMAN, J. A. *A origem do cristianismo*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- LETERRE, A. *Jesus e sua Doutrina: a distinção entre cristianismo e catolicismo: um estudo que remonta há mais de 8.600 anos*, São Paulo: Madras, 2004.
- LEWIS, B. R. *A história secreta dos Papas: vício, assassinato e corrupção no Vaticano*. São Paulo: Editora Europa, 2010.
- LOGAN, C. Uma nova luz sobre as origens cristãs: uma análise mais detalhada do papel de Tiago, o irmão de Jesus, p. 49-50 in. KENYON, J. D. (org). *O que a Bíblia Não nos contou: a história secreta sobre as heresias da religião oriental*. São Paulo: Pensamento, 2008, p. 47-52.
- MARTINS, S. P. *História da Formação do Novo Testamento – uma síntese*, Rio de Janeiro: CELD, 1993.
- MELLO, F. G. *Reencontro Cristão – reflexões para o cristianismo do terceiro milênio*, Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- PASTORINO, C. A. *A Sabedoria do Evangelho*, vol. 4, Rio de Janeiro, 1964.
- RENAN, E. *Paulo, o 13º apóstolo*, São Paulo: Martin Claret, 2004.
- ROHDEN, H. *Lampejos Evangélicos*, São Paulo: Martin Claret, 1995.
- ROHDEN, H. *Que vos parece do Cristo?*, São Paulo: Martin Claret, 4ª ed. s/d.
- TABOR, J. D. *A dinastia de Jesus: a história secreta das origens do cristianismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.



- VAN DER LEEUW, J.J. *A dramática história da fé cristã*. São Paulo: Pensamento, 1987.
- VAN LOON, H. W. *A História da Bíblia*, São Paulo: Cultrix, 1981.
- VERMES, G. *O Autêntico Evangelho de Jesus*, Rio de Janeiro: Record, 2006.